



## **As Unidades de Apoio ao Alto Rendimento nas Escolas:**

Análise da sua implementação e gestão em Portugal

Dissertação apresentada à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, com vista à obtenção do grau de Mestre em Gestão Desportiva, de acordo com o Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de junho, pelo Decreto-Lei n.º 230/2009, de 14 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 115/2013, de 7 de agosto, e pelo Decreto-Lei n.º 63/2016, de 13 de setembro

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Doutora Maria José Carvalho

**Sara Joana Pimenta Monteiro**

Porto, setembro 2018

**Ficha de catalogação:**

Monteiro, S. (2018). As Unidades de Apoio ao Alto Rendimento nas Escolas: Análise da sua implementação e gestão em Portugal. Porto: S. Monteiro. Tese de Dissertação com vista à obtenção do grau de Mestre em Gestão Desportiva apresentado à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.

**PALAVRAS-CHAVE:** Alto rendimento; Unidades de apoio ao alto rendimento na escola; Centros de alto rendimento, UAARE, Gestão de Desporto

## **Agradecimentos**

Aqui a parte mais importante desta dissertação de mestrado, que nunca seria concluída sem o precioso apoio de várias pessoas.

Agradeço à Professora Doutora Maria José Carvalho, pela paciência e compreensão e toda a ajuda e ensinamentos e por exigir de mim o que deveria para que este processo fosse concluído com sucesso.

Ao professor Doutor Gustavo Paibe, agradeço a sua toda disponibilidade e constantes palavras de incentivo e encorajamento valorizando o meu potencial, nos momentos mais difíceis.

Ao amigo Pedro Gonçalves, agradeço toda a ajuda, sem a qual nunca conseguira terminar esta árdua missão a que me propus.

Agradeço a todos os professores das escolas que entrevistei, em especial a uma Amiga de longa data a Professora Josefina Cruz. Um agradecimento sincero também ao Professor Mário Cachada pela ajuda e sugestões sempre úteis para este trabalho e para a Vida.

À minha amiga Zélia Carvalho, por sempre acreditar nas minhas capacidades e conseguir que eu visse o “copo meio cheio” e não me deixar desistir quando tudo parecia correr mal.

Ao meu marido Nuno, que sempre me motivou para lutar pelos meus sonhos e objetivos, sempre com carinho, companheirismo.

Mas este trabalho dedico-o totalmente ao meu filho Matias Moreira, pois é por ele que fiz todo este longo percurso.

A todos, o meu muito obrigada!



*O desporto é um veículo privilegiado de transmissão de valores. Existe um crescente interesse da Igreja ao mundo do desporto àquilo que este encerra e proporciona: "espírito de sacrifício"; "lealdade nas relações interpessoais"; "amizade"; "respeito pelas regras"; "justiça"; "educação"; "solidariedade", "paz"; "harmonia"; "partilha"; "coexistência harmoniosa entre pessoas". Tudo isto, é possível porque o desporto é uma linguagem universal que ultrapassa fronteiras, linguagens, raças, religiões e ideologias. Tem a capacidade de juntar pessoas, encorajar o diálogo e a aceitação. Trata-se de um precioso recurso!" "O desporto é um meio, e não um fim em si mesmo", no âmbito da formação do corpo e do carácter da pessoa humana.<sup>1</sup>*

*Papa Francisco*

---

<sup>1</sup> Mestre, A .M. (10 de Março de 2014). O desporto na vida e na mensagem do Papa Francisco. *Diário de Notícias*.



# Índice geral

	Página
Agradecimentos .....	II
Índice geral .....	VI
Índice de Figuras .....	VIII
Índice de Quadros .....	IX
Abreviaturas .....	X
Resumo .....	XII
Abstract .....	XIV
CAPÍTULO I. INTRODUÇÃO .....	1
1. Enquadramento e delimitação do problema.....	3
CAPÍTULO II. REVISÃO DA LITERATURA .....	9
1. Da atividade física ao desporto de alto rendimento .....	11
2. Perspetiva Política do Alto Rendimento.....	22
2.1. O Alto Rendimento na perspetiva da União Europeia .....	23
2.2. Carreira Dual .....	28
2.3. O Alto rendimento em Portugal e nos programas das legislaturas governamentais .....	37
2.3.1. Sistema Educativo Português .....	40
2.3.2. Sistema Desportivo Português.....	44
2.4. Perspetiva normativa do Alto Rendimento num contexto escolar .....	48
2.4.1. Constituição da República Portuguesa .....	49
2.4.2. Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto.....	50
2.4.3. Estatuto do Aluno .....	50
2.4.4. Medidas de apoio ao Alto Rendimento .....	51
2.4.5 Medidas de apoio às Seleções Nacionais .....	56

3. Unidades de apoio ao alto rendimento na escola.....	57
3.1. Génese e enquadramento histórico .....	57
3.2. Enquadramento legal .....	60
3.3. Centros de alto rendimento em Portugal e as UAAREs .....	63
3.4. Funcionamento das UAARE's .....	68
3.5. Análise do ano piloto .....	71
3.6. Financiamento do AR em Portugal e nas UAAREs .....	74
3.7 Recursos Humanos na escola .....	75
3.8 Número de alunos/atletas apoiados 2016/2017 e 2017/2018.....	77
CAPÍTULO III. METODOLOGIA.....	79
1. Conceito de Metodologia.....	81
2. Natureza do estudo.....	81
3. Participantes .....	83
4. Procedimentos para recolha de dados .....	83
5. Procedimentos de análise de dados.....	87
CAPÍTULO IV. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	89
1. Análise das entrevistas.....	91
CONCLUSÕES .....	115
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	121
CAPÍTULO V: ANEXOS .....	131
Anexo 1: Guião de entrevista.....	1333
Anexo 2: Correio eletrónico de marcação de entrevista .....	1366



## Índice de Figuras

Figura 1 - Sport is more than victory.....	13
Figura 2 - Modelo SPLISS.....	14
Figura 3 - Fases de desenvolvimento do atleta.....	16
Figura 4 - Atleta vs pessoa.....	18
Figura 5 - Fases de desenvolvimento do individuo, do atleta e do aluno..	19
Figura 6 - Os atletas mais bem pagos.....	25
Figura 7 - Sistema educativo Português.....	41
Figura 8 - Taxa de abandono escolar.....	42
Figura 9 - Sistema Desportivo Português.....	47
Figura 10 –Distribuição dos níveis de Alto Rendimento.....	56
Figura 11 – Estrutura de criação das UARREs e as suas competências..	61
Figura 12 - Modelo de gestão e de financiamento dos CARs.....	64
Figura 13 - Localização dos CARs e UAAREs.....	67
Figura 14 - Sucesso escolar e desportivo.....	70
Figura 15 – Distribuição dos alunos 2017-2018.....	78
Figura 16 - Fases da análise segundo Bardin (2008) .....	87
Figura 17 - Distribuição dos professores acompanhantes.....	91
Figura 18 - Ligação ao Alto Rendimento dos professores.....	92
Figura 19 - Funções do professor acompanhante enumeradas.....	93
Figura 20 - Alterações a desenvolver enumeradas.....	109
Figura 21 - Principais obstáculos na gestão do projeto enumerados.....	109

## Índice de Quadros

Quadro 1 - Comparação entre as orientações do Conselho Europeu sobre as carreiras duais dos atletas e as medidas existentes em Portugal.....	29
Quadro 2 – Programas de governo de 2009 até à atualidade.....	37
Quadro 3 – Taxa de abandono precoce de educação e formação: total e por sexo entre 2009 e 2017.....	42
Quadro 4 - Resumo da legislação relacionada com o AR .....	48
Quadro 5 – Condições de acesso ao alto rendimento modalidades individuais.....	53
Quadro 6 – Condições de acesso ao alto rendimento modalidades coletivas.....	53
Quadro 7 – Atletas no Alto Rendimento.....	55
Quadro 8 - Habilitações académicas da seleção Portuguesa de Futsal 2018.....	59
Quadro 9 - Síntese de desempenho académico (2016-17; 2017-18).....	72
Quadro 10 - Número de alunos apoiados.....	77
Quadro 11 - Distribuição dos alunos em cada escola UAARE.....	94

## **Abreviaturas**

CAR – Centro de Alto Rendimento

CDP - Confederação do Desporto de Portugal

CE – Campeonato da Europa

CM – Campeonato do Mundo

COP – Comité Olímpico de Portugal

CPP - Comité Paralímpico de Portugal

DGE – Direção Geral de Educação

DL – Decreto de Lei

ES – Escola Secundária

FP – Federação Portuguesa

IDP – Instituto do Desporto de Portugal

IPDJ – Instituto Português do Desporto e Juventude

JO – Jogos Olímpicos

NA – Não Aplicável

SN - Seleção Nacional

TM – Taça do Mundo

UAARE – Unidade de Apoio ao Alto Rendimento na Escola



## **Resumo**

O principal objetivo desta dissertação foi saber de que forma foram implementadas e como funciona a gestão das Unidades de Apoio ao Alto Rendimento na Escola, em Portugal.

Estas unidades apenas se encontram em funcionamento desde 2016, pelo que existe ainda pouca informação e bibliografia sobre este tema.

Assim, para fundamentação foram abordados os temas do Desporto e do Alto Rendimento e seu enquadramento na legislação e política nacional.

A investigação teve por base uma metodologia de natureza qualitativa, tendo sido a entrevista semiestruturada a principal fonte de recolha de dados.

Efetuaram-se entrevistas aos professores acompanhantes das escolas que em 2018 possuem tudo o que está previsto numa escola UAARE que é: ter uma sala de estudo «Aprender+», com docentes formados, que fazem apoio presencial aos alunos e apoio à distância em ambientes de aprendizagem à distância.

As UAAREs são semelhantes às “Sport Schools” existentes noutros países Europeus, no entanto, com as adaptações próprias do nosso sistema educativo e desportivo.

Como conclusão, parece-nos que este processo está a revolucionar a conciliação escolar e desportiva destes alunos que têm carreiras duais, conciliando a carreira desportiva de sucesso com a escolar. Ainda que a legislação existente referente ao apoio ao Alto Rendimento, já contemple muitos dos aspetos da vida escolar dos atletas, com o despacho que criou as UAAREs a operacionalização do apoio passa a ser efetiva e mais facilitada.



## **Abstract**

The main objective of this work was to know how the High Sport Support Units in Portugal were implemented and how the management works.

These units have only been in operation since 2016, so there is still little information and bibliography on this subject.

Thus, for the theoretical framework we have used the themes of Sports and High Sport and the supporting national legislation and policy.

The research was based on a qualitative methodology, with the semi-structured interview being the main source of data collection.

Interviews were conducted with schools that in 2018 have all that is planned in a UAARE school which is: to have a study room "Aprender+" with trained teachers who provide face-to-face support to students and support distance in on-line learning environments.

The UAARES are similar to the "Sport Schools" existing in other European countries, however with the proper adaptations of our educational and sports system.

As a conclusion, we have verified that this process is revolutionizing the school and sports conciliation of these students who have double careers, conciliating the successful sports career with the school. We also verified that the existing legislation is sufficient to support High Sport, but with the joint dispatch that creates the Support Units in the selected schools the application of effective support to the students becomes possible and facilitated.





## **CAPÍTULO I. INTRODUÇÃO**



## **I. Introdução**

### **1. Enquadramento e delimitação do problema**

Sobre o tema das Unidades de Apoio ao Alto Rendimento na Escola não existe grande informação na literatura por se tratar de um tema recente, em que os projetos piloto apenas surgem em 2016. No entanto, foi efetuado um levantamento sobre os vários temas que enquadram estas unidades e o alto rendimento, abordando também os sistemas de educação e a carreira dual dos atletas. Foi efetuada uma abordagem da legislação e das políticas Europeias e Portuguesa sobre estes temas.

A alta competição foi um conceito desenvolvido desde muito cedo em muitos países, basta verificar que muitos utilizaram o desporto e os resultados desportivos para promoção política. Já Hitler acreditava que o ariano era um povo superior e mesmo antes da II Guerra Mundial, quis demonstrar a superioridade dos germânicos durante os Jogos Olímpicos de Berlim, em 1936. O ideal de Pierre de Coubertin foi levado à letra por Hitler, que queria, à força, demonstrar a grandeza da nação. Os arianos tinham de ser mais altos, mais fortes, mais rápidos, simplesmente os melhores. Para prová-lo a todo o mundo, promoveram a primeira transmissão televisiva<sup>2</sup> de um grande evento desportivo, nesses Jogos. Joseph Goebbels, ministro da Propaganda, admitia que “o desporto alemão tem uma única tarefa: fortalecer o carácter do povo germânico, enchendo-o com o espírito competitivo e a camaradagem necessária para a luta pela existência”. Mantendo a tradição, os Jogos Olímpicos continuaram a ser uma forma de marcar uma posição.

Na década de 1980, em plena Guerra Fria, os norte-americanos boicotaram os Jogos Olímpicos de Moscovo 1980 e em resposta os soviéticos falharam a presença em Los Angeles 1984. Mais recentemente, em Pequim 2008, a China quis mostrar

---

<sup>2</sup> É transmitido o primeiro jogo de futebol ao vivo, pela televisão alemã (empate por 2 a 2 entre a Alemanha e a Itália)

ao mundo que tinha um enorme potencial desportivo e surpreendeu com o domínio nas medalhas<sup>3</sup>.

Também socioculturalmente o desporto tem muita atratividade (Carvalho, 2002), por trazer manifestações espetaculares e que envolvem emoções fortes de patriotismo e clubismo.

Conforme é referido no despacho que regulamenta o apoio aos estudantes atletas de alta competição da Universidade do Minho, “o estudo e o desporto complementam-se e potencializam-se reciprocamente na formação do indivíduo. A prática desportiva de alto rendimento constitui um importante fator de desenvolvimento desportivo. Com efeito, é incontroverso que o alto rendimento desportivo, como paradigma da excelência da prática desportiva, fomenta a sua generalização, mesmo enquanto atividade de recreação, e particularmente entre a juventude. Por outro lado, o desenvolvimento da sociedade não pode ignorar a atividade desportiva que é cada vez mais um fator cultural indispensável na formação integral da pessoa humana. Daí que a prática desportiva de alto rendimento deva ser objeto de medidas de apoio específicas, em virtude das particulares exigências de preparação dos respetivos praticantes”<sup>4</sup>.

A sociedade tende a valorizar os bons desportistas fazendo deles líderes de opinião e colocando-os inúmeras vezes em publicidades tratando-os como verdadeiros heróis.

Assim, a pressão social pelo bom resultado desportivo é imensa, desde cedo os jovens atletas perseguem bons resultados, muitas vezes isso é promovido pelos próprios pais, mesmo com situações perigosas como a especialização precoce e até perigos para a saúde com lesões prematuras e de efeitos prolongados.

---

<sup>3</sup> Desporto I: Quando o desporto é uma arma de propaganda política. (12 de 01 de 2012). *Jornal I*. Obtido de I online: <https://ionline.sapo.pt/443633>.

<sup>4</sup> Despacho RT-30/2005 (Conselho Académico 06 de 04 de 2005).

Atualmente, o alto rendimento, tem um peso muito importante na sociedade, fazendo com que a carreira dual de atleta-estudante e atleta-trabalhador seja uma realidade inquestionável e que necessita de legislação própria.

O alto rendimento é, inclusivamente, considerado interesse público na legislação<sup>5</sup>, pois considera-o como um importante fator de desenvolvimento desportivo e representa Portugal nas competições desportivas internacionais.

Desta forma, desde 1976, é consagrada uma vasta produção legislativa, consubstanciada atualmente num conjunto de medidas de apoio específicas para atletas, treinadores, dirigentes e árbitros e na imposição de tarefas de organização próprias para as federações desportivas e a administração central (Carvalho, 2002).

Perante esta realidade, as escolas terão que responder à necessidade existente de acompanhar estes alunos.

No ano 2011 o então secretário de Estado da Juventude e Desporto, Laurentino Dias afirmava que “hoje, em Portugal, é possível a um jovem apostar no treino de alto rendimento com todas as exigências que isso significa e ao mesmo tempo frequentar o seu estabelecimento de ensino com condições ótimas e especiais que lhe amparam e compensam a exigência do esforço do alto rendimento”.

É nesta altura que o projeto UAARE passa de ser sonho a um objetivo, inspirado no Gabinete de Apoio ao Alto Rendimento (GAAR) de Montemor-o-Velho, criado em 2009 e com resultados positivos, a nível desportivo, com campeões nacionais, medalhados internacionais, alunos integrados no projeto olímpico e a nível escolar com uma taxa de sucesso escolar acima dos 90%, nasce assim o projeto-piloto em 2016, com a sua implementação em 4 escolas.

Em 2017, o projeto deixa de ser piloto e as escolas passam a ser definitivamente escolas da rede UAARE e integram como piloto mais 5 escolas e mais uma na

---

<sup>5</sup> Artigo 3º do Decreto-Lei n.º 272/2009, de 1 de Outubro

condição de associada.

Este projeto exige o relacionamento com as federações e centros de alto rendimento onde se encontram alojados alguns dos estudantes-atletas. No entanto, a complexidade do programa aumenta quando um grande número de modalidades não possuem os seus atletas concentrados num centro de alto rendimento mas sim a treinarem nos seus clubes, representando as suas seleções apenas em competições e estágios organizados pontualmente.

Este projeto português, muito impulsionado pelo professor Victor Pardal teve por base exemplos europeus, no entanto, como os sistemas educativos e desportivos nacionais são distintos, o objetivo foi sempre replicar ideias e boas práticas e não copiar modelos, numa tentativa de criar uma opção de sucesso para os atletas. A escolha do professor Victor Pardal aconteceu pela experiencia que desenvolveu em Montemor-o-Velho, com o projeto de desenvolvimento desportivo municipal em que um dos eixos estratégicos pressupunha uma nova alteração à utilização do rio, do rio Mondego, o que deu origem em 2007/2008 ao Centro de Alto Rendimento de Montemor, de desportos náuticos. Após esta criação, vieram vários alunos para a escola secundária da zona, o que exigiu a adaptação da escola no apoio a estes alunos. Assim é criado o Gabinete de Apoio ao Alto Rendimento, que pretendia dar resposta precisamente às questões de conciliar o sucesso escolar e o sucesso desportivo.

O fator facilitador da criação das UAAREs foi a junção ministerial do desporto e da educação sob a mesma tutela.

No primeiro capítulo apresentamos a introdução, onde se faz um pequeno apontamento histórico e introduz-se o tema que propomos estudar, delimitando e enquadrando o problema.

O segundo capítulo diz respeito à revisão da literatura, onde são abordados temas como desporto e o alto rendimento e os seus aspetos normativos, que servirão de

enquadramento ao tema, menos desenvolvido, que são as Unidades de Apoio ao Alto Rendimento na Escola. Para a abordagem do tema alto rendimento optou-se por referir a visão política e a legislação que o regulamenta. No final, e com base da informação recolhida em conferências e em documentos orientadores, são referidas as características e o enquadramento legal referentes às Unidades de Apoio ao Alto Rendimento, em que descrevemos o estado atual do conhecimento na área estudada. Neste subcapítulo também se aborda a génese das unidades de apoio e a análise do ano piloto de funcionamento das mesmas. A ligação com os Centros de Alto Rendimento é um aspeto fundamental daí acharmos importante colocar um subcapítulo que aborda esta temática.

No terceiro capítulo apresentamos a metodologia utilizada no estudo de forma a investigar o tema proposto. Após uma breve referência ao conceito de metodologia, abordamos a natureza do estudo, identificamos os intervenientes no estudo e descrevemos os procedimentos utilizados na recolha dos dados e na respetiva análise.

O quarto capítulo refere-se à apresentação e discussão dos resultados, em que apresentamos os resultados obtidos e a interpretação dos mesmos, com base na revisão da literatura e na entrevista do responsável nacional do projeto.

O quinto capítulo refere-se às conclusões, em que apresentamos as principais ideias que obtivemos do estudo a que nos propusemos.

Por fim, o sexto capítulo diz respeito à lista que contém todas as referências bibliográficas das dos documentos utilizados e citações incluídas no decorrer do texto do estudo.

Assim, com este estudo pretende-se compreender como se está a processar a implementação e a gestão das unidades de apoio ao alto rendimento nas escolas e as suas especificidades.





## **CAPÍTULO II. REVISÃO DA LITERATURA**



*«O desporto faz parte da herança de todos os homens e mulheres e a sua ausência nunca poderá ser compensada.» – Pierre de Coubertin<sup>6</sup>*

## **II. REVISÃO DA LITERATURA**

Para a revisão da literatura foram escolhidos temas como o desporto e o alto rendimento e os seus aspetos normativos, que servirão de enquadramento ao tema menos desenvolvido que são as Unidades de Apoio ao Alto Rendimento na Escola. Estas unidades de apoio têm como principal novidade o fato de ligarem dois mundos, o do desporto e o da educação. Tendo isso em conta, a abordagem foi dividida em grandes pontos, um que relaciona o desporto e o alto rendimento o que inevitavelmente também refere a passagem do aluno ao aluno-atleta de alto rendimento e outra que refere as características e o enquadramento legal das UAAREs.

### **1. Da atividade física ao desporto de alto rendimento**

Para enquadramento do tema teremos que diferenciar grandes conceitos como a simples atividade física, exercício físico, desporto e por fim ao alto rendimento.

Considerando as definições de Caspersen (1985) a atividade física é definida como qualquer movimento corporal, produzido pelos músculos esqueléticos, que resulta num gasto energético maior do que os níveis de repouso. O exercício físico é considerado uma subcategoria da atividade física pois é toda atividade física planeada, estruturada e repetitiva que tem por objetivo a melhoria e a manutenção de um ou mais componentes da aptidão física.

Para Pires (2007), o desporto envolve, exercício físico, competição, desafio, esforço, luta, apetrechos, estratégia, tática, princípios, objetivos, instituições, regras,

---

<sup>6</sup> Pierre de Coubertin (1863-1937), pedagogo e historiador francês, fundador dos Jogos Olímpicos da era moderna, em Comissão das Comunidades Europeias. (2007). *Livro Branco Sobre o Desporto*. Bruxelas: Comissão das Comunidades Europeias.

classificações, tempo livre, jogo, vertigem, aventura, investigação, dinheiro, lazer, sorte, rendimento, simulação, códigos, resultados, prestações, treino, força, destreza, meditação, tempo, espaço beleza, medição, voluntarismo, morte, entre outros.

Relativamente ao conceito de desporto encontramos uma enorme panóplia de estudos, de entre os quais escolhemos algumas considerações que nos irão remeter para o tema principal que é o Alto Rendimento e o apoio ao mesmo.

Neto (2017)<sup>7</sup>, por exemplo, refere que o fenómeno desportivo é um fenómeno social de grande envergadura em termos mundiais, o que significa que o desporto nunca teve tanto impacto na sociedade como nos dias de hoje. Quer de um ponto de vista económico, porque é de facto uma economia gigantesca, como social, porque motiva todas as idades e credos, e ultrapassa fronteiras em todos os espaços geográficos e culturas diferenciadas. De facto tornou-se um fenómeno nunca visto na vida do homem, pois tem impacto ao longo da idade, desde as crianças até aos idosos, quer quanto a praticantes, quer quanto a espetadores, quer quanto aos que são agentes relacionados com o desporto, sejam treinadores, dirigentes ou formadores. Hoje em dia temos imensas crianças e jovens a fazer atividade desportiva organizada e estruturada, o que significa que há uma expectativa muito forte destas crianças poderem atingir o sucesso.

Já Constantino (2015) refere que o desporto constitui uma ferramenta de inegável valor estratégico para estimular e rentabilizar algumas das vantagens comparativas do país como o clima, a hospitalidade ou o turismo que só poderá exprimir o seu potencial e alcançar níveis de desenvolvimento de acordo com a média europeia, se for tratado no mesmo plano de igualdade que outras áreas congéneres. Afirma também a necessidade de consolidar o modelo orgânico de movimento desportivo por forma a criar sinergias e valor estratégico para diversificar parcerias e fontes de financiamento, recentrando o desporto no sistema educativo do país, para se aspirar

---

<sup>7</sup> Neto, C. (01 de 03 de 2017). Os atletas brincaram muito na rua e foram felizes, não se fabricaram em laboratório. (M. Cabral, Entrevistador) Tribuna Expresso.

Por sua vez, Carvalho (2016) descreve que hoje o desporto é um fenómeno típico da globalização que reflete a cultura e a política do seu tempo.

- Exercício físico praticado de forma metódica, individualmente ou em grupo, e com diversos objetivos (competição, recreação, terapia, etc.)
- Divertimento; recreio

Desta forma, concluímos que o AR é apenas uma das formas existentes de Desporto.

What we see

What we don't see

DESIRE	EFFORT	PASSION	FOCUS		
TRAINING	PAIN	FAILURE	HARD WORK		
INJURY	ELATION	EARLY MORNINGS	LATE NIGHTS	BLOOD, SWEAT & TEARS	
LISTENING	FEAR	SACRIFICE	FEEDBACK	IMPROVEMENT	PATIENCE
INNOVATION	BRAVEY	DISCIPLINE	PERSEVERANCE	COURAGE	PLANNING
LONGELINESS	REST	REJECTION	LEARNING	SADNESS	TACT
MOTIVATION	SLEEP	STRATEGY			VISION
COMMITMENT	HONESTY				
	ATTEMPT				

1st

2nd

3rd

13

O AR é um fenómeno diferente pois o processo da sua preparação requer, segundo Araújo (2003), o desenvolvimento a longo prazo e através de uma cuidada planificação, pressupondo uma imprescindível cooperação entre a Família, a Escola, o Clube, o CAR, etc. exigindo a pais, dirigentes e treinadores, o reconhecimento prévio da importância que tem que cada atleta tenha a noção correta de carreira, aprendendo que a meta a atingir é a excelência e a superação.

O fenómeno da passagem do desporto (praticado por massas) até ao alto rendimento (onde apenas alguns chegam) explica-se, segundo De Bosscher et al (2015), através da pirâmide de SPLISS (Sports Policy factors Leading to International Sporting Success) (Fig. 2).

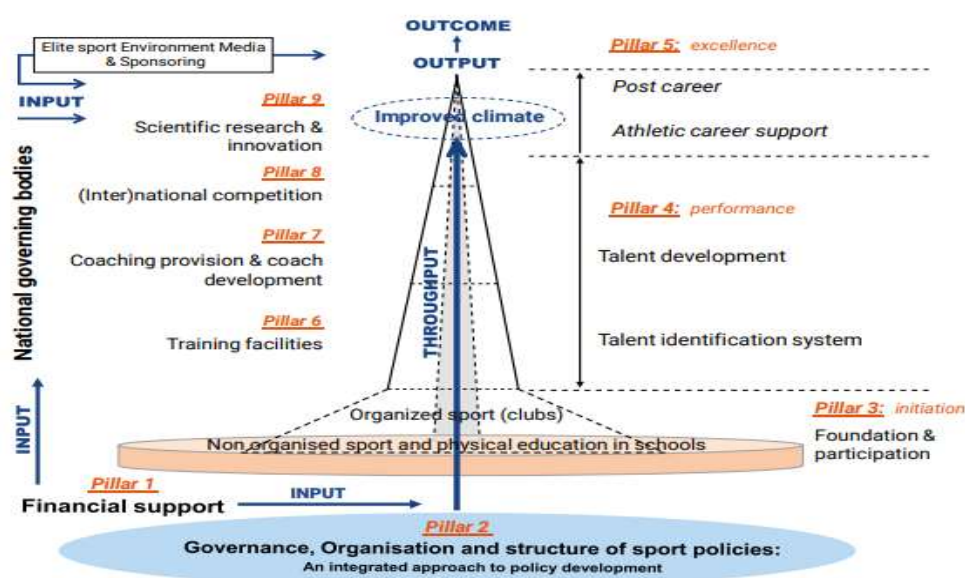


Figura 2: Modelo SPLISS<sup>10</sup>.

Este modelo defende que, embora muitos atletas pratiquem desporto, apenas alguns atingem o alto rendimento, e esta evolução depende de vários fatores, que os autores defendem como sendo nove, o apoio financeiro, sistema desportivo

<sup>10</sup> De Bosscher, V., Shibli, S., Westerbeek, H., & Van Bottenburg, M. (2015). *Successful Elite Sport Policies: An international comparison of the SportsPolicy factors, Leading to International Sporting Success (SPLISS 2.0) in 15 nations*. UK: Meyer & Meyer Sport.

(Estado e organizações governamentais), cultura e participação desportiva, identificação e desenvolvimento de talentos, carreira profissional (suporte pós carreira), instalações desportivas, treino, apoio e desenvolvimento dos treinadores, participação em competições nacionais e internacionais e pesquisas científicas e tecnológicas de apoio ao desporto.

É no pilar 4 que se desenvolvem as questões relacionadas com a carreira dupla e a adequação dos horários de treinos e horários escolares, pois para o desenvolvimento eficaz do talento é essencial que a escola acompanhe e ajude esses atletas.

Neste modelo, consegue-se depreender que o apoio aos atletas tem que vir no início da carreira, mesmo antes de alcançar o alto rendimento. A atenção primordial deve ser na base da pirâmide, com o estabelecimento de uma cultura desportiva de elevada participação, apoiada num sistema desportivo com forte apoio financeiro.

É necessário um esforço de gestão desportiva integrada, que permita que o desporto de elite tenha um crescimento sustentado e com sucesso, em que todos os agentes desportivos estejam incluídos.

Assim, verificamos que a carreira dos atletas altera ao longo da vida e poucos dos atletas que iniciam a sua carreira chegam ao alto rendimento.

A carreira desportiva do atleta envolve diferentes fases, que podem estar associadas à idade cronológica e à progressão pelas categorias de um determinado desporto por ex.: benjamim, infantil, juvenil, júnior, sénior<sup>11</sup>. Estas fases podem também estar associadas ao nível de rendimento que o atleta alcança, conforme constatou Bloom (1985) num estudo pioneiro sobre desenvolvimento de talentos, não enfatizando as transições que considera as fases de Iniciação, Desenvolvimento e Excelência. Em cada uma destas categorias, nos vários estudos, o alto rendimento acaba por ter um tratamento próprio dado ser um fator diferenciador do desporto.

---

<sup>11</sup> Escalões na modalidade de ginástica

Sobre a carreira dos atletas e as suas várias fases, segundo Dr. Matthew Robinson<sup>12</sup> o alto rendimento inicia-se, na fase de treino para competição e na fase de treino para vencer, onde já só estão apenas os atletas selecionados.

Numa fase inicial da carreira de um atleta o foco na alta competição é muitas vezes reduzido e é induzido pela sociedade envolvente, nomeadamente pelos pais e pelos colegas mais velhos na modalidade. Conforme a exigência dos treinos e com o aumento da complexidade das competições, a motivação pelos incentivos que a alta competição pressupõe começa a ter algum peso na continuidade da carreira desportiva.

O modelo proposto por Balyi (2013) define como 7 as fases de desenvolvimento (Fig.3):

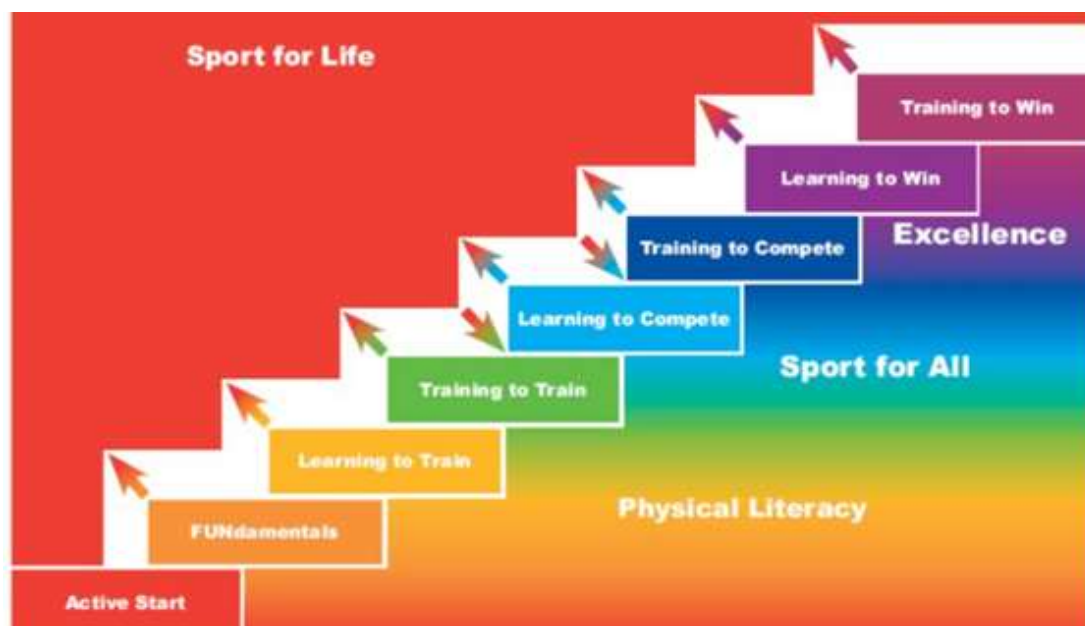


Figura 3: Fases de desenvolvimento do atleta <sup>13</sup>

1- *Active Start* (0-6 anos) - Desde a infância, os pais devem oferecer oportunidades para que as crianças sejam fisicamente ativas, todos os dias num ambiente seguro e divertido. A atividade física através do brincar é uma parte

<sup>12</sup> Professor da Universidade de Delaware – Curso on-line “De atleta a coach”  
<http://onlinecourse.olympic.org/course/baseview.php?id=20>

<sup>13</sup> Balyi, I. W. (2013). *Long-Term Athlete Development*. USA: Human Kinetics.



essencial do desenvolvimento da criança. A atividade deve incorporar técnicas fundamentais de movimento, nos ambientes que levem à alfabetização física, por exemplo na água (natação); no chão (atletismo), no ar (ginástica), no gelo e na neve: deslizamento (ski, patinagem)

2- *Fundamentals* (6-8 F, 6-9 M) – Aqui o objetivo é refinar as aptidões fundamentais do movimento e iniciar na aquisição de capacidades desportivas básicas. Este é o momento em que se preparam futuras técnicas mais avançadas.

3- *Learn to Train* (8-11 F, 9-12 M) - Este é o período de aprendizagem acelerada de coordenação e controle motor fino. Nesta fase, os praticantes estão mais recetivos a adquirir as técnicas desportivas, que são os pilares de desenvolvimento de todos os atletas.

4- *Train to Train* (11-15 F, 12-16 M) – Nesta fase o objetivo é desenvolver técnicas específicas de cada desporto, começar introduzir a competição e começar a enfatizar o treino de apoio para desenvolver velocidade, força e resistência, mantendo a flexibilidade.

5- *Learn to Compete* (15-18 F, 16-18 M) – Aqui preparam-se os atletas para o ambiente de competição, continuando a aperfeiçoar as técnicas, habilidades auxiliares e desenvolvendo atributos.

6- *Train to Compete* (19-21 F, 19-23 M) – O objetivo nesta fase é transferência do ambiente de treino para um ambiente competitivo. Os atletas devem consolidar as capacidades técnicas, e manter as capacidades auxiliares e físicas subjacentes.

7- *Train to Win* (+de 19 anos F e M) - O foco desta fase é a estabilização de desempenho sob características de excelência dentro do maior nível de desempenho. É o alto rendimento, inclui competições como Campeonatos Europeus, Mundiais e Olimpíadas. A maturação está completa e todos os fatores de desempenho devem ser totalmente estabelecidos para otimizar o desempenho em competições nacionais ou internacionais. Isto é importante para construir uma estratégia vencedora com estes atletas e para individualizar treino e programas de recuperação para evitar o excesso de treino.

Nestas fases defendidas por Balyi (2013) o AR situa-se maioritariamente na fase *Train to Win*, no entanto, os esforços dos atletas iniciam-se ainda em idades

prematuras, quando se têm que aumentar capacidades físicas para que no futuro se obtenham resultados de excelência desportiva.

Segundo Lavallee et al (2000), a carreira dos atletas tem que ter em conta aspetos como ênfase da educação, sendo essencial para a transição para um pós-carreira tranquilo e de sucesso, o planeamento de carreiras longas, saudáveis e psicologicamente estáveis. Assim, na estruturação das carreiras dos atletas devem ser incluídos estudos e opiniões de especialistas em medicina, psicologia, gestão financeira, recursos humanos. Deverão ser pensadas formas de avaliação da perceção e do estado dos atletas em todos os itens, pensando sempre no seu futuro. Este autor aponta que atletas que realizaram sua transição de forma planeada adaptaram-se de forma mais positiva do que aqueles que enfrentaram transições não planeadas.

Este autor refere também que ao mesmo tempo que um atleta desenvolve as capacidades técnicas no seu desporto, eles também passam por fases de aquisição de uma educação com objetivos relacionados à sua carreira, crescendo física e emocionalmente, e desenvolvendo relacionamentos pessoais e interpessoais (Fig.4).



Figura 4 – Atleta vs Pessoa<sup>14</sup>

O atleta enfrenta várias transições durante o seu envolvimento ativo na participação num desporto. Às vezes, há sérios conflitos entre as fases da vida e as aspirações atléticas. As transições críticas ocorrem em alturas como na decisão de frequentar

<sup>14</sup> Fonte: IOC Athlete Career Program in <https://athlete.adecco.com/>

uma universidade ou iniciar um emprego em período integral, na passagem para um nível de desempenho de elite nas competições nacional e internacionais, na transição física e emocional que começa com a puberdade e continua até a adolescência, no estabelecimento de relações sociais e sexuais de natureza temporária e permanente. O autor defende que os treinadores devem levar em consideração essas transições ao planejar os programas de treino anuais e de longo prazo para os seus atletas (Fig. 5).

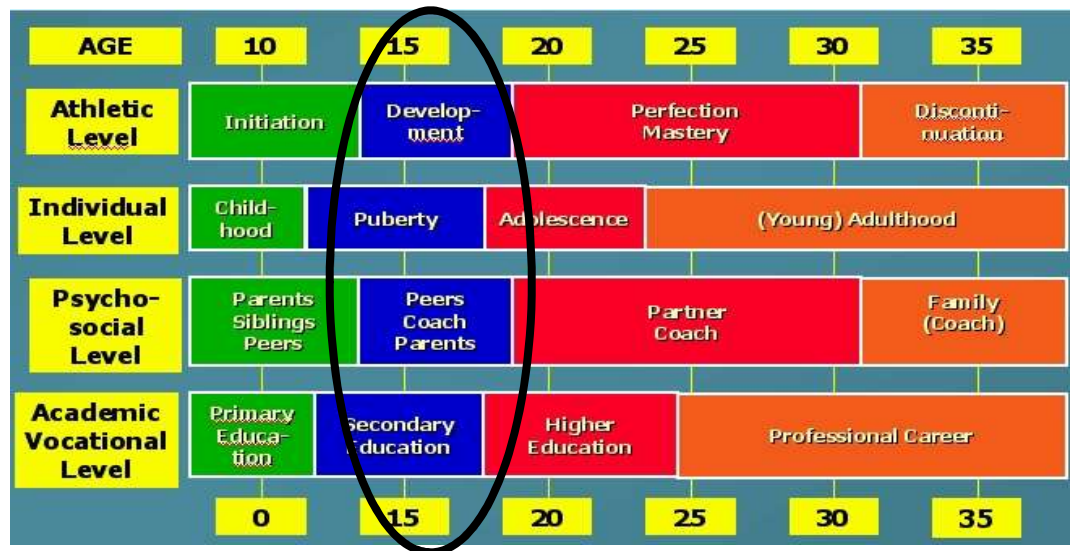


Figura 5: Fases de desenvolvimento do indivíduo, do atleta e do aluno<sup>15</sup>

Wylleman e Lavallee (2004) sugerem a abordagem desenvolvimentista para lidar com transições de atletas jovens, pois esta considera os aspetos da carreira atlética, o nível de maturação psicológica, os aspetos psicossociais e as etapas de escolaridade. Esta percepção integrada das carreiras desportiva e não-desportiva ajuda a entender a vida do atleta como um todo e destaca a importância de se considerar as outras variáveis para além da vida desportiva, tais como o nível de maturidade psicológica (infância, adolescência e idade adulta), as referências de relacionamento (família, amigos, parceiros e treinadores) e o nível de escolaridade. É importante ressaltar que a relação entre a idade cronológica e as fases nas diferentes esferas é apenas uma aproximação e que deve ser tratada de forma

<sup>15</sup> Wylleman, P., Alfermann, D., & Lavallee, D. (Janeiro de 2004). Career transitions in sport: European perspectives. *Psychology of Sport and Exercise*, pp. 7-20.

isolada e conforme o contexto sociocultural do atleta e da modalidade envolvida.

Estes autores referem ainda que a relação entre a carreira desportiva e os estudos é que, à medida que o atleta evolui na sua carreira atlética, mais difícil de conciliar e esta é uma dificuldade constantemente encontrada pelos jovens talentos. Por exemplo, quando o momento da transição desportiva para o escalão sénior ou profissional chega ao mesmo tempo em que se dá a transição do ensino secundário para a universidade, no âmbito escolar. Ou seja, são duas transições simultâneas que exigem extrema dedicação e, às vezes, leva à ter que se optar pela continuação dos estudos ou pela carreira desportiva. A pressão dos próprios treinadores e até dos pais pode forçar o atleta a fazer a opção de dedicar-se integralmente aos treinos e não continuar ou suspender os estudos.

"Carreira Dual" no desporto define a exigência que os atletas enfrentam de iniciar, desenvolver e finalizar uma carreira desportiva de elite juntamente com o seu papel como alunos ou trabalhadores não esquecendo o aspeto social e de relacionamentos, vitais numa vida equilibrada.

Embora os atletas tenham desenvolvimentos diferentes, dependendo também das modalidades, a carreira dual geralmente abrangem o período dos 15 aos 20 anos. A duração de cada uma das fases depende do tipo de desporto, do desenvolvimento do talento e do género. A especialização num desporto e o maior desenvolvimento desportivo ocorrem normalmente na adolescência, com exceção de desportos de especialização precoce como ginástica, patinagem e natação.

A importância atual do AR é inquestionável e existem vários autores que referem este fenómeno como sendo de extrema importância na sociedade atual, conforme observamos das transcrições que obtivemos.

Bento (2007), refere que nesta conjuntura estética e corporal (referindo-se à procura incessante pelo corpo perfeito) que é conferida ao desporto uma valorização incomum. O "Homo Sportivus" torna-se objeto de culto, dotado de enorme fascínio e atração, por prometer uma vida mais bela, longa e ativa, por inovar e transportar

o sonho da eterna juventude; e não apenas simboliza este ideal, consegue em parte realizá-lo<sup>16</sup>.

Moura (2007) refere que o desporto Olímpico (alto rendimento) é porventura uma das faces onnipresentes da mediatizada e globalizada sociedade contemporânea, onde confluem valores universais e se materializam laços privilegiados de relacionamentos entre os indivíduos, os povos e as culturas. Refere também o desporto, como fenómeno, mesmo sendo híper economicista, com todos os defeitos associados, não deixa de ser determinante para um mundo melhor, numa época assolada pela conflitualidade e pela intolerância.<sup>17</sup> Como excelente exemplo de que o desporto é muito mais do que uma atividade física, temos a aproximação das duas Coreias, através de uma participação conjunta e desfilando como uma só nação nos Jogos Olímpicos de Inverno de 2018.

Alto rendimento é definido, na legislação, como a **prática desportiva em que os praticantes obtêm classificações e resultados desportivos de elevado mérito, aferidos em função dos padrões desportivos internacionais**.<sup>18</sup> Perante esta definição podemos retirar que são necessárias três premissas para a obtenção do nível de alto rendimento:

- Prática Desportiva
- Classificação e resultado desportivo relevante
- Segundo padrões internacionais.

Já Carvalho (2001), refere a alta competição como a prática desportiva inserida no âmbito do desporto de rendimento que corresponde à evidência de talentos e de vocações de mérito desportivo excecional cujos resultados se aferem por padrões internacionais, carece de especial orientação e organização.<sup>19</sup>

---

<sup>16</sup> Bento, J. (Outubro - Dezembro de 2007). Do homo sportivus: relações entre natureza, cultura e técnica . *Revista Brasileira de educação Física e Esporte, São Paulo* , pp. 315-330.

<sup>17</sup> Constantino J. & Bento J. (2007). *Em Defesa do Desporto: Mutações e valores em conflito*. Coimbra: Edições Almedina

<sup>18</sup> Artigo 2º do Decreto-Lei nº. 272/2009, de 01 de Outubro

<sup>19</sup> Carvalho, M. J. (2001). *O apoio material à prática desportiva de alta competição: da lei à realidade*. Lisboa: INFED.

De acordo com o IPDJ, a noção de alto rendimento está associada a um elevado nível de seleção, rigor e exigência, daí que Zenha, Resende & Gomes (2009) refira que só alguns dos melhores praticantes portugueses estão abrangidos por este regime.

Este tema reveste-se de grande importância quando é referido, na legislação, que a participação nas seleções nacionais é considerada interesse público legitimando o apoio e as garantias especiais dadas por parte do Estado.<sup>20</sup>

O desporto, como direito fundamental, consagrado na Constituição da República, tem sido ao longo dos anos alvo de muita legislação. No entanto, ainda estaremos muito longe de encontrar um modelo de apoio ao alto rendimento que seja efetivamente eficaz e comparável com a realidade que se vive noutros países da Europa.

É a partir de Julho de 1976, segundo Carvalho (2001), com o 1º Governo Constitucional, que se inicia a produção normativa respeitante ao subsistema de AR, com o aparecimento do primeiro texto legislativo e regulamentar a requisição e destacamento respeitante aos trabalhadores/atletas que participassem em provas desportivas internacionais<sup>21</sup>.

Assim, verificamos que embora vários autores reflitam de forma diferente sobre esta temática, existem várias ideias comuns como a **exigência** inerente ao AR face à sua importância social, económica e mediática.

## 2. Perspetiva Política do Alto Rendimento

Seguidamente faremos um levantamento da perspetiva política do AR, na Europa e

---

<sup>20</sup> Artigo 45.º da Lei 5/2007 de 21 de Julho

<sup>21</sup> Decreto-lei 559/76 de 16 de Julho: *Artigo 1.º Os trabalhadores, a qualquer título vinculados ao Estado, às autarquias locais ou a outras pessoas coletivas de direito público, podem ser destacados ou requisitados, por períodos não superiores a cento e oitenta dias, a fim de se submeterem a preparação e a participarem em provas desportivas internacionais consideradas de interesse público nacional.*

em Portugal onde referimos os sistemas educativo e desportivo e colocamos em destaque a legislação que regulamenta este subsistema desportivo.

## **2.1. O Alto Rendimento na perspetiva da União Europeia**

Também a Comissão Europeia, no seu Livro Branco, (Comissão das Comunidades Europeias, 2007) aborda o tema do desporto e do alto rendimento, e pretende reforçar o papel do desporto na escola pois considera que o desporto reforça o capital humano da Europa.

Os valores veiculados pelo desporto contribuem para desenvolver os conhecimentos, a motivação, as competências e a disponibilidade para fazer esforços pessoais.

O tempo consagrado às atividades desportivas na escola e na universidade tem efeitos benéficos para a saúde e para a educação, que têm de ser valorizados.

Desta forma, a Comissão refere, na sua política de desenvolvimento, que pretende:

- Promover o desporto e a educação física como elementos essenciais de uma educação de qualidade e como meios para tornar as escolas mais atrativas e melhorar a taxa de frequência escolar;
- Orientar a sua ação para a melhoria do acesso das raparigas e das mulheres adultas à educação física e ao desporto, com o objetivo de as ajudar a ganhar confiança, melhorar a sua integração social, vencer os preconceitos e promover um estilo de vida saudável e o acesso das mulheres à educação;
- Apoiar a promoção da saúde e as campanhas de sensibilização do público através do desporto.

Foram desenvolvidos alguns projetos para abordagem destas questões:

- Estudo sobre o treino de desporto em jovens atletas
- Estudo sobre a educação em jovens atletas
- Foram financiados 4 projetos transnacionais sobre a dupla carreira em 2009
- Foram publicadas, pelo grupo de especialistas em educação e treino, linhas de

orientação para o acompanhamento das duplas carreiras em 2012.

O apoio da Comissão para a dupla carreira pretende assegurar que os jovens desportistas recebam formação educacional e/ou profissional ao mesmo tempo que desenvolvem treino desportivo. Isso também ajudará os atletas europeus a apresentarem-se bem e a competir num elevado nível internacional, reduzindo o número de pessoas que abandonam a escola, a universidade e o desporto. A educação e o treino de alta qualidade também irão contribuir para uma transição equilibrada para a pós-carreira destes atletas.

A Comissão Europeia tem demonstrado preocupação com o abandono escolar dos atletas e criou um documento que estabelece diretivas decorrentes da reflexão sobre este assunto<sup>22</sup>.

A carreira de conciliação na carreira dual exige aos atletas organização e gestão do tempo que lhe permitam ter sucesso em ambas as valências na sua vida. Já Carvalho (2002) referia que qualquer atleta estudante de alta competição terá um dia-a-dia deveras atribulado se pretender conciliar a sua atividade estudantil com a prática desportiva, na medida em que o tempo despendido em dois treinos diários e nas deslocações constitui, por si só, o horário normal de qualquer aluno que não seja praticante desportivo.

A carreira dupla ou dual, segundo a Comissão Europeia, é entendida como a possibilidade do atleta combinar, sem esforços pessoais desproporcionados, a carreira desportiva com educação e/ou trabalho de forma flexível, através de uma formação de elevada qualidade que proteja os seus interesses morais, de saúde, educativos e profissionais, sem comprometer nenhum dos objetivos, com particular ênfase na educação formal permanente dos jovens atletas.

Os atletas, muitas vezes, enfrentam desafios para combinar a sua carreira

---

<sup>22</sup> Commission, E. (2012). *EU Guidelines on Dual Careers Of Athletes: Recommended Policy Actions in Support of Dual Careers in High-Performance Sport*. Brussels. Obtido de European Commission: [https://ec.europa.eu/sport/policy/societal-role/dual-careers\\_en](https://ec.europa.eu/sport/policy/societal-role/dual-careers_en)



desportiva com a educação ou até profissão, assim enfrentam o que a comissão designa por carreira dual atleta-estudante ou atleta-trabalhador. Para obter sucesso no mais alto nível de um desporto, isso exige não apenas altos níveis de motivação, compromisso, resiliência e responsabilidade do atleta, com treino intensivo e competições, o que pode ser difícil de conciliar com os desafios e restrições do sistema educacional e no mercado de trabalho. Muitas vezes acaba por ser aliciante optar pela carreira desportiva porque chega a envolver, em algumas modalidades desportivas, valores monetários elevados. Assim, nem sempre a dimensão desportiva é o fator mais importante no desporto.

Pelo gráfico apresentado pela revista Forbes (abaixo apresentado), verificamos que os ordenados dos atletas atingem valores que levam qualquer atleta a pensar na sua carreira como uma excelente fonte de rendimento. Mas este cenário é apenas para alguns e através de alguns dados que se podem retirar, pelos dados de 2018, verificamos que o Boxer americano Floyd Mayweather é o líder com um valor de 285 milhões de dólares, mais do que o dobro do segundo classificado que é Lionel Messi, segundo colocado, nenhuma mulher aparece no top 100, de entre os atletas "olímpicos", apenas Usain Bolt, já retirado aparece em 43º lugar, por desporto, o basquetebol domina a lista com 39 atletas no Top 100 e Portugal apenas tem um atleta na lista que é o futebolista Cristiano Ronaldo (Fig. 6).



Figura 6 – Os atletas mais bem pagos<sup>23</sup>

<sup>23</sup> Obtido de Forbes (2018): <https://www.forbes.com/athletes/#15c4a08055ae>.

Pela sua importância, perante todos os dados, a carreira dual terá que ser estudada pelos estados membros para permitir sucesso escolar e um ingresso dos atletas, mais tranquilo após o fim da sua carreira desportiva.

A união defende que os países deverão desenvolver ações de forma a melhorar as condições para uma carreira dual sustentável, programas que permitam adaptações sob medida para atletas talentosos e de elite, ao longo da sua vida como estudante-atleta ou empregado-atleta.

Na sequência do apelo lançado pelo Conselho Europeu em 2008 para que fosse abordada a questão da “dupla carreira”, a Comissão realça a importância de assegurar aos atletas jovens de alto nível uma educação de qualidade paralelamente à sua formação desportiva. Os atletas jovens, em especial os atletas que vêm de países terceiros para treinar e competir na Europa, enfrentam múltiplos riscos que estão associados à sua vulnerabilidade. A qualidade dos centros de formação desportiva e respetivo pessoal deve ser suficientemente elevada para proteger quer o desenvolvimento moral e educativo dos atletas, quer os seus interesses profissionais.<sup>24</sup>

Assim, a comissão estabeleceu 36 diretrizes de orientação, para que os estados membros acompanhem da melhor forma a dupla carreira, de entre as quais destacamos, as que estão mencionadas no capítulo dedicado à educação (EU, 2012).

- As autoridades públicas e todos os agentes envolvidos devem desenvolver um enquadramento para a dupla carreira no desporto e nas escolas, de ensino normal e também no ensino profissional, no qual deverão incluir disposições específicas (por exemplo, flexibilidade, currículo adaptado, e-learning, reforço das tutorias,

---

<sup>24</sup> Commission, E. (2012). *EU Guidelines on Dual Careers Of Athletes: Recommended Policy Actions in Support of Dual Careers in High-Performance Sport*. Brussels. Obtido de European Commission: [https://ec.europa.eu/sport/policy/societal-role/dual-careers\\_en](https://ec.europa.eu/sport/policy/societal-role/dual-careers_en).

utilização de instalações e serviços desportivos e serviços de apoio);

- A tutela do desporto e da educação deve considerar a criação de oportunidades específicas para desportos de especialização precoce no sistema de educação escolar, dado que estes jovens atletas enfrentam situações específicas e necessitam de proteção ao seu desenvolvimento físico e mental, de preferência em estreita cooperação com clubes locais e com um sistema de monitorização transparente.
- A tutela do desporto e da educação deve encorajar os agentes desportivos e os institutos de ensino superior a desenvolver e implementar caminhos de dupla carreira, incluindo esse tema nos currículos e possibilitando o uso de instalações e serviços de apoio.
- As autoridades públicas devem apoiar o desenvolvimento de um sistema de acreditação para instituições educacionais, com perfil desportivo e envolvidas em duplas carreiras de estudantes-atletas, levando em consideração as características específicas dos diferentes tipos de educação.
- As autoridades educacionais devem promover e apoiar a cooperação entre instituições educacionais para desenvolver currículos, programas e materiais de aprendizagem usando um ambiente de ensino virtual que seja partilhado através de uma plataforma, facilitando o ensino assíncrono.

Também a Carta Europeia do Desporto, de 1992, consagra o apoio ao desporto de alta competição e ao desporto profissional<sup>25</sup>, referindo a necessidade do acompanhamento direto ou indireto aos desportistas talentosos, respeitando a sua personalidade e a sua integridade física e moral, tendo em conta a necessidade da sua formação e o seu futuro como cidadãos de plenos direitos e integrados na sociedade, protegendo-os de qualquer tipo de abuso ou exploração, isto deverá ser desenvolvido por uma gestão desportiva em estruturas organizadas com base profissional.

Verificamos que a União Europeia confere uma grande importância a este tema e a criação das UAAREs não foi indiferente a todas estas recomendações, tendo

---

<sup>25</sup> Artigo 8º da Carta Europeia do desporto

inclusivamente incluído o apoio aos atletas mais jovens, face a estas diretivas.

## 2.2. Carreira Dual

Sobre o tema da carreira dual, um pouco em sequência das orientações europeias, reuniu-se, em 2014, um grupo de *experts*, com a intenção de analisar eventuais medidas de apoio e incentivo à implementação de carreiras duais dos praticantes desportivos e de um Estatuto de Estudante atleta.

Assim, é elaborado um relatório<sup>26</sup> em que se refere que a relação entre o desporto e a educação assume um papel de grande relevância na nossa sociedade, sendo essencial desenvolver um regime integrado de compatibilização entre os planos de estudo e de treino dos jovens que optam por conjugar estas duas valências, permitindo a realização de uma verdadeira carreira dual (entendendo esta, na área do Desporto, como a compatibilidade dos vários aspetos da vida de um atleta de alto rendimento, sejam eles os estudos, a profissão, a família, a integração social, entre outros).

Para que Portugal abandone a cauda dos países com menor taxa de praticantes desportivos na Europa, precisa de construir percursos alternativos que respondam a quem quer aliar o exercício de uma profissão ou os estudos com a prática desportiva regular. Optar implica, muitas vezes abdicar. A opção em seguir um determinado objetivo, deixando um outro para uma nova oportunidade, é uma decisão difícil, capaz de afastar definitivamente a pessoa deste segundo objetivo.

Ao diminuirmos a pressão da necessidade dessa opção, estaremos a participar conscientemente num projeto de vida pleno. A construção de uma possibilidade de carreira dual facilita o desenvolvimento da dimensão desportiva, em paralelo com as demais dimensões pessoais e coletivas. A carreira dual exige uma rede de apoio que não se limita ao desporto, nem apenas ao ensino ou ao emprego. De facto, trata-se de idealizar e construir uma rede de serviços complementares, especializados, capazes de prevenir fenómenos como o abandono escolar precoce,

---

<sup>26</sup> Vários. (2014). *Relatório Carreiras Duais dos Praticantes Desportivos*.

o desemprego ou até mesmo o risco de lesão.

Neste relatório é elaborada a comparação entre as diretivas europeias e a realidade em Portugal, sobre a Carreira Dual, apresentada no quadro (nº 1) que se segue.

Quadro 1 - Comparação entre as orientações do Conselho Europeu sobre as carreiras duais dos atletas e as medidas existentes em Portugal

Diretrizes do Conselho	Medidas implementadas em Portugal
<b>Princípios e Políticas</b>	
1- Desenvolvimento de um quadro político e/ou diretrizes nacionais sobre as carreiras duais que envolvam todas as partes interessadas pertinentes, como sejam os ministérios do desporto, saúde, educação, emprego, defesa, juventude, assuntos internos, finanças e outros	<ul style="list-style-type: none"><li>• Implementação de legislação que consagra o apoio às Carreiras Desportivas – Duais</li><li>• Apoio à constituição e funcionamento das comissões de atletas olímpicos e paralímpicos</li><li>• Criação de uma divisão de desporto federado na administração pública desportiva com responsabilidades na implementação do ordenamento jurídico específico para as Carreiras Duais</li><li>• A criação do Grupo de Trabalho para as Carreiras Duais dos Praticantes Desportivos/Estatuto do Estudante-A atleta.</li><li>• Orientações de promoção de medidas de apoio nos regimentos de funcionamento dos Centros de Alto Rendimento</li><li>• Constituição das comissões de gestão local dos CAR</li></ul>
2- Promover a cooperação e a celebração de acordos, entre todas as partes interessadas, tendentes ao desenvolvimento e aplicação das carreiras duais	<ul style="list-style-type: none"><li>• Protocolo SCML com o COP para a implementação do Plano de Responsabilidade Social do Comité</li><li>• Apoio manifestado pelo organismo governamental (SEDJ) e administração pública desportiva (IPDJ, IP) ao desenvolvimento do Programa ACP - Athlete Career Programme, parceria CAO e Adecco</li><li>• Protocolos de realização de estágios curriculares e/ou profissionais entre diversas organizações públicas e/ou privadas.</li></ul>
3- Encorajar a cooperação transetorial e apoiar medidas inovadoras bem como a investigação que visem identificar e resolver os problemas com que os atletas se debatem tanto no ensino como no local de trabalho	<ul style="list-style-type: none"><li>• Exemplos dos programas Erasmus+, sendo que várias IES estão a preparar candidaturas;</li><li>• Apoio à investigação aplicada, através da FCT (que infelizmente reduziu o financiamento e eliminou a área das ciências do desporto);</li><li>• Apoios da Agência para a Inovação e da AN-PROALV</li></ul>

<b>Diretrizes do Conselho (cont.)</b>	<b>Medidas implementadas em Portugal (cont.)</b>
4- Promover a partilha de boas práticas e de experiências em matéria de carreiras duais entre os Estados-Membros a nível local, regional e nacional	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Partilha e esclarecimentos acerca do document “EU guide lines on dual careers of athletes”.</li> </ul>
5- Garantir que as medidas de apoio às carreiras duais são aplicadas da mesma maneira a atletas masculinos e femininos e, tendo em conta as necessidades especiais, de atletas com deficiência ou incapacidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Todo o enquadramento jurídico nacional que consagra medidas de apoio às carreiras duais prevê a especificidade necessária para cidadãos com deficiência ou incapacidade e garante a igualdade de género.</li> </ul>
6- Encorajar as organizações desportivas e os estabelecimentos de ensino a garantirem que apenas pessoal com qualificações adequadas ou devidamente formado trabalha, profissionalmente ou enquanto voluntário, no apoio aos atletas que sigam uma carreira dual	
7- Promover o uso de normas de qualidade nas academias desportivas e nos centros de treino de alto desempenho, por exemplo no que diz respeito ao pessoal relacionado com as carreiras duais, às disposições em matéria de proteção e segurança e à transparência quanto aos direitos dos atletas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O Modelo de Gestão e Financiamento dos CAR contempla normas a observar em defesa das Carreiras Duais</li> </ul>
<b>Educação e Formação</b>	
8- Criar percursos adaptados que permitam aos atletas combinarem as suas atividades desportivas com os estudos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O Sistema Nacional de Qualificações tendo como objetivo fundamental, promover a elevação da formação de base da população ativa, através da progressão escolar e profissional já prevê a possibilidade de criar percursos curriculares alternativos e adequados a diferentes realidades, dentro destas a desportiva, no âmbito da autonomia dos estabelecimentos de ensino básico, secundário e superior, os centros de formação profissional e de reabilitação profissional IEFP e escolas profissionais.</li> </ul>
9- Criar ciclos académicos adaptados, percursos individuais de aprendizagem, ensino à distância e aprendizagem em linha, orientação pedagógica suplementar e flexibilidade nos calendários dos exames podem ser úteis a este respeito	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho prevê como ofertas formativas no ensino secundário a existência de cursos com planos próprios. Cabe às escolas, no âmbito da sua autonomia propor a criação destes cursos que conferem dupla certificação.</li> <li>• O sistema apenas prevê esta situação para alunos que se encontram em risco de abandono por retenções sucessivas, pelo que não poderá ser aplicado aos praticantes em regime de alto rendimento.</li> </ul>

Diretrizes do Conselho (cont.)	Medidas implementadas em Portugal (cont.)
9-Continuação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O ensino a distância é uma possibilidade que deve ser explorada pelos alunos cuja assiduidade possa estar em causa durante períodos mais alargados, podendo ser o adequado para alunos atletas que se ausentam do seu local de residência por períodos prolongados de tempo. Portaria n.º 85/2014, de 15 de abril;</li> <li>• No que diz respeito às provas de exame, os praticantes desportivos abrangidos pelo regime de AR podem requerer a alteração das datas das provas de exame, desde que estas sejam coincidentes com o período de participação em competições desportivas, conforme regulamentado no artigo 17.º do DL n.º 272/2009, de 1 de outubro e n.º 6 do artigo 44.º do Despacho normativo n.º5-A/2014.</li> </ul>
10- Criar um sistema de certificação de qualidade dos serviços relacionados com as carreiras duais prestados por centros de formação, escolas desportivas, academias desportivas, clubes desportivos, federações desportivas e/ou universidades	
11- Apoiar as instituições de ensino a nível nacional e entre os Estados-Membros para que cooperem na adaptação de programas de ensino e trabalhem, com carácter prioritário, no estabelecimento de equivalências entre níveis de qualificação, como descrito no QEQ	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O QNQ aprovado pela Portaria n.º 782/2009, de 23 de julho, adotou os princípios do QEQ no que diz respeito à descrição das qualificações nacionais em termos de resultados de aprendizagem, de acordo com os descritores associados a cada nível de qualificação</li> </ul>
12- Implementar medidas que facilitem e promovam a mobilidade geográfica dos atletas, de forma a permitir a combinação das suas carreiras desportivas com programas de ensino no estrangeiro	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promoção e implementação do programa Erasmus + Sport.</li> <li>• Ensino à Distância.</li> </ul>
13- Desenvolver programas de formação e/ou de qualificações no domínio do desporto destinados aos atletas [...], através da promoção da relação entre os prestadores de ensino [...] e as organizações desportivas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O CNQ contempla ofertas formativas com condições de acesso que podem ser adequadas aos praticantes desportivos cujos referenciais de formação contaram com a participação de organizações desportivas.<sup>57</sup></li> <li>• O Plano Nacional de Formação de Treinadores</li> <li>• é regulado pela administração central em parceria com as organizações desportivas.</li> </ul>
14- Através dos quadros nacionais de qualificações, alinhar os cursos de desporto, as qualificações e a certificação dos profissionais envolvidos em serviços de apoio às carreiras duais com o Quadro Europeu de Qualificações	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ver medida associada à Diretriz 11 do Conselho.</li> </ul>

Diretrizes do Conselho (cont.)	Medidas implementadas em Portugal (cont.)
Emprego	
15- Apoiar eventos específicos para atletas (seminários, conferências, sessões de trabalho, eventos de promoção de redes, mercados de emprego) que sublinhem a importância das carreiras duais e os informem dos serviços e apoios ao emprego que sejam pertinentes e estejam disponíveis	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoio manifestado pelo organismo governamental (SEDJ) e administração pública desportiva (IPDJ, IP) ao desenvolvimento do Programa ACP - <i>Athlete Career Programme</i>, parceria CAO e Adecco</li> </ul>
16- Estabelecer programas específicos para as carreiras duais dos atletas que trabalhem em serviços públicos, que serviriam também de exemplo de boas práticas para outros empregadores	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A legislação nacional prevê um conjunto de medidas de apoio às Carreiras Duais conferindo várias facilidades laborais e regimes de acesso a concursos públicos prioritários, contrato de trabalho com regimes de contribuições fiscais e sociais vantajosas e bolsas académicas para praticantes de alto rendimento</li> </ul>
17- Ponderarem eventuais medidas destinadas a remediar as desvantagens que os atletas podem enfrentar devido à sua participação irregular no mercado de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A legislação nacional prevê um conjunto de medidas de apoio às Carreiras Duais conferindo várias facilidades laborais e regimes de acesso a concursos públicos prioritários para praticantes de alto rendimento</li> <li>• A legislação prevê, igualmente, subvenção temporária de reintegração, a comparticipação em seguros sociais voluntários, acesso e regime de frequência para formação superior em condições especiais, contrato de trabalho com regimes de contribuições fiscais e sociais vantajosas e bolsas académicas para praticantes de alto rendimento</li> </ul>
18- Promover a orientação e o apoio destinados aos atletas de elite em fim de carreira, para que estes possam preparar-se para, iniciar ou desenvolver uma carreira no mercado de trabalho mais amplo, no termo da sua carreira desportiva	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoio manifestado pelo organismo governamental (SEDJ) e administração pública desportiva (IPDJ, IP) ao desenvolvimento do Programa ACP - <i>Athlete Career Programme</i>, parceria CAO e Adecco</li> <li>• A legislação nacional prevê um conjunto de medidas de apoio às Carreiras Duais conferindo várias facilidades laborais e regimes de acesso a concursos públicos prioritários, contrato de trabalho com regimes de contribuições fiscais e sociais vantajosas e bolsas académicas para praticantes de alto rendimento</li> </ul>



<b>Diretrizes do Conselho (cont.)</b>	<b>Medidas implementadas em Portugal (cont.)</b>
18-Continuação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A legislação prevê, igualmente, subvenção temporária de reintegração, a comparticipação em seguros sociais voluntários, acesso e regime de frequência para formação superior em condições especiais para praticantes de alto rendimento</li> <li>• O IEFP promove Técnicas de Procura de Emprego, de modo a facilitar a aquisição ou desenvolvimento de estratégias para aceder ao mercado de trabalho e o domínio de técnicas e instrumentos de procura de emprego</li> <li>• O IEFP promove, igualmente, intervenções de aconselhamento de carreira, destinadas a apoiar a (re) definição e implementação de projetos pessoais que compreendam o desenvolvimento de uma atividade profissional, podendo abranger os atletas em fase de término ou após o término da carreira desportiva.</li> </ul>
19- Incluir as carreiras duais na agenda do diálogo social a nível nacional e a nível da EU	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A criação do Grupo de Trabalho para as Carreiras Duais dos Praticantes Desportivos/Estatuto do Estudante-A atleta.</li> <li>• Criação de legislação específica</li> <li>• Agendamento da matéria em Conselho de Ministros Europeu do Desporto EYCS</li> <li>• Integração da temática na Agenda da Presidência da EU</li> </ul>
<b>Saúde</b>	
20- Cooperação entre as autoridades desportivas, da saúde e educativas na prestação de assistência médica e psicológica aos atletas através de programas educativos nos domínios das competências para a vida, da vida saudável, da nutrição, da prevenção das lesões e das técnicas de recuperação, prestando uma especial atenção à integridade moral dos menores e à transição no final da carreira desportiva	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Protocolo para financiamento de apoio aos atletas de alto rendimento com a Faculdade de Ciências da Nutrição e da Alimentação da Universidade do Porto</li> <li>• Protocolo para o apoio à implementação de uma estrutura de suporte ao treino desportivo e aos praticantes de alto rendimento com a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro</li> <li>• Protocolos com o ensino superior para apoio à avaliação e otimização do rendimento que inclui apoio psicológico, nutricional, terapêutico e médico</li> </ul>

<b>Diretrizes do Conselho (cont.)</b>	<b>Medidas implementadas em Portugal (cont.)</b>
21- Incentivar as autoridades de saúde pública e os seguradores privados, a adotar disposições em matéria de seguros que proporcionem aos atletas- trabalhadores e aos antigos atletas uma maior proteção em relação a lesões relacionadas com a prática desportiva, dando especial atenção à transição no final de uma carreira desportiva	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Seguro desportivo obrigatório</li> <li>• Seguro de acidentes-pessoais</li> <li>• Seguro desportivo de alto rendimento – toda a rede médica e de cuidados de saúde nacional, pública e privada</li> <li>• Subvenção temporária de reintegração</li> <li>• Centro de Medicina Desportiva – apoio multidisciplinar</li> </ul>
<b>Finanças</b>	
22- Criar ou aperfeiçoar sistemas de apoio financeiro aos atletas-estudantes, que tenham em conta as diversas fases das carreiras duais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Bolsas académicas</li> <li>• Bolsas de alto rendimento</li> <li>• Bolsas olímpicas e paralímpicas</li> <li>• STR</li> <li>• Seguro Social Voluntário</li> <li>• Apoio à preparação olímpica e paralímpica</li> <li>• Prémios de mérito desportivo</li> <li>• Bolsas escolares - COP</li> </ul>
23- Criar bolsas de estudo especificamente destinadas às carreiras duais em [...] instituições de ensino e formação, permitindo aos atletas combinarem o ensino e o desporto. Estas bolsas de estudo poderiam consistir em assistência financeira para determinadas despesas desportivas, o pagamento de propinas correspondentes a programas de ensino específicos ou em serviços de apoio, dando especial atenção à transição no final de uma carreira desportiva	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Bolsas académicas</li> <li>• Bolsas de alto rendimento</li> <li>• Bolsas olímpicas e paralímpicas</li> <li>• Bolsas escolares – COP</li> <li>• Prémios de mérito desportivo</li> <li>• Apoio pedagógico – CAR Jamor</li> </ul>
<b>Organizações desportivas</b>	
24- Dar prioridade ao êxito das carreiras duais dos atletas, afetarem recursos adequados para apoio aos atletas ao longo da sua carreira desportiva e estabelecerem calendários realistas para os atletas tendo em conta as exigências do ensino e do trabalho	
25- Desenvolver, conduzir ou participar nas redes e mecanismos criados pelas autoridades públicas desportivas para desenvolver e implementar serviços relacionados com a carreira dual dos atletas	
26- Nomear "atletas embaixadores das carreiras duais" que demonstrem que é possível ser bem-sucedido desportivamente ao mais alto nível, obtendo simultaneamente bons resultados nos estudos e/ou no trabalho	

<b>Diretrizes do Conselho (cont.)</b>	<b>Medidas implementadas em Portugal (cont.)</b>
27- Cooperar com as câmaras de comércio e de trabalho, com as empresas no sentido de chamar a atenção para os atributos positivos e as vantagens que os atletas podem oferecer aos empregadores, encorajando simultaneamente a criação de condições de trabalho flexíveis para os atletas	
28- Encorajar a negociação de acordos de patrocínio com empresas que permita aos atletas ter acesso a experiência de trabalho, recrutamento privilegiado e condições de trabalho flexíveis na empresa que os patrocina ou em empresas parceiras	
29- Associar os organismos representativos dos atletas no desenvolvimento das políticas e nas ações no domínio das carreiras duais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A criação do Grupo de Trabalho para as Carreiras Duais dos Praticantes Desportivos/Estatuto do Estudante-Alela.</li> </ul>

Neste relatório são também efetuadas recomendações orientadoras do apoio à carreira dual:

#### SISTEMA DESPORTIVO:

- 1 Criação da figura do dirigente/técnico (tutor) acompanhante da carreira dual nas Federações Desportivas e Multidesportivas
2. Introdução de incentivos à implementação dos planos individuais
3. Atualização permanente da base de dados dos atletas e demais agentes desportivos
4. Criar uma rede de serviços de apoio especializados, com coordenação centralizada

#### SISTEMA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

5. Promoção do reconhecimento das boas práticas em matéria de carreira dual
6. Implementação da figura do professor/formador acompanhante do atleta de alto rendimento
7. Consideração, no horário do professor, do trabalho desenvolvido no acompanhamento escolar de agentes desportivos
8. Alargamento do ensino a distância a estudantes-atleta
9. Possibilidade de avaliação por disciplinas
10. Criação de uma rede de serviços desportivos especializados nas Instituições

de Ensino Superior

11. Extensão do âmbito do seguro escolar
12. Criação do estatuto do estudante-atleta
13. Introdução, no suplemento ao diploma, do reconhecimento da atividade desportiva relevante desenvolvida durante a passagem pelo ensino superior
14. Criação de condições preferenciais de acesso e frequência a cursos de formação profissional
15. Introdução de novos referenciais de formação no catálogo nacional de qualificações

#### ASSUNTOS FISCAIS E SEGURANÇA SOCIAL

16. Esclarecimento do enquadramento fiscal, em sede de IRS, da alienação de direitos de imagem

#### PÓS-CARREIRA

17. Implementação de um plano anual de sensibilização e capacitação dos agentes desportivos
18. Transição para o mercado de trabalho

#### MEDIDAS TRANSVERSAIS

19. Incluir, no grupo de atletas e demais agentes envolvidos no alto rendimento, os atletas cujos resultados nacionais se situam regularmente nos lugares de pódio, independentemente da modalidade
20. Centralização da coordenação e monitorização das medidas propostas
21. Elaboração de um plano de comunicação
22. A implementação de medidas pressupõe uma avaliação ulterior, a realizar de forma periódica

Também através da complexidade deste relatório se denota a crescente importância dos temas do apoio ao AR e a carreira dual, em Portugal. Em seguida analisamos a vertente mais política destas temáticas.

## 2.3. O Alto rendimento em Portugal e nos programas das legislaturas governamentais

Para este ponto optou-se por analisar os três últimos programas de governo (documento do qual constam "as principais orientações políticas e as medidas a adotar ou a propor para governar nos domínios da atividade governamental" de Portugal numa legislatura)<sup>27</sup> entre os quais o programa onde aparece pela primeira vez mencionada a preocupação com as carreiras duplas (quadro 2).

Não foi considerado o programa do XX Governo Constitucional de uma vez que teve apenas vigente de 30 de Outubro de 2015 a 26 de Novembro de 2015.

Quadro 2 – Programas de governo de 2009 até à atualidade

<b>Governo Constitucional</b>	<b>Primeiro-ministro</b>	<b>Data</b>
XXI Governo	António Costa	2015 até atualidade
XX Governo	Pedro Passos Coelho	2015.10.30 até 2015.11.26
XIX Governo	Pedro Passos Coelho	2011.06.20 até 2015.10.30
XVIII Governo	José Sócrates	2009.10.26 até 2011.06.20

Nos últimos três programas de Governo denota-se uma preocupação com a prática generalizada de desporto designado por desporto para todos e no desporto escolar.

Neste documento retiramos a informação sobre os temas da educação e do desporto e o relacionamento entre os dois que se enquadram com o tema do AR e com a Unidades de Apoio ao AR na Escola.

Relativamente ao alto rendimento é no programa do governo XVIII que se verifica um maior enfoque, em que se dedica um ponto exclusivamente ao AR. A proximidade dos jogos Olímpicos de Londres explica esta preocupação governamental. Assim é referido que, "...no que se refere ao Desporto de Alto Rendimento existe o compromisso de:

---

<sup>27</sup> Artigo 188º da Constituição da República Portuguesa

- Continuar a apoiar o desporto de alto rendimento e as seleções nacionais, dando plena garantia de execução aos contratos já assinados com o Comité Olímpico e com o Comité Paralímpico de Portugal para o projeto de Londres 2012;
- Acompanhar em proximidade os atletas, treinadores e árbitros de alto rendimento durante e após a sua carreira desportiva, e garantir a execução das medidas de apoio em vigor;
- Apoiar e dar condições para se criar um programa nacional de deteção de jovens talentos, potenciais candidatos a uma presença nas competições europeias, mundiais e olímpicas.”

No programa de governo XIX abordam-se, pela primeira vez, a **carreira dual** como uma preocupação e o sucesso escolar dos alunos/atletas. Estabelecem-se as seguintes medidas:

- “- Realizar um programa que fomente a prática desportiva contínua ao longo da vida, contemplando inicialmente a introdução à prática desportiva e à competição através da dinamização do desporto escolar, clubes e associações e promovendo a identificação, desenvolvimento e profissionalização de talentos em centros de alto rendimento;
- Promover o aumento da prática desportiva no ensino superior, incentivando a criação de serviços desportivos académicos e preparando o estatuto estudante - atleta, bem como o apoio à participação nas Universíadas;
- Apostar num projeto de identificação e desenvolvimento de jovens talentos no desporto, em particular no âmbito dos Programas de Preparação Olímpica e Paralímpica e das Esperanças Olímpicas e em articulação com o movimento federado;
- **Ajustar os estatutos de acesso ao alto rendimento, compatibilizando-os com a formação escolar dos atletas (“carreira dual”), com modelos de gestão mista dos centros de alto rendimento;**
- Avaliar e redefinir os critérios públicos de apoio às práticas desportivas tendo em conta o contexto macroeconómico e os novos pressupostos de integração no estatuto de alto rendimento e a sua conciliação com outros financiamentos das federações e comités Olímpico e Paralímpico. Neste contexto, cabe assegurar a

requalificação e a melhoria das infra-estruturas e materiais de apoio à prática desportiva como o Centro de Alto Rendimento do Jamor, alterando o seu modelo de gestão, e através da reestruturação do modelo gestor do serviço público de medicina desportiva, privilegiando a instalação de unidades médicas e de controlo de treino nos Centros de Alto Rendimento com parcerias com o sector privado;

- Proceder a uma revisão pontual do ordenamento jurídico – desportivo existente e eventual adoção de novos diplomas após uma maturação da vigência da atual legislação.”

A implementação de um programa nacional para a inovação na aprendizagem, adaptando o sistema educativo para padrões que melhor respondam aos desafios da aprendizagem no século XXI, viabilizando iniciativas mobilizadoras dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas é um compromisso assumido no âmbito do programa do XXI Governo Constitucional<sup>28</sup>.

Nas variadas vertentes da valorização das áreas curriculares, a articulação da política desportiva com a Escola e o reforço da educação física e da atividade desportiva, na compatibilização desta com o percurso escolar e académico, é essencial a valorização do apoio aos alunos e simultaneamente atletas de alto rendimento e/ou integrados em seleções nacionais.

Por sua vez, o desporto de alto rendimento é hoje reconhecido como importante fator de desenvolvimento desportivo. Para além de gozar de um invulgar impacto no plano social, gera um interesse e entusiasmo pelo desporto que acaba por contribuir para a generalização da prática desportiva.

O conceito de desporto de alto rendimento está relacionado com um elevado cariz de seleção, rigor e exigência e por isso apenas alguns dos melhores praticantes portugueses se encontram abrangidos por este nível de prática desportiva.

---

<sup>28</sup> Despacho 9386-A/2016

### **Combater o insucesso escolar, garantir 12 anos de escolaridade<sup>29</sup>**

O XXI Governo assumirá, por isso, como principal prioridade da política educativa, a mobilização da sociedade portuguesa para um combate sem tréguas ao insucesso escolar, que constitui um entrave à qualidade do ensino, à equidade, à aprendizagem e ao cumprimento da escolaridade obrigatória por todas as crianças e jovens. Esse combate deve envolver toda a sociedade, os diferentes departamentos governamentais, os pais, as escolas e as autarquias, num esforço continuado de aposta na resolução de um dos mais sérios entraves ao progresso na qualificação dos portugueses e na redução das desigualdades.

- Mantém-se o défice estrutural de qualificações escolares (62% dos adultos entre os 25-64 anos não completaram o ensino secundário).

Verificamos que o desporto é constantemente visto como algo de extrema importância na sociedade e que a sua ligação com o ensino começa a ter cada vez mais importância.

Perante este tema que liga a educação e o desporto torna-se pertinente fazer uma abordagem aos sistemas educativo e desportivo que vigoram em Portugal.

#### **2.3.1. Sistema Educativo Português**

A Lei de Bases do Sistema Educativo Português assenta numa série de princípios que têm, entre outros, o objetivo de assegurar o desenvolvimento de uma formação geral e específica sólidas, que possibilitem aos indivíduos desenvolver as suas capacidades de trabalho.

Pela figura seguinte (Fig. 7) verificamos que o Sistema Educativo Português<sup>30</sup> está organizado em níveis de educação, formação e aprendizagem: a educação pré-escolar, o ensino básico, o ensino secundário e o ensino superior.

---

<sup>29</sup> Programa do XXI Governo Constitucional 2015-2019 pág. 101

<sup>30</sup> Lei n.º 46/86 de 14 de Outubro - Lei de Bases do Sistema Educativo



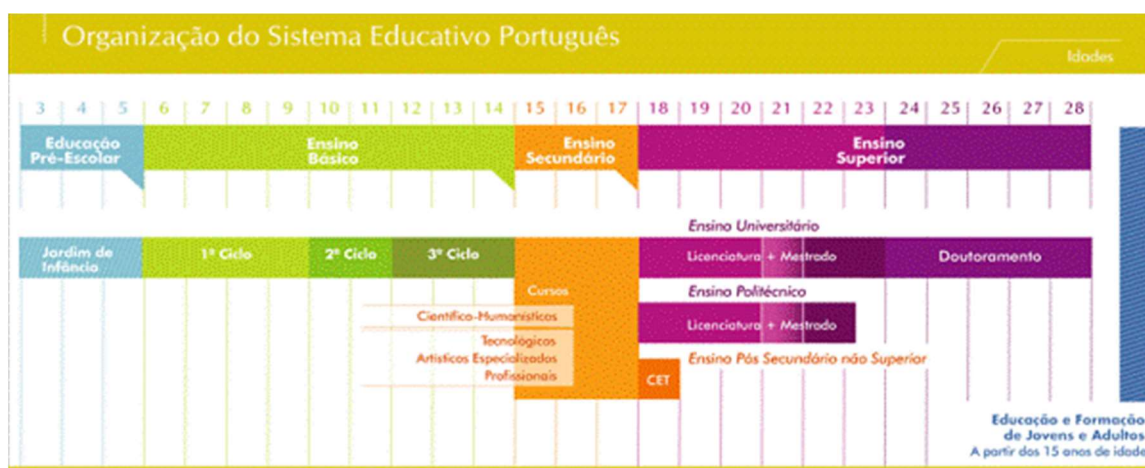


Figura 7 – Sistema Educativo Português<sup>31</sup>

A educação pré-escolar é facultativa e destina-se às crianças com idade compreendida entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico.

A educação escolar desenvolve-se em três níveis:

- a) Ensino básico – compreende três ciclos sequenciais, sendo o 1.º de quatro anos, o 2.º de dois e o 3.º de três;
- b) Ensino secundário – compreende um ciclo de três anos (10.º, 11.º e 12.º anos de escolaridade);
- c) Ensino superior – compreende o ensino universitário e o ensino politécnico.

O regime de escolaridade obrigatória<sup>32</sup> completa-se em 12 anos, abrangendo todas as crianças e jovens com idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos de idade.

Assim, o abandono escolar (fig. 8) durante a carreira desportiva é um assunto preocupante e que merece toda a atenção.

<sup>31</sup> Sistema Educativo Português. (s.d.). Obtido de Mundo a Frente: <https://i2.wp.com/mundoafrente.com/wp-content/uploads/2017/03/sistema-educativo-portugu%C3%AAs.png>

<sup>32</sup> Lei nº 85/2009, de 27 de agosto

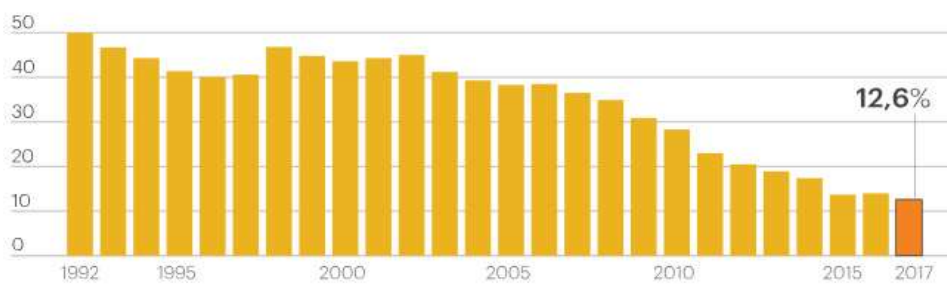


Figura 8 – taxa de abandono escolar<sup>33</sup>

A redução do abandono (como se verifica no quadro 3) escolar tem sido uma das prioridades dos governos. Assim, o abandono por razões desportivas também não poderá ser ignorado.

Quadro 3 – Taxa de abandono precoce de educação e formação: total e por sexo entre 2009 e 2017<sup>34</sup>

Anos	Masculino	Feminino	Total
2009	35,8	25,8	30,9
2010	32,4	24,0	28,3
2011	28,1	17,7	23,0
2012	26,9	14,0	20,5
2013	23,4	14,3	18,9
2014	20,7	14,1	17,4
2015	16,4	11,0	13,7
2016	17,4	10,5	14,0
2017	15,3	9,7	12,6

No gráfico e no quadro apresentado, verificamos que em 2017 a taxa de abandono escolar situa-se nos 12,6%.

Também a Comissão Europeia<sup>35</sup> tem demonstrado preocupação com a questão do abandono escolar pois esta situação está associada ao desemprego, à exclusão

<sup>33</sup> Fonte de Dados: INE - Inquérito ao Emprego - PORDATA Última atualização: 2018-02-07

<sup>34</sup> Fonte de Dados: INE - Inquérito ao Emprego - PORDATA Última atualização: 2018-02-07

<sup>35</sup> Comissão, E. (2018). *EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO*. Obtido de Europa.EU:

[https://ec.europa.eu/education/policy/school/early-school-leavers\\_pt](https://ec.europa.eu/education/policy/school/early-school-leavers_pt)

social, à pobreza e a problemas de saúde. Existem muitas razões que levam alguns jovens a abandonar prematuramente o ensino, ou a formação profissional: problemas pessoais ou familiares, dificuldades de aprendizagem ou situação socioeconómica precária. A forma como o sistema de ensino está organizado, o ambiente da escola e as relações entre professores e alunos constituem igualmente fatores importantes. Para reduzir o abandono escolar é necessário abordar um conjunto de fatores na sua origem e combinar políticas educativas e sociais, trabalho com jovens e elementos relacionados com a saúde, como o consumo de droga ou os problemas mentais e emocionais.

As UAAREs estão desenvolvidas maioritariamente no âmbito do 3º ciclo e secundário, incluindo em alguns casos o 2º ciclo, havendo já negociações para a inclusão nas universidades.

Na rede UAARE está atualmente incluída uma escola de ensino à distância<sup>36</sup>, este ensino funciona através de uma plataforma digital, constituída por salas de aula virtuais, organizadas por público-alvo, ano e ciclo de escolaridade, com recurso a formas de trabalho síncronas e assíncronas. Pretende responder às necessidades educativas de:

- a) Alunos filhos de profissionais itinerantes que estão sujeitos a condições especiais de frequência escolar, dada a constante mobilidade das famílias;
- b) Alunos que não concluíram a escolaridade obrigatória e que se encontram integrados em instituições particulares de solidariedade social que estabeleçam com a escola sede do ED protocolos visando assegurar o cumprimento daquela;
- c) Alunos matriculados que, por razões de saúde ou outras consideradas relevantes, se encontram impedidos de frequentar uma escola em regime presencial, durante e até ao limite do ano letivo que frequentam, obtido parecer favorável da DGE e, no caso do curso profissional, da ANQEP, I.P..

---

<sup>36</sup> Portaria n.º 85/2014 de 15 de abril

### 2.3.2. Sistema Desportivo Português

Atualmente em Portugal<sup>37</sup> o desporto está sob a alçada do ministério da educação, em que o Ministro da Educação é coadjuvado no exercício das suas funções pela Secretária de Estado Adjunta e da Educação, pelo Secretário de Estado da Educação e pelo Secretário de Estado da Juventude e do Desporto.

O Sistema Desportivo Português é estabelecido com base na Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto<sup>38</sup> em que se estabelece um capítulo que se dedica ao Associativismo desportivo, em que são referidas as instituições que regulamentam o desporto e os seus relacionamentos. Nesta Lei também é referida uma subsecção sobre as instituições de utilidade pública, figura que tem uma vital importância no AR, nomeadamente através dos financiamentos e mecenato desportivo (estes temas não são retratados neste trabalho mas não os poderíamos deixar de referir)<sup>39</sup>.

Segundo Constantino (2015)<sup>40</sup>, as primeiras formas de organização do desporto em Portugal surgem no final do século XIX, sendo a primeira, a Real Associação Naval de Lisboa, fundada em 1856, o mais antigo clube desportivo da Península Ibérica. Na sua vasta maioria, estas primeiras entidades tinham por missão propiciar a prática organizada de atividades desportivas às famílias reais e à aristocracia, em particular nos desportos de mar, principalmente a vela, e noutras modalidades enraizadas nas classes da alta sociedade, como a equitação, esgrima ou o tiro com a configuração de acesso restrito que adotou dos clubes britânicos. Mais tarde a Mocidade Portuguesa foi, neste contexto, a organização que a ditadura criou ao serviço do revigoramento da raça junto da juventude e da adesão ao cunho militarista com que via o desporto. De resto, o desporto era considerado algo pouco

---

<sup>37</sup> Decreto-Lei n.º 251-A/2015 de 17 de dezembro

<sup>38</sup> Lei 5/2007

<sup>39</sup> Lei 5/2007 subsecção II

<sup>40</sup> Para a caracterização do sistema desportivo português foram utilizadas informações obtidas durante uma apresentação José Manuel Constantino Presidente do Comité Olímpico de Portugal em Nov de 2015

importante para o Poder. Esta menor relevância conferida pelo poder político contribuiu de certa forma para que a sociedade encontrasse nas grandes competições desportivas, particularmente no futebol, que se torna muito popular era um cenário propício para uma “válvula de escape” e até de contestação ao sistema. O livre associativismo foi, aliás, uma das principais conquistas com a transição democrática operada no país em 25 de abril de 1974.

A primeira Lei de Bases do Sistema Desportivo publicada em 1990 veio consolidar o processo de democratização do desporto no país e definir os pilares que dão forma ao sistema desportivo nacional, o qual obedece aos traços gerais do modelo europeu de desporto, atualmente designado por dimensão europeia do desporto:

- Estrutura em pirâmide e hierarquizada a partir dos clubes, na base, até às federações internacionais, no topo, passando sucessivamente, pelas associações regionais, federações nacionais e confederações europeias;
- Organização sob a forma associativa sem fins lucrativos, na generalidade dirigida por amadores e voluntários, com uma forte ligação à identidade local, regional e nacional;
- Sistema de organização e de competição, com base no critério aberto de promoção-despromoção, com vista a promover a igualdade de oportunidades, incerteza nos resultados e valorizar o mérito desportivo, com distribuição solidária das receitas das competições mais lucrativas pelas de menor âmbito, através do papel central atribuído às federações desportivas;
- Tradição de unicidade desportiva, isto é, uma modalidade desportiva apenas é organizada por uma federação desportiva por unidade territorial, e uma federação desportiva (salvo as exceções de federações multidesportivas) engloba apenas a tutela de uma modalidade desportiva

Ainda segundo o mesmo autor, podemos considerar a organização desportiva portuguesa como intervencionista, centralizada. O Estado regula o funcionamento de todo o sistema desportivo na vasta maioria das suas áreas (doping, financiamento ao desporto, orgânica e competências das federações desportivas, desporto escolar, instalações desportivas, combate à violência e corrupção), sendo o Instituto

Português do Desporto e da Juventude braço operacional junto das organizações desportivas.

O Conselho Nacional do Desporto, que agrega representantes públicos e privados de várias áreas do desporto, é o órgão consultivo que acompanha a implementação das orientações de política desportiva, submetendo as suas opiniões para o efeito.

Apesar das sucessivas versões da lei de bases referenciarem o princípio da descentralização administrativa em favor dos governos locais (municípios), as competências de regulação e implementação de programas desportivos permanecem ao nível central, ainda que sejam os municípios que cada vez mais desempenham um papel vital no apoio e financiamento ao desporto, nomeadamente o desporto local.

As federações desportivas são os principais parceiros do Estado na implementação e coordenação das políticas desportivas. O Estado, cumprido um conjunto de requisitos estabelecidos na lei, delega nas organizações desportivas, através da atribuição do estatuto de utilidade pública desportiva (que lhe permite receber dinheiros públicos para a realização das suas atividades através de contratos públicos de desenvolvimento desportivo), o direito a exercer um conjunto de poderes públicos de natureza reguladora e disciplinar na sua área de atividade.

Na cúpula do sistema desportivo português existem duas entidades, o Comité Olímpico de Portugal e a Confederação do Desporto de Portugal, com um conjunto de competências que se sobrepõem e federações desportivas nacionais representadas em ambas as entidades. Ou seja, ao contrário da generalidade dos restantes países europeus onde estas organizações de topo são uma só ou dividem competências - representando uma delas as federações de modalidades olímpicas e a outras as restantes federações - em Portugal subsiste uma situação *sui generis* onde as federações desportivas se encontram simultaneamente representadas no Comité Olímpico de Portugal, criado em 1909, e na Confederação do Desporto de Portugal, criada em 1993.

Constantino (2015), também refere que inverter este cenário e tornar o modelo de organização do desporto português mais eficiente passa pela capacidade dos seus agentes e organizações conseguirem colocar o desporto como uma prioridade efetiva na agenda política, conferindo-lhe meios e recursos de acordo com o seu impacto e relevância no desenvolvimento social do país. As UAARE's podem ser consideradas como um primeiro, grande passo, para que isso aconteça.

Por isso, a visão estratégica do Comité Olímpico de Portugal designa-se “valorizar socialmente o desporto”, e apresenta-se em vários projetos muito para além da preparação da participação olímpica, tendo em atenção a capital importância de sensibilizar os decisores políticos, os líderes empresariais e os dirigentes desportivos que o desporto vale mais para a sociedade do que aquilo que custa.

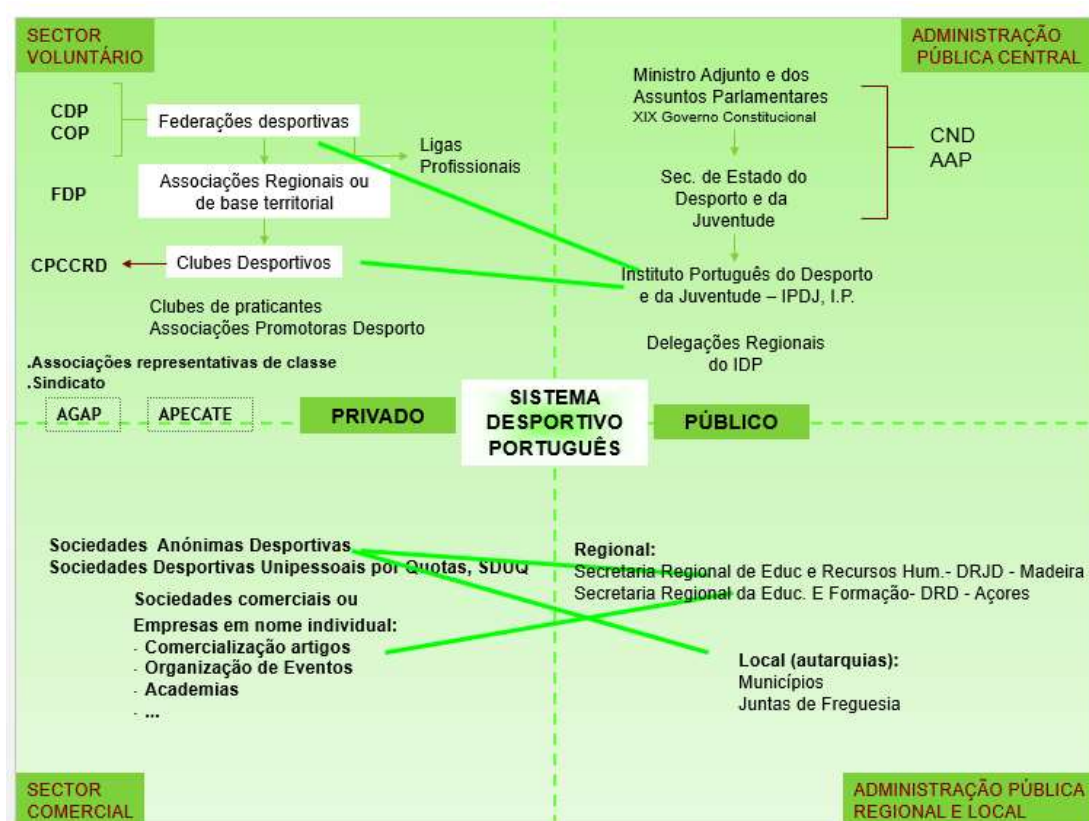


Figura 9 – Sistema Desportivo Português<sup>41</sup>

<sup>41</sup> Por: Profª. Doutora Maria José Carvalho - Ação de Formação de Dirigentes - Basquetebol Direito do Desporto - 17.02.2018

Assim, verificamos (Fig. 9) que o sistema desportivo português assenta em duas grandes áreas a pública e a privada, sempre tuteladas de uma forma intervencionista através no Ministério da Educação, que inclui a Secretaria de Estado do desporto.

## 2.4. Perspetiva normativa do Alto Rendimento num contexto escolar

Existe uma vasta quantidade de legislação que regulamenta o desporto, o alto rendimento e o apoio escolar. No quadro (nº 4) que se segue apresentamos um resumo da legislação pertinente sobre este tema, entre os quais se incluem os apoios ao alto rendimento.

Quadro 4 – Resumo da legislação relacionada com o AR

<b>Despacho 14/2007, de 08/03</b>	Disposições relativas aos requerimentos para alteração das datas de provas de exames que sejam coincidentes com os períodos de participação em competições desportivas
<b>Decreto-Lei 123/96, de 10/08</b>	Estabelece as medidas específicas de apoio ao desenvolvimento da alta competição, visando proporcionar aos praticantes os meios técnicos e materiais necessários às especiais exigências da sua preparação desportiva
<b>Decreto-Lei n.º 393-A/99 de 2/10</b>	Regula os regimes especiais de acesso e ingresso no ensino superior
<b>Decreto-Lei 272/2009, de 1/10</b>	Medidas de apoio ao AR CAPÍTULO III Regime escolar
<b>Portaria 325/2010, de 16/06</b>	Estabelece os critérios de classificação de determinadas competições desportivas como sendo de alto nível, para efeitos da integração dos respetivos praticantes no regime de apoio ao AR.
<b>Despacho n.º 1710/2014, de 04/02</b>	Fixa a lista das modalidades desportivas coletivas e das individuais
<b>Decreto-Lei 45/2013, de 5/04</b>	Medidas específicas de apoio à preparação e participação internacional das seleções ou outras



representações desportivas nacionais.

<b>Lei 51/2012 de 5/09</b>	Estatuto do Aluno
<b>Despacho 19596/2009, de 26/08</b>	Determina o envio ao IDP, dos dados atualizados sobre a situação escolar dos praticantes de desporto de AR.
<b>Lei 5/2007, de 16/01</b>	Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto SECÇÃO IV Alto rendimento
<b>Despacho 4-A/2018, de 14/02</b>	Regulamento das Provas de Avaliação Externa e das Provas de Equivalência à Frequência dos Ensinos Básico e Secundário
<b>Resolução da Assembleia da República 128/2017, de 22/06</b>	Recomenda ao Governo que promova e valorize a atividade física e desportiva através da criação do estatuto do estudante-desportista
<b>Despacho 5025/2014, de 09/04</b>	Determina a constituição de um grupo de trabalho para estudar a implementação de medidas de apoio à carreira dual dos praticantes desportivos e apresentar uma proposta de estatuto do Estudante-Atleta.
<b>Despacho 9386-A/2016, de 21/07</b>	Regulamentação das UAARE's
<b>Despacho nº 4833/2013, de 9 de abril</b>	Aprova ao modelo-tipo de contrato a outorgar com os praticantes desportivos de alto rendimento.

A importância legislativa relacionada com o AR é inquestionável, assim iremos desenvolver com mais detalhe as principais referências, na legislação Portuguesa, ao Desporto, a esta temática e ao apoio escolar a atletas, de forma a enquadrar o tema de uma perspetiva legal.

### 2.4.1. Constituição da República Portuguesa

Na Constituição da República Portuguesa encontramos referência à proteção dos jovens no acesso à educação física e desporto como direito económico, social e cultural<sup>42</sup>. Também é consagrado o direito a um ensino com êxito<sup>43</sup> e o direito à cultura física e desporto numa articulação do Estado com a Escola. Incumbe ao

<sup>42</sup> CRP artº 70º, nº 1 - Juventude

<sup>43</sup> CRP artº 74º, nº 1 - Ensino

Estado, em colaboração com as escolas e as associações e coletividades desportivas, promover, estimular, orientar e apoiar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, bem como prevenir a violência no desporto<sup>44</sup>, uma vez que o direito ao desporto é de todos.<sup>45</sup>

## **2.4.2. Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto**

Na Lei de Bases da Atividade Física e Desporto<sup>46</sup> é definido não só o direito à atividade física mas também são referidas medidas de apoio ao AR nomeadamente a nível de infraestruturas e entidades reguladoras, medicina desportiva, sistema de segurança social própria e seguros, referindo que são apoiados os atletas, os técnicos e os árbitros que participem nos mais altos escalões competitivos a nível nacional e internacional, tendo também em consideração a pós-carreira dos mesmos. Esta Lei também menciona<sup>47</sup> que é considerado como interesse público, passível de apoio e medidas especiais do Estado, a participação em seleções ou outras representações nacionais. Nesta Lei é também referida a necessidade de articulação entre as instituições públicas e as instituições de ensino, as associações desportivas e outros agentes para a promoção da atividade física, o que vem de encontro ao tema que nos propomos estudar.

## **2.4.3. Estatuto do Aluno**

A valorização do AR também pode ser encontrada no estatuto do aluno quando se refere o direito que este tem a que seja reconhecido o seu esforço em prol da sociedade em ações desenvolvidas na escola ou fora dela<sup>48</sup>. Como já verificamos o AR é visto legalmente como interesse público, assim poderemos ligar estes dois conceitos.

---

<sup>44</sup> CRP artº 79º, nº 2 - Cultura física e desporto

<sup>45</sup> CRP artº 79º, nº 1 – Cultura física e desporto

<sup>46</sup> Lei 5/2007

<sup>47</sup> Lei 5/2007 artº 45º - Seleções nacionais

<sup>48</sup> Lei 51/2012 artº 49º

#### 2.4.4. Medidas de apoio ao Alto Rendimento

São consagrados um conjunto de apoios ao alto rendimento no DL 272/2009, de 01 de Outubro, que estabelece, no seu capítulo III, a regulamentação específica ao regime escolar, indicando as especificações para os atletas que pretendam conciliar a sua carreira desportiva com o prosseguimento de estudos. Foi com base neste decreto<sup>49</sup> que se legitimaram as UAAREs.

Neste Decreto-Lei é também referida a possibilidade dos alunos se matricularem num estabelecimento de ensino fora da sua área de residência<sup>50</sup>. Esta medida é útil quando os alunos se encontram a residir num centro de alto rendimento. Os alunos podem também escolher os horários que melhor se adequem à conciliação escolar com a prática desportiva<sup>51</sup>, podem inclusivamente frequentar turmas diferentes em diferentes disciplinas.

Através de uma declaração comprovativa emitida pelo IPDJ os alunos também têm possibilidade de justificar faltas durante o período de preparação e participação em competições desportivas<sup>52</sup>, podem solicitar a alteração da data das provas de avaliação<sup>53</sup>, pedir transferência de estabelecimento de ensino ou a frequência de aulas noutra estabelecimento de ensino<sup>54</sup>.

Os atletas de alto rendimento têm direito a ter um professor acompanhante para acompanhar a evolução do seu aproveitamento escolar, detetar dificuldades e propor medidas para a sua resolução<sup>55</sup> e sempre que necessário deverão ser ministradas aulas de compensação<sup>56</sup>.

No entanto, todas estas medidas de apoio dependem do aproveitamento escolar, assim, no final do ano letivo, o professor acompanhante deverá elaborar um relatório

---

<sup>49</sup> DL 272/2009

<sup>50</sup> DL 272/2009 artº 14º

<sup>51</sup> DL 272/2009 artº 15º

<sup>52</sup> DL 272/2009 artº 16º

<sup>53</sup> DL 272/2009 artº 17º

<sup>54</sup> DL 272/2009 artº 18º

<sup>55</sup> DL 272/2009 artº 19º

<sup>56</sup> DL 272/2009 artº 20º

do aluno, e enviar o mesmo ao IDPJ, que decidirá se o aluno-atleta pode continuar a beneficiar dos referidos apoios<sup>57</sup>.

No caso de o aluno pretender estudar no estrangeiro poderão, por despacho governamental, ser concedidas bolsas académicas para a frequência de estabelecimentos de ensino que desenvolvam modelos de compatibilização entre o plano de estudos e o regime de treinos destes atletas<sup>58</sup>. Neste decreto também se consagra regulamentação relacionada com o acesso a formação superior, especializada e profissional. Este é um dos aspetos mais atrativos dos apoios ao alto rendimento.

Assim, a legislação refere que os praticantes desportivos de alto rendimento beneficiam também de um regime especial de acesso ao ensino superior, podendo ainda requerer a matrícula e inscrição num estabelecimento/curso de ensino superior para que tenham realizado as provas de ingresso respetivas e tenham obtido as classificações mínimas fixadas pelo estabelecimento de ensino superior para as provas de ingresso e para a nota de candidatura no âmbito do regime geral de acesso<sup>59</sup>. Este benefício tem um prazo de três anos, após o termo da sua carreira desportiva<sup>60</sup>.

É também neste decreto que se estabelecem as condições de acesso ao alto rendimento<sup>61</sup>. Não basta ser campeão nacional, integrar a seleção nacional, ou ser um profissional do desporto prestigiado local ou nacional, caso estes factos não se repercutam na obtenção de resultados internacionais (Carvalho, 2002).

É necessário que os atletas se encontrem incluídos num de três níveis (A, B ou C), quer se trate ou não de uma modalidade olímpica, ou numa das modalidades desportivas reservadas a cidadãos com deficiência ou incapacidade.

Nos quadros (5 e 6) que se seguem resumem-se os critérios que se encontram

---

<sup>57</sup> DL 272/2009 artº 21º

<sup>58</sup> DL 272/2009 artº 22º

<sup>59</sup> DL 272/2009 artº 27º

<sup>60</sup> DL 272/2009 artº 43º

<sup>61</sup> DL nº 272/2009 de 1 de outubro

atualmente vigentes quer se tratem de modalidades individuais ou coletivas.

Pela informação que fomos recolhendo durante esta investigação sabemos que existem há vários pedidos para revisão destas medidas e para uma maior adequação a cada uma das modalidades pois cada uma delas tem características muito próprias e a obtenção de resultados não confere o mesmo grau de dificuldade em cada uma delas.

**Quadro 5 – condições de acesso ao alto rendimento modalidades individuais**

Nível	No caso de modalidades olímpicas:	No caso de modalidades não olímpicas:	No caso de cidadãos com deficiência ou incapacidade
A	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Classif. no 1º terço da tabela em CM ou CE no escalão absoluto;</li> <li>- Classif. não inferior ao 3º lugar em CM ou CE no escalão;</li> <li>- Qualificação para os JO.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Classif. não inferior ao 8º lugar em CM ou CE, desde que corresponda ao 1º terço no escalão absoluto;</li> <li>- Classif. não inferior ao 3º lugar em CM ou CE, com um nº de participantes não inferior a 24, no escalão imediatamente inferior ao absoluto.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Classif. não inferior ao 8º lugar em jogos paralímpicos ou surdolímpicos desde que, corresponda ao 1º terço da tabela no escalão absoluto;</li> <li>- Classif. não inferior ao 3º lugar em CM ou CE e TM de boccia, desde que, corresponda ao 1º terço da tabela no escalão absoluto.</li> </ul>
B	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Classif. na 1ª metade da tabela em CM ou CE no escalão absoluto;</li> <li>- Classif. na 1ª metade em CM ou CE no escalão imediatamente inferior ao absoluto;</li> <li>- Classif. semelhante a semifinalista.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Classif. no 1º terço da tabela em CM ou CE no escalão absoluto;</li> <li>- Classif. não inferior ao 8º lugar em CM ou CE, com número de participantes não inferior a 24, no escalão imediatamente inferior ao absoluto.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Classif. entre o 4.º e o 6.º lugar em CM ou CE e TM de boccia, no escalão absoluto desde que, corresponda ao 1.º terço da tabela;</li> <li>- Classif. não inferior ao 3.º lugar em CM ou CE e TM de boccia, no escalão imediatamente inferior ao absoluto, desde que, corresponda ao 1.º terço da tabela;</li> <li>- Qualificação para os jogos paralímpicos ou surdolímpicos.</li> </ul>
C	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Integração na seleção ou representação nacional em competições desportivas de elevado nível, nos termos estabelecidos em portaria do membro do Governo responsável pelo desporto e pela federação correspondente e mediante parecer do IDP IP.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Integração da seleção ou representação nacional em competições desportivas de elevado nível, nos termos estabelecidos em portaria do membro do Governo responsável pelo desporto e pela federação correspondente e mediante parecer do IDP IP.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Integrar a seleção ou representação nacional em competições desportivas de elevado nível, nos termos estabelecidos em portaria do membro do Governo responsável pelo desporto e pela federação correspondente e mediante parecer do IDP IP.</li> </ul>

**Quadro 6 – condições de acesso ao alto rendimento modalidades coletivas**

Nível	No caso de modalidades olímpicas:	No caso de modalidades não olímpicas:	No caso de cidadãos com deficiência ou incapacidade
A	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Integrar SN que obtiveram Classif. na 1.ª metade da tabela em CM ou CE, no escalão absoluto;</li> <li>- Integrar SN que obtiveram Classif. não inferior ao 3.º lugar em CM ou CE, no escalão imediatamente inferior ao absoluto;</li> <li>- Qualificação para JO</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Integrar SN que tenham obtido Classif. não inferior ao 8.º lugar em CM ou CE, desde que corresponda ao 1.º terço da tabela, no escalão absoluto;</li> <li>- Integrar SN que obtiveram Classif. não inferior ao 3.º lugar em CM ou CE, com número de participantes não inferior a 16, no escalão imediatamente inferior ao absoluto.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Integrar SN que tenham obtido Classif. não inferior ao 4.º lugar em jogos paralímpicos ou surdolímpicos, desde que, corresponda ao 1.º terço da tabela no escalão absoluto;</li> <li>- Integrar SN que tenham obtido Classif. não inferior ao 3.º lugar em CM ou CE e TM de boccia, desde que, corresponda ao 1.º terço da tabela no escalão absoluto.</li> </ul>

B	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Integrar seleções nacionais em CM ou CE no escalão absoluto;</li> <li>- Classif. na 1.ª metade da tabela em CM ou CE no escalão imediatamente inferior ao absoluto.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Integrar seleções nacionais classificadas no 1.º terço da tabela, em CM ou CE no escalão absoluto;</li> <li>- Classif. não inferior ao 8.º lugar em CM ou CE, desde que corresponda ao 1.º terço da tabela, no escalão imediatamente inferior ao absoluto.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Classif. entre o 5.º e o 8.º lugar em jogos paralímpicos ou surdolímpicos no escalão absoluto, desde que, corresponda ao 1.º terço da tabela;</li> <li>- Classif. entre o 4.º e o 6.º lugar no escalão absoluto, ou não inferior ao 3.º lugar no escalão imediatamente inferior ao absoluto, em CM ou CE e TM de boccia, desde que, corresponda ao 1.º terço da tabela.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Integrar a seleção ou representação nacional em competições desportivas de elevado nível, nos termos estabelecidos em portaria do membro do Governo responsável pelo desporto e pela federação correspondente e mediante parecer do IDP IP.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Integrar a seleção ou representação nacional em competições desportivas de elevado nível, nos termos estabelecidos em portaria do membro do Governo responsável pelo desporto e pela federação correspondente e mediante parecer do IDP IP.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Integrar a SN ou representação nacional em competições desportivas de elevado nível, nos termos estabelecidos em portaria do membro do Governo responsável pelo desporto e pela federação correspondente e mediante parecer do IDP IP.</li> </ul>

Além destes critérios, o atleta para possa usufruir de todos os apoios ao alto rendimento, terá que estar inscrito pela federação e registado na base de dados do IPDJ, esta inscrição também é necessária para integrar a rede UAARE.

A integração numa escola UAARE está aberta a alunos/atletas em Regime de Alto Rendimento ou enquadrados em Seleções Nacionais<sup>62</sup>, bem como para alunos-atletas que revelem potencial talento desportivo (recomendação da EU/2013 sobre carreira dual)<sup>63</sup>.

Por esta análise, à legislação Portuguesa, verificamos que já existe fundamentação legal para os apoios ao alto rendimento, apenas ficando por resolver a adequação das escolas a essas necessidades, é assim que surgem as UAAREs.

Os atletas de AR encontram-se mencionados numa lista atualizada diariamente, na página da internet pertencente ao IPDJ.<sup>64</sup>

Em seguida (quadro 7) registamos um resumo dessa lista dos atletas pertencentes aos quadros do alto rendimento<sup>65</sup>.

<sup>62</sup> Segundo os DL n.º 272/2009, de 1 de outubro, e n.º 45/2013, de 5 de abril

<sup>63</sup> Documento orientador das UAAREs 2018

<sup>64</sup> Consultado em 26/07/2018 <http://www.idesporto.pt/ListaAtletas.aspx>

<sup>65</sup> Atualizada a 26/07/2018

Quadro 7 – Atletas no Alto Rendimento

	Nível A	Nível B	Nível C	Total	%
Atletismo	15	6	40	61	8,65%
Desp Deficiência	57	1	0	58	8,23%
Rugby	5	16	30	51	7,23%
Patinagem	20	3	18	41	5,82%
Ténis	5	2	34	41	5,82%
Judo	14	12	14	40	5,67%
Natação	10	6	24	40	5,67%
Ginástica	12	7	18	37	5,25%
Andebol	0	7	29	36	5,11%
Hóquei	14	0	18	32	4,54%
Canoagem	9	16	5	30	4,26%
Esgrima	0	5	18	23	3,26%
Surf	9	3	10	22	3,12%
Tiro	7	10	1	18	2,55%
Tiro Armas Caça	15	2	0	17	2,41%
Ciclismo	5	4	7	16	2,27%
Karaté	5	3	8	16	2,27%
Triatlo	3	4	9	16	2,27%
Vela	7	8	1	16	2,27%
Basquetebol	0	0	13	13	1,84%
Campismo	1	12	0	13	1,84%
Ténis mesa	7	4	2	13	1,84%
Futebol	0	5	4	9	1,28%
Badminton	0	2	5	7	0,99%
Equestre	0	0	7	7	0,99%
Motonáutica	5	1	1	7	0,99%
Kickboxing	4	0	0	4	0,57%
Lutas Amadoras	1	0	3	4	0,57%
Pentatlo Moderno	0	2	2	4	0,57%
Orientação	1	0	2	3	0,43%
Bilhar	2	0	0	2	0,28%
Motociclismo	2	0	0	2	0,28%
Remo	0	0	2	2	0,28%
Artes Marciais Chinesas	1	0	0	1	0,14%
Automobilismo	0	0	1	1	0,14%
Pesca Desportiva	0	1	0	1	0,14%
Tiro Com Arco	0	1	0	1	0,14%
	236	143	326	705	

De acordo, com os critérios definidos na legislação eles encontram-se distribuidos de acordo com a Figura 10.

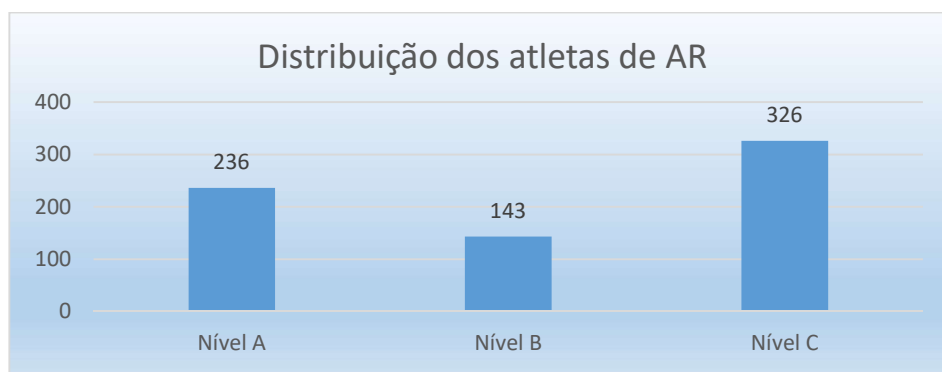


Figura 10 –Distribuição dos níveis de Alto Rendimento

### 2.4.5 Medidas de apoio às Seleções Nacionais

À semelhança dos alunos praticantes desportivos de alto rendimento, os praticantes que integram com regularidade as seleções nacionais também têm medidas específicas de apoio consagradas na legislação. Estes alunos também estão incluídos nas Unidades de Apoio ao AR na Escola.

Através do Decreto-Lei n.º 45/2013, de 5 de abril, são estabelecidas medidas específicas de apoio à preparação e participação internacional das seleções ou outras representações desportivas nacionais, nomeadamente um regime escolar específico.

Este regime escolar específico abrange as seguintes questões:

- Matrículas e inscrições;
- Horário escolar e regime de frequência;
- Justificação de faltas;
- Épocas especiais de avaliação;
- Aproveitamento escolar.

Será importante referir que a concessão das medidas de apoio na área escolar depende de aproveitamento escolar. A este nível, devem as federações desportivas promover, junto dos estabelecimentos de ensino, um modelo de compatibilização entre o plano de estudos e o regime de preparação desportiva, no sentido de promover o êxito escolar em conjunto com o sucesso desportivo.



### **3. Unidades de apoio ao alto rendimento na escola**

Em 2016 surge um novo projeto designado de Unidades de apoio ao alto rendimento, com o objetivo de facilitar a interligação entre a escola e o desporto.

Já Araújo (2003) referia que os atletas e treinadores precisam muito mais do que legislação, precisam sim que a lei seja um suporte da realidade existente em que nos movimentamos, sob pena de, diariamente, a Lei ir caindo em descrédito. Assim o desenvolvimento das UAARE's é essencial para a aplicação da lei e para que os atletas/estudantes de AR se sintam efetivamente apoiados.

#### **3.1. Génese e enquadramento histórico**

A conciliação da vida de atletas com o sucesso escolar é uma difícil equação, quase impossível de resolver mas que existe e tem que ser considerada, o apoio à carreira dual é vital para que, com equilíbrio, se formem cidadãos plenos e com estabilidade emocional ao longo da vida.

As UAARE visam uma articulação eficaz entre os agrupamentos de escola, os encarregados de educação, as federações desportivas e seus agentes e os municípios, entre outros interessados, tendo por objetivo conciliar, com sucesso, a atividade escolar com a prática desportiva de alunos/atletas do ensino secundário enquadrados no regime de alto rendimento ou seleções nacionais.<sup>66</sup>

Embora a legislação já consagrasse um conjunto de medidas de apoio aos alunos em regime de alto rendimento ou integrados em seleções nacionais, respetivamente, conforme já verificamos, na prática, tais medidas não tinham efeito desejado pela inexistência de unidades que conseguissem conjugar esforços de todos os intervenientes no processo.

Para o surgimento do projeto UAARE, foi de vital importância a experiência adquirida

---

<sup>66</sup> Documento orientador das UAAREs 2018

e o manifesto sucesso, escolar e desportivo, conseguido pelo projeto pedagógico do agrupamento de escolas de Montemor-o-Velho “Gabinete de Apoio ao Alto Rendimento”, que constituiu um exemplo a ser replicado noutras zonas do País, passando a ser um projeto de âmbito e referência nacional<sup>67</sup>.

Este programa surge da necessidade de evitar o insucesso escolar e o abandono precoce que acontece em algumas modalidades, tendo como base e inspiração estudos efetuados do que acontece noutros países. Os alunos/atletas não têm que optar pelo estudo ou desporto, têm sim que conseguir conciliar equilibradamente as duas carreiras.

Por exemplo, o futebol, é muitas vezes dado como exemplo de uma modalidade em que existe uma elevada percentagem de abandono escolar, no entanto, como muito poucos jogadores chegam a profissionais isso é um grande problema. No entanto essa tendência está a mudar<sup>68</sup>, como exemplo temos jogadores como Filipe Ferreira, João Vilela e Ricardo Dias, jogadores da primeira liga do Belenenses e o mais conhecido caso de Nuno Piloto, da Académica, que, em 2009, se tornou no primeiro futebolista profissional português a tornar-se mestre, concluindo com a classificação de Muito Bom a tese de mestrado em Medicina Legal e Ciências Forenses, em Coimbra e Tarantini do Rio Ave (embaixador UAARE)<sup>69</sup>, que mais recentemente chamou novamente a atenção para o tema dos estudantes futebolistas. No entanto, ainda há um longo caminho a percorrer.

Exemplo de boa prática<sup>70</sup>:

No futebol, o sistema de licenciamento de clubes da UEFA solicita aos clubes que garantam que qualquer jovem jogador envolvido no seu programa de formação tem

---

<sup>67</sup> Despacho n.º 9386-A/2016, de 21 de julho

<sup>68</sup> Marques, D. (s.d.). *O futebol e um canudo: quando a bola não é tudo na vida*. Obtido de MaisFutebol: <http://www.maisfutebol.iol.pt/reportagem/jogadores-estudantes/o-futebol-e-um-canudo-quando-a-bola-nao-e-tudo-na-vida>

<sup>69</sup> <https://tarantini.pt/embaixador-uaare/>

<sup>70</sup> Federação Portuguesa de Futebol. Regulamento de licenciamento de clubes para as competições de clubes da UEFA 2014-2015.

a possibilidade de frequentar a escolaridade obrigatória prevista pela legislação nacional e nenhum jogador jovem envolvido no seu programa de formação está impedido de seguir uma formação académica não relacionada com o futebol. Se virmos o exemplo da seleção Portuguesa de Futsal, campeã da Europa de 2018 verificamos que, metade dos atletas possui curso superior<sup>71</sup> (quadro 8):

Quadro 8 – Habilitações académicas dos atletas da seleção Portuguesa de Futsal 2018

<b>Nome</b>	<b>Habilitações</b>
André Sousa, guarda-redes, 31 anos (Sporting)	Licenciado Educação Física
Bebé, guarda-redes, 34 anos (Leões de Porto Salvo	Licenciado Educação Física
Vítor Hugo, guarda-redes, 35 anos (Sp. Braga/AAUM)	----
André Coelho, fixo-ala, 24 anos (Benfica)	Mestre Engenharia Civil
Fábio Cecílio, universal, 24 anos (Benfica)	----
Tiago Brito, ala, 26 anos (Benfica)	Licenciado Educação Física
Ricardinho, ala, 32 anos (Inter Movistar, Espanha)	----
Pedro Cary, ala, 33 anos (Sporting)	Licenciado Educação Física
Márcio, ala, 27 anos (AD Fundão)	----
Bruno Coelho, ala, 30 anos (Benfica)	----
Pany Varela, ala, 28 anos (Sporting)	----
Tunha, pivô, 33 anos (Belenenses)	Licenciado Educação Física e Professor
Nilson, fixo, 25 anos (Sp. Braga/AAUM)	Licenciado Gestão Recursos Humanos
João Matos, fixo, 30 anos (Sporting)	----

Segundo Neto (2007), 30% dos desportistas de AR, uma percentagem muito baixa em Portugal, conseguem continuar os seus estudos nas escolas, é preciso trabalho, muitas horas de prática. E essas horas de prática roubam muito tempo a outras coisas fundamentais na vida. Há muitos atletas que perderam a sua infância e a sua adolescência, e é preciso medir bem isto na balança do que se quer na vida. Os atletas que conseguem sucesso são verdadeiros heróis, porque muitas vezes investiram toda a sua infância e adolescência num objetivo, que é ganhar uma

<sup>71</sup> Marujo, M. (11 de 02 de 2018). Campeões. Uma seleção que junta mestres, licenciados e operários da bola. *Diário de Notícias*.

medalha. Mas há estudos muito críticos sobre isso. Uma medalha não vale a vida de uma criança! Mas, o que interessa é focar esta triangulação pais-jovem-escola. A política desportiva de formação tem de ter em atenção que as crianças e jovens têm direito ao seu desenvolvimento normal, como qualquer cidadão praticante de desporto, e que há que haver um balanço entre a prática desportiva e o tempo escolar.

Há uma falta de harmonização entre o tempo de trabalho, o tempo passado na escola e o tempo passado na família, para além do tempo passado no clube. É preciso suavizar isto e fazer uma prática desportiva humanista, com uma perspetiva de poder respeitar os direitos da criança no desporto mas também o direito à vida, ao prazer, a ter sucesso escolar. Se não o que acontece é que as crianças sofrem e desistem, porque temos um modelo centrado na cabeça dos adultos, centrado em atingir o sucesso a qualquer preço.<sup>72</sup>

Nos alunos-atletas de AR o equilíbrio emocional é essencial e os treinadores muitas vezes esquecem-se disso, assim o Psicólogo escolar (que também faz parte da UAARE) é fundamental. Esta dupla carreira exige conciliar, de uma forma equilibrada, a vida escolar a vida desportiva e a vida familiar e social, em que existem pressões enormes de todos os intervenientes pela necessidade do sucesso.

### **3.2. Enquadramento legal**

As UAARE surgem para dar cabal cumprimento às medidas de apoio previstas para alunos/atletas em Regime de Alto Rendimento, plasmadas nos Decreto-Lei n.º 272/2009, de 1 de outubro, bem como determinadas no regime de atletas que integram Seleções Nacionais, Decreto-Lei n.º 45/2013, de 5 de abril, bem como para alunos-atletas que revelem potencial talento desportivo (recomendação da EU/2013

---

<sup>72</sup> Neto, C. (01 de 03 de 2017). Os atletas brincaram muito na rua e foram felizes, não se fabricaram em laboratório. (M. Cabral, Entrevistador) Tribuna Expresso.

sobre a carreira dual).<sup>73</sup>

Através de diretivas enviadas às escolas e pelo Despacho conjunto n.º 9386-A/2016, de 21 de julho determina-se a criação do projeto piloto denominado de “Unidades de Apoio ao Alto Rendimento na Escola”. Neste despacho são referidas as características e detalhes destas unidades de apoio.

Assim, e segundo o despacho o projeto é inserido no âmbito do desporto escolar<sup>74</sup> e obedece à seguinte estrutura (Fig. 11):

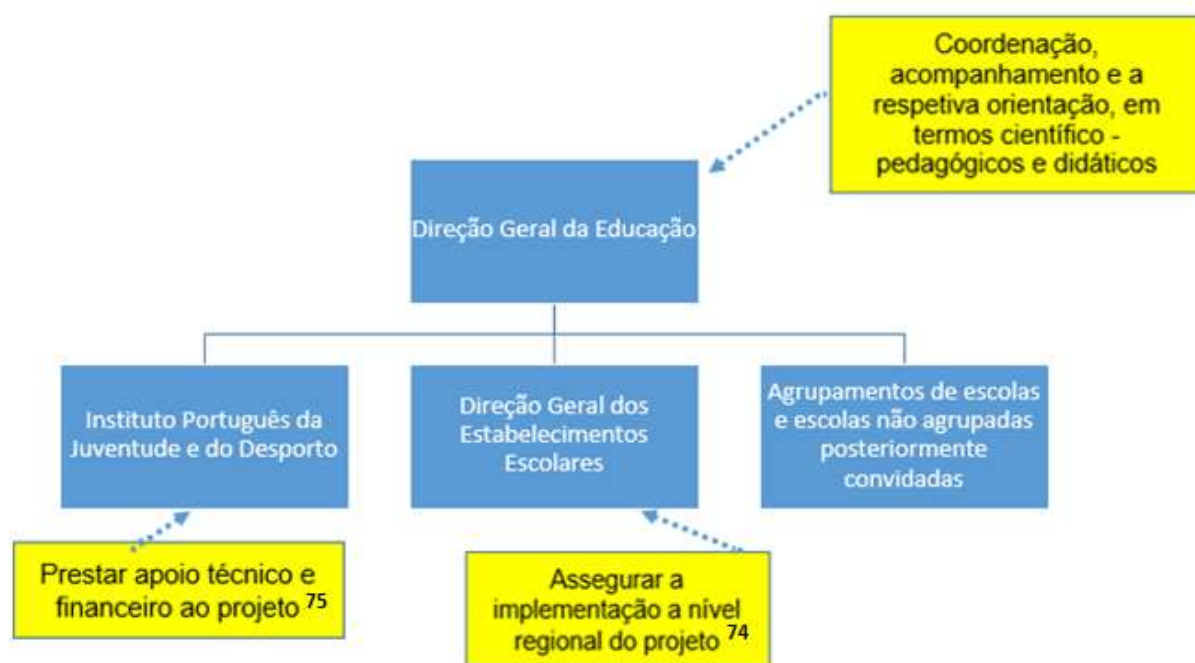


Figura 11 – Estrutura de criação das UARREs e as suas competências

<sup>73</sup> Commission, E. (2012). *EU Guidelines on Dual Careers Of Athletes: Recommended Policy Actions in Support of Dual Careers in High-Performance Sport*. Brussels. Obtido de European Commission: [https://ec.europa.eu/sport/policy/societal-role/dual-careers\\_en](https://ec.europa.eu/sport/policy/societal-role/dual-careers_en)

<sup>74</sup> Inicialmente dando apoio logístico que posteriormente passa para o IPDJ

<sup>75</sup> Em conformidade com a alínea e) do artigo 3.º da Portaria n.º 29/2013, de 29 de janeiro: Às Direções de Serviços das Regiões Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve, abreviadamente designadas por DSRN, DSRC, DSRLVT, DSRA, DSRAL compete, em articulação com os serviços centrais: e) Assegurar a implementação a nível regional dos diversos programas, projetos e atividades do desporto escolar, em articulação com a Direção -Geral da Educação.

<sup>76</sup> Nos termos da alínea a), do n.º 3 do artigo 4.º e dos pontos n.º 1 e n.º 2 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 98/2011, de 21 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 132/2014, de 13 de setembro, (em relação aos pontos

Refere ainda a criação de um Grupo de Trabalho Desporto-Educação que terá como missão acompanhar o projeto e apresentar as linhas orientadoras iniciais, bem como a indicação dos agrupamentos de escolas envolvidos, meios de avaliação do projeto, procedimentos a realizar e demais formalidades.

Grupo de Trabalho Desporto-Educação é composto por:<sup>77</sup>

- a) Mestre Duarte Nuno Fernandes Lopes, que coordena;
- b) Dr. Jorge Miguel Martins Ribeiro Tracana de Carvalho, em representação do Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais;
- c) Mestre Paulo José Carvalho Marcolino, em representação do Gabinete do Secretário de Estado do Desporto e Juventude;
- d) Dr. Ricardo Jorge Morgado da Costa, em representação do Gabinete do Secretário de Estado do Ensino Superior;
- e) Dr<sup>a</sup>. Maria Emília Castro Ribeiro, em representação do Gabinete do Secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário;
- f) Dr. José Manuel Braga Madeira Serôdio, em representação do Gabinete do Secretário de Estado da Solidariedade e Segurança Social;
- g) Dr<sup>a</sup>. Sandra Cristina Marques de Sousa Bernardo, em representação do Gabinete do Secretário de Estado do Emprego;
- h) Dr<sup>a</sup>. Elisabete dos Santos Marques Jacinto, em representação do Comité Olímpico de Portugal;
- i) Dr<sup>a</sup>. Mariana Vaz Pinto Guimarães Lobato, em representação da Comissão de Atletas Olímpicos;
- j) Prof. José António Abreu Carneiro da Silva, em representação do Comité Paralímpico de Portugal;

---

mencionados o texto não é alterado) Que cria o IPDJ – artigo 4º -nº 3 - São atribuições do IPDJ, I. P., em especial no domínio do desporto: a) Prestar apoio e propor a adoção de programas para a integração da atividade física e do desporto nos estilos de vida saudável quotidiana dos cidadãos e apoiar técnica, material e financeiramente o desenvolvimento da prática desportiva, assim como o desporto de alto rendimento e as seleções nacionais; Artigo 20º - nº 1 - A concessão de apoio financeiro é titulada por contratos-programa ou protocolos a celebrar nos termos da legislação aplicável. Nº 2 - O IPDJ, I. P., pode, ainda propor ao membro do Governo que tutela a área do desporto e da juventude a concessão de apoio material e financeiro a pessoas singulares e coletivas.

<sup>77</sup> Despacho 5025/2014, de 9 de Abril

k) Dr. Nelson José Seixas Pacheco Guerreiro Lopes, em representação da Comissão de Atletas Paralímpicos;

l) Dr<sup>a</sup>. Ana Filipa Evaristo Mendes Godinho, em representação da Federação Académica do Desporto Universitário;

m) Prof. Dr. Pedro Vítor Mil Homens Ferreira Santos, em representação do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas;

n) Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Rita Alexandra Prior Falhas Santos Rocha, em representação do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos.

### **3.3. Centros de alto rendimento em Portugal e as UAAREs**

Algumas UAARE's foram definidas tendo em conta a proximidade de Centros de Alto Rendimento, onde os alunos se encontram deslocalizados<sup>78</sup>.

Segundo dados retirados da Fundação do Desporto, aos praticantes desportivos de alto rendimento são garantidas especiais condições de utilização das infra-estruturas desportivas que necessitem no âmbito da sua preparação, designadamente no que se refere aos centros de alto rendimento, assegurando-se-lhes a sua utilização prioritária<sup>79</sup>.

Cada Centro de Alto Rendimento é uma “unidade operativa que abrange um conjunto específico e diversificado de instalações, equipamentos desportivos e serviços de apoio multidisciplinar, cuja finalidade é a melhoria e otimização do rendimento desportivo, proporcionando aos praticantes de alto rendimento ou que integram seleções nacionais, as adequadas condições de preparação desportiva e de otimização da performance”.

Nos aspetos referidos, incluem-se as valências de treino, investigação, medicina, psicologia, fisioterapia, nutrição, entre outras.

---

<sup>78</sup> Documento Orientador das UAARE 2018

<sup>79</sup> Artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 272/2009, de 01 de outubro

Tem como missão atender prioritariamente às necessidades das federações desportivas e visa prosseguir objetivos como detetar e potenciar talentos desportivos, possibilitar estágios, avaliar, controlar e otimizar o treino, a investigação científica e monitorizar resultados e a formação de agentes.

Poderão usufruir destes equipamentos, os praticantes de alto rendimento ou que integram seleções nacionais, bem como os restantes agentes que enquadram e orientam a preparação desportiva dos praticantes.

Na gestão dos CARs estão incluídas as seguintes instituições: Administração Pública Desportiva, Município/empresa municipal e Federações Desportivas. Só da articulação com estas três entidades é que se consegue uma gestão eficaz e uma ótima utilização dos espaços (Fig. 12).



Figura 12 – Modelo de gestão e de financiamento dos CARs

Em termos financeiros, o IPDJ, IP transferirá uma verba para o funcionamento da Fundação do Desporto, que incluirá um apoio adicional para o financiamento dos CAR, a distribuir de acordo com regulamento próprio a definir em sede da Fundação. A viabilidade económico-financeira deverá ser atingida através da racionalização de custos de estrutura e pessoal e garantindo a arrecadação de receitas, provenientes de outras fontes, que ultrapassem os valores financeiros concedidos quer pela administração pública central quer local.



Fontes de receitas<sup>80</sup>:

- Patrocínios do Sector Empresarial público e privado;
- Venda dos “namimg rates”;
- Realização de estágios de clubes nacionais e estrangeiros e de seleções nacionais e estrangeiras;
- Realização de provas de âmbito nacional;
- Organização de eventos de âmbito internacional;
- Exploração comercial de espaços desportivos (salas de exercício, piscinas, etc.), bem como de outras áreas ligadas ao exercício de atividades comerciais, como é o caso da restauração;
- Receitas oriundas de outras áreas de atividade como é o caso do Turismo;
- Organização de ações de formação e informação dirigidas aos recursos humanos do desporto;
- Venda de publicações e estudos solicitados no domínio da atividade dos Centros de Alto Rendimento desportivo;
- Execução de projetos de investigação e desenvolvimento, relacionados com a atividade dos Centros de Alto Rendimento Desportivo;
- Protocolos no âmbito da medicina desportiva e avaliação e controlo de treino.

Rede nacional de centros de alto rendimento<sup>81</sup>:

- Centro de alto rendimento de Anadia (Sangalhos) - velódromo nacional - ciclismo, judo, ginástica, trampolins e desportos acrobáticos, esgrima e pentatlo moderno
- Centro de alto rendimento de Aveiro - surf, bodyboard, longboard (potencial para integrar jetski e motas de água, canoagem, remo e vela - kitesurf)
- Centro de alto rendimento das Caldas da Rainha - centro de excelência e alto rendimento para o badminton
- Centro de alto rendimento da Golegã - desportos equestres
- Centro de alto rendimento do Jamor<sup>82</sup> – atletismo, golfe, râguebi, ténis, tiro com

---

<sup>80</sup> Baganha, A. F. (2012). O alto rendimento desportivo, o projeto olímpico e paralímpico londres 2012 e os desafios para os próximos ciclos olímpicos. *Comissão de educação, ciência e cultura* .

<sup>81</sup> Despacho 11258/2015, de 8 de Outubro

<sup>82</sup> Despacho 1190-C/2017, de 1/02 – Criação de unidade orgânica de segundo nível, com a designação CAR Jamor

arco, triatlo, natação

- Centro de alto rendimento da Maia - atletismo, ginástica e ténis
- Centro de alto rendimento de Montemor-o-Velho - centro náutico - canoagem, natação (águas abertas), remo e triatlo
- Centro de alto rendimento de Nazaré - surf, bodyboard, longboard (potencial para integrar jetski e motas de água, canoagem, remo e vela - kitesurf)
- Centro de alto rendimento de Peniche - surf, bodyboard, longboard (potencial para integrar jetski e motas de água, canoagem, remo e vela - kitesurf)
- Centro de alto rendimento de Rio Maior - natação
- Centro de alto rendimento de Viana do Castelo - surf, bodyboard, longboard
- Centro de alto rendimento de Vila Nova de Foz Côa (Pocinho) - remo, canoagem, motas de água, jetski e motonáutica
- Centro de alto rendimento de Vila Nova de Gaia - taekwondo e ténis de mesa
- Centro de alto rendimento de Vila Real de Santo António - atletismo, judo, futebol, triatlo e natação

Rede nacional das Unidades de Apoio ao Alto Rendimento na Escola em 2017/2018:

- ES Amelia Rey Colaço – Linda-à-velha, Oeiras
- ES Dr. Augusto Ferreira da Silva - Rio Maior
- ES Fontes Pereira de Melo - Porto
- ES Montemor-o-velho
- ES Fonseca Benevides – Lisboa (ensino à distância)
- ES Gaia Nascente – Vila Nova de Gaia
- ES Martins Sarmiento - Guimarães
- ES Pedro Nunes - Lisboa
- ES Ponte de Sor
- Escola EB 2/3 Poeta Manuel Silva Gaio - Coimbra

No mapa seguinte encontram-se identificados os Centros de Alto Rendimento e as Unidades de Apoio ao Alto Rendimento na Escola.

Através do mapa (Fig. 13) conseguimos verificar a proximidade das duas estruturas de apoio ao alto rendimento. De referir que em Ponte de Sor não existe atualmente um CAR mas sim um centro nacional de treino de basquetebol.



Figura 13 – Localização dos CARs e UAAREs

O espaço do CAR inclui uma área de residência onde se encontram alojados os atletas deslocados, em alguns destes espaços, nomeadamente no Jamor e em

Montemor, já existe apoio pedagógico, ministrado por Professores qualificados, quer se trate de alunos universitários quer sejam alunos nos ensino básico. Esta aproximação à escola é uma importante ajuda ao trabalho que já fazem as UAAREs.

### **3.4. Funcionamento das UAARE's**

Conforme já referimos, para responsável Nacional UAARE foi designado o ex-coordenador do GAAR de Montemor-o-velho, o docente Victor Manuel de Oliveira Maia Pardal.

Foram constituídas equipas pedagógicas, formadas com o objetivo de desenhar, implementar e acompanhar o processo pedagógico e de apoio psicológico para cada um dos alunos envolvidos, tendo em consideração as suas particulares necessidades – ensino diferenciado:

- Diretor da escola;
- Professor acompanhante;
- Diretor turma;
- Professor curricular/sala de estudo «Aprender+»;
- Psicólogo

Estas equipas trabalham diretamente com as federações, famílias, clubes e autarquias.

O processo, nas escolas, é centralizado no Professor Acompanhante, em estreita colaboração com o Responsável Nacional e demais agentes implicados.

Para o efeito, a cada Professor Acompanhante foi concedida uma redução de 4 horas na sua componente letiva.

Ser atleta de alto nível exige treino intenso. No início do ano letivo, e em articulação com as federações efetua-se uma previsão onde são identificados os períodos de maior intensidade desportiva que se designam de “manchas vermelhas”, identificadas pelos treinadores que se referem aos estágios (com ausências

escolares) e competições (períodos de tensão psicológica e cansaço acrescidos), assim são identificados antecipadamente, períodos de avaliação (testes e exames) e definidos de planos de compensação. Nas UAARE's os professores acompanhantes terão acesso a este mapa para que seja possível fazer o melhor acompanhamento do aluno, com a articulação entre esses períodos.

Cada aluno/atleta terá acesso a:

#### Apoio presencial

- Sala de estudo «Aprender+»: 1 a 2 h /semana; com horário definido; esclarecimento de dúvidas; recuperação de matérias preparação testes e exames
- Regulação do processo aprendizagem - Prof. Acompanhante e Prof. de Apoio - APOIO VIA SKYPE - CHAT

#### Saúde e bem-estar:

- Apoio psicológico
- Acompanhamento médico – redes centros medicina desportiva

#### Ambientes de aprendizagem virtual

- 1 UAARE com ensino à distância
- Plataforma moodle; conteúdos e materiais; e-dúvidas; trabalho diário; salas de estudo «Aprender+»

Como importantes objetivos estão, caracterizar, informar e divulgar junto de todos os docentes a vida dupla destes alunos e atletas identificando as suas dificuldades, flexibilizando e ajustando a intervenção da escola (lideranças, estruturas pedagógicas)

Será posteriormente necessário efetuar a monitorização do processo de aprendizagem através do controlo dos relatórios intercalares e respetivos planos pedagógicos, bem como através dos relatórios do professor acompanhante.

Durante todo o ano letivo são ajustados os processos de aprendizagem e as oportunidades disponibilizadas envolvendo os alunos, os encarregados de educação, as federações e os psicólogos escolares, através dum circuito eficaz de troca de informações.

O trabalho em rede e de forma cooperativa é essencial para o sucesso deste programa.

A figura que se segue demonstra a sinergia e a colaboração que se pretende que exista, onde todos são importantes e todos interagem entre si com um objetivo, o sucesso (Fig. 14).



Figura 14 – Sucesso escolar e desportivo<sup>83</sup>

No próprio despacho, as UAAREs visam articulação eficaz entre os agrupamentos de escolas, os encarregados de educação, as federações desportivas, os agentes e

<sup>83</sup> Responsável Nacional UAARE - Victor Manuel de Oliveira Maia Pardal - Formação Treinadores 19/07/2017

os municípios, entre outros interessados e, segundo o responsável nacional, partem de um grande relacional pedagógico que é a missão principal das UAAREs isto é, conciliar o sucesso escolar e desportivo correto. Assim, estes alunos que já têm sucesso desportivo (de outra forma não estariam incluídos no programa), agora pretende-se que tenham também sucesso escolar. No entanto, este sucesso não depende só da escola, há muitos fatores que o influenciam, assim a rede é essencial e terá que incluir todos os agentes, entre as quais as autarquias que, cada vez mais, têm uma função fundamental em termos do desenvolvimento local do seu território, e também em termos de educação e as orientações em termos de política geral de educação que são necessárias implementar. Como as câmaras municipais, para além de terem esta responsabilidade na educação, são também grandes proprietárias de instalações desportivas onde ocorre a prática desportiva dos alunos/atletas, na maior parte dos casos em Portugal, assim estão criadas condições para que as autarquias sejam um fator determinante neste processo.

### **3.5. Análise do ano piloto**

O Projeto-piloto UAARE tem sido um enorme sucesso, quer no que diz respeito ao sucesso escolar dos 56 alunos envolvidos (com índices de aproveitamento geral de acima da média nacional em quaisquer dos ciclos) quer na sua prestação desportiva, com uma grande repercussão junto dos Pais/encarregados de educação, comunidade escolar (Diretores, Professores, Psicólogos, entre outros) e junto dos restantes agentes envolvidos (Municípios, Federações Desportivas, Centros de Alto Rendimento).

Pelo quadro que se segue (nº 9) verificamos que o sucesso escolar dos alunos no ano piloto ficou bem acima da média nacional obtida no ano anterior, superando em todos os anos letivos os 90%.

Quadro 9 - Síntese desempenhos académicos (2016-17; 2017-18)<sup>84</sup>

Níveis de Escolaridade		5º Ano	9º Ano	10º Ano	11º Ano	12º Ano
% Sucesso escolar nacional (2015/16)		92,4%	89,9%	84,6%	91,3%	67,7%
% Sucesso Alunos UAARES						
Ano letivo 16-17 4 ESCOLAS – 60 ALUNOS-ATLETAS	94,7% -média global UAARE	100%↑	94,8%↑	95,7%↑	96%↑	92,3%↑

Ao longo do processo foram desenvolvidas várias ações por forma a potenciar as UAARE:

- Criação de uma plataforma MOODLE (ambiente de aprendizagem virtual) em estrita colaboração entre a DGE e a Escola Secundária Fonseca Benevides (ensino à distância)
- Formação contínua de docentes;
- Formação contínua de psicólogos escolares;
- Ciclo de palestras motivacionais.

Para desenvolvimento deste projeto, foi considerado um **Plano de Expansão** que considera três níveis de escolas UAARE<sup>85</sup>:

a) Escolas da Rede Nacional 2017/18:

- ➔ A.E. Fontes Pereira de Melo - Porto;
- ➔ A.E. Montemor-o-Velho;
- ➔ A.E. Santa Catarina - Oeiras;
- ➔ E.S. Dr. Augusto Cesar Silva Ferreira – Rio Maior
- ➔ E.S. Fonseca Benevides (ensino à distância) - Lisboa

Aumentado o número de horas de redução da componente letiva dos professores acompanhantes de 4 para 6 horas e implementação em todas as escolas da Sala de Estudo «Aprender+», com Apoio Presencial, Apoio à Distância e Ensino à Distância

b) Escolas Projeto-Piloto que integraram a Rede Nacional nos moldes em que

<sup>84</sup> Documento orientador das UAAREs 2018

<sup>85</sup> Os dados que se seguem foram retirados do documento orientador das UAAREs 2017/2018, desenvolvido pela coordenação nacional e pela DGE



nasceram as Escolas-Piloto em 2016/17 (com acompanhamento presencial das Salas de Estudo «Aprender+» e lançamento da formação do Apoio à Distância – piloto no 3º período escolar) 3 escolas em 2017/2018:

- ➔ A.E. Gaia Nascente – Gaia;
- ➔ E.S. Martins Sarmiento – Guimarães;
- ➔ A.E. Ponte de Sor e E.S. Pedro Nunes - Lisboa

Para 2018/19 prevêem-se mais 2/3 escolas, uma delas vocacionada para os desportos de mar.

Terminado a Etapa piloto, estas escolas poderão transitar para a Rede Nacional.

- c) Escolas Associadas UAARE, que terão estrutura idêntica às Escolas-Piloto com apoio direto de uma Escola da Rede Nacional. Em 2017/18 foi criada a UAARE do A.E. Coimbra Centro/Poeta Manuel Silva Gaio (Apoio da Escola de Rede – A.E. Montemor-o-Velho).

A integração de novas escolas UAARE obedece ao cumprimento dos seguintes indicadores de ponderação:

- a) Número de Alunos em regime de Alto Rendimento ou enquadrados em seleções nacionais<sup>86</sup>
- b) Número de alunos elegíveis para as UAARES – potenciais talentos desportivos<sup>87</sup>
- c) Diversidade de Modalidades na Rede UAARE, com prioridade às modalidades Olímpicas;
- d) Coerência com a localização de Centros de Alto Rendimento ou Centros de Treino Desportivo;
- e) Nível de Compromisso das Escolas a Envolver – a 4 anos.

---

<sup>86</sup> Decreto-Lei n.º 272/2009, de 1 de outubro e Decreto-Lei n.º 45/2013, de 5 de abril, respetivamente;

<sup>87</sup> Recomendação da EU/2013 sobre as carreiras duais;

### 3.6. Financiamento do AR em Portugal e nas UAAREs

Compete ao Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P., prestar apoio técnico e financeiro ao projeto<sup>88</sup>.

#### Artigo 17.º Receitas

1 - O IPDJ, I. P., dispõe das receitas provenientes de dotações que lhe sejam atribuídas no Orçamento do Estado.

2 - O IPDJ, I. P., dispõe, ainda, das seguintes receitas próprias:

- a) As percentagens do produto líquido da exploração dos concursos e de apostas mútuas estabelecidas na legislação aplicável;
- b) As percentagens das receitas brutas da exploração dos jogos sociais e do jogo do bingo, conforme definido e estabelecido na lei;
- c) As participações ou subsídios, heranças, legados, ou doações concedidos por qualquer tipo de entidade;
- d) As taxas e rendimentos resultantes da prestação de serviços e da utilização de instalações afetas ao IPDJ, I. P.;
- e) Os rendimentos de bens próprios ou dos que se encontrem na sua posse;
- f) O produto resultante de alienações, extinções ou fusões resultantes de organismos dependentes;
- g) As multas e coimas cujas receitas sejam destinadas ao IPDJ, I. P., nos termos e percentagens estabelecidas na lei;
- h) O produto da venda de publicações e de outros bens editados ou produzidos pelo IPDJ, I. P.;
- i) As participações relativas ao seguro desportivo obrigatório que por lei lhe sejam atribuídas;
- j) Quaisquer outras receitas que por lei, contrato ou outro título lhe sejam atribuídas.

---

<sup>88</sup> Nos termos da alínea a), do n.º 3 do artigo 4.º e dos pontos n.º 1 e n.º 2 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 98/2011, de 21 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 132/2014, de 13 de setembro

3 - As taxas e preços da venda de bens e serviços a que se refere o número anterior são aprovados, sob proposta do IPDJ, I. P., pelo membro do Governo que tutela a área do desporto e da juventude.

4 - As receitas próprias definidas no n.º 2 são consignadas à realização de despesas do IPDJ, I. P., durante a execução do orçamento do ano a que respeitam, podendo os saldos não utilizados transitar para o ano seguinte.

5 - É reconhecida a autonomia administrativa e financeira ao IPDJ, I. P., na gestão de programas financiados, quer no âmbito da União Europeia, quer internacionais.

#### Artigo 20.º Apoio material e financeiro

1 - A concessão de apoio financeiro é titulada por contratos-programa ou protocolos a celebrar nos termos da legislação aplicável.

- O IPDJ, I. P., pode, ainda propor ao membro do Governo que tutela a área do desporto e da juventude a concessão de apoio material e financeiro a pessoas singulares e coletivas

Na legislação não se encontra descrito, de uma forma direta, que o financiamento das UAAREs vem da dotação prevista para o alto rendimento. Mas o enquadramento é esse.

### **3.7 Recursos Humanos na escola**

Com a implementação das UAAREs houve necessidade de aplicação das horas letivas e não letivas de alguns docentes para alocar a este programa, nomeadamente a nível do professor acompanhante e dos professores de apoio da sala «Aprender+».

A organização dos professores das escolas regula-se pelo Estatuto da Carreira dos

No qual o pessoal docente, em exercício de funções é obrigado à prestação de 35 horas semanais de serviço. Essas horas semanais, integram uma componente letiva e uma componente não letiva e desenvolve-se em cinco dias de trabalho. A componente não letiva é destinada a trabalho individual e da participação em reuniões de natureza pedagógica, convocadas nos termos legais, que decorram de necessidades ocasionais, a atividade letiva (22 horas semanais) abrange todo o trabalho com a turma ou grupo de alunos durante o período de leção da disciplina ou área curricular não disciplinar.

No presente regulamento também refere que o exercício de outras funções pedagógicas, dá lugar a redução da componente letiva. Dentro destas funções estão incluídos o desempenho de outros cargos de coordenação pedagógica a orientação e o acompanhamento dos alunos nos diferentes espaços escolares, o apoio individual a alunos com dificuldades de aprendizagem, a produção de materiais pedagógicos, todas estas situações, surgem numa escola UAARE.

Essa distribuição de serviço docente é determinada pelo órgão de direção executiva, ouvido o conselho pedagógico e as estruturas de coordenação intermédias, de forma a assegurar que as necessidades de acompanhamento pedagógico e disciplinar dos alunos são satisfeitas.

A situação de sobrecarga e esgotamento destes alunos é muitas vezes referenciada como um fator que influencia o abandono da modalidade desportiva, perdendo-se muitas vezes talentos nos mais diversos desportos, assim os psicólogos escolares são também um elemento fundamental para o sucesso destes alunos/atletas.

Embora não sendo psicólogos de desporto, e estando na escola ao abrigo do Decreto-Lei n.º 190/91 de 17 de Maio, foram efetuadas formações (por exemplo em

---

<sup>89</sup> Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de Abril, alterado pelos Decretos-Leis n.º 105/97, de 29 de Abril, 1/98, de 2 de Janeiro, 35/2003, de 17 de Fevereiro, 121/2005, de 26 de Julho, 229/2005, de 29 de Dezembro, 224/2006, de 13 de Novembro, 15/2007, de 19 de Janeiro, 35/2007, de 15 de Fevereiro, 270/2009, de 30 de Setembro, 75/2010, de 23 de Junho, 41/2012, de 21 de Fevereiro, e 146/2013, de 22 de Outubro

Rio Maior, 20 de Abril de 2018) para motivar e preparar os psicólogos das escolas UAARE para esta nova realidade.

### 3.8 Número de alunos/atletas apoiados 2016/2017 e 2017/2018

No quadro que se segue (nº 10) são apresentados os números relacionados com os atletas que estão atualmente a ser apoiados.

Verificamos que o número aumentou em todas as modalidades e o número de modalidades apoiadas também é bastante superior, demonstrando a crescente importância, que estas unidades têm no atual panorama académico.

Quadro 10 – Número de alunos apoiados 2016-17 e 2017-18

MODALIDADE	Total de Alunos	
	2016/2017	2017/2018
Andebol	2	5
Atletismo		8
Basquetebol	9	27
Canoagem	9	10
Dança Desportiva		1
Esgrima		2
Futebol	4	6
Ginástica Aeróbica		1
Ginástica Acrobática		10
Ginástica Artística		5
Ginástica Rítmica	1	6
Hóquei		2
Judo	6	5
Kung Fu	2	2
Natação	19	19
Remo		5
Rugby		2
Surf		2
Ténis	2	15
Ténis Mesa		7
Triatlo	2	4
Voleibol		5
Xadrez		1
<b>TOTAL</b>	<b>56</b>	<b>150</b>

Verificou-se um aumento de 167,85%<sup>90</sup> no número de alunos apoiados.

O número de modalidades passa de 10 a 23.

Estes alunos estão distribuídos pelas 3 áreas de acção das UAAREs que são alto rendimento, seleções nacionais e potencial talento desportivo das seguinte forma<sup>91</sup> (Fig. 15).

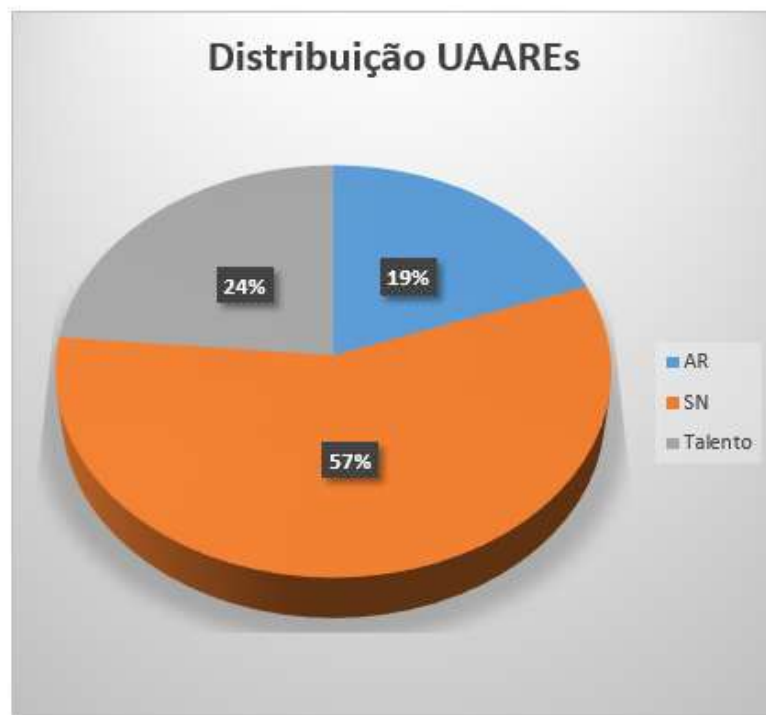


Figura 15 – Distribuição dos alunos 2017-2018

Perante os dados que recolhemos reforçamos a nossa ideia inicial sobre a importância deste tema e a utilidade que obtivemos na investigação do mesmo, prevendo que no futuro muitos mais estudos irão ser efetuados.

<sup>90</sup> Formula utilizada  $(\text{Valor2018}-\text{Valor2017})/\text{Valor2017} \times 100$

<sup>91</sup> Dados obtidos na apresentação de 16/05/2018 "Agrupamento de Escolas Fontes Pereira de Melo - UNIDADE DE APOIO AO ALTO RENDIMENTO NA ESCOLA - "Compromisso social"

## **CAPÍTULO III. METODOLOGIA**





Neste capítulo da metodologia, faremos uma breve abordagem do seu conceito sob o ponto de vista formal e segundo alguns autores, justificando a opção pela abordagem qualitativa do estudo, posteriormente explicamos o tipo de estudo desenvolvido, fazendo a ponte para a descrição dos participantes na investigação a quem aplicaremos os métodos utilizados, e os respetivos procedimentos de recolha e análise dos dados.

## **1. Conceito de Metodologia**

**Método**, significa literalmente 'seguir um caminho' (para chegar a um fim)<sup>92</sup>.

Já Galliano (1979) define o método como sendo “um conjunto de etapas, a serem vencidas na investigação da verdade, no estudo de uma ciência”.

Assim, a escolha do método assume-se como uma etapa fundamental da pesquisa, no qual o investigador se orienta em busca de um fim.

## **2. Natureza do estudo**

A metodologia utilizada para o nosso estudo, foi de âmbito qualitativo e foram feitas entrevistas aos responsáveis pelas 9 escolas que são UAARE, não foi incluída a escola associada (Coimbra) pois a estrutura e gestão encontra-se noutra escola (Montemor-o-Velho). Também foi efetuada uma entrevista ao responsável pelo nacional, pois achou-se pertinente obter as mesmas informações pela entidade supervisora, face à pouca informação publicada sobre esta nova realidade.

Este foi o método escolhido pois, como referem os autores Silva e Menezes (2005), considera-se que “há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números assim, não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para recolha de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a

---

<sup>92</sup> <https://pt.wikipedia.org/wiki/Método>

analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem”. Como se trata de análise de um tema, apenas a abordagem qualitativa seria possível.

Diferente da pesquisa quantitativa, a qualitativa procura uma compreensão particular daquilo que estuda, não se preocupa com generalizações populacionais, princípios e leis. O foco da sua atenção é centrado no específico, no peculiar, procurando mais a compreensão do que a explicação dos fenómenos estudados. Isso não significa, entretanto, que os seus achados não possam ser utilizados para compreender outros fenómenos que tenham relação com o facto ou situação estudada (Turato, 2004).

Segundo Almeida & Freire (1997), as investigações qualitativas estão mais ligadas ao campo ou terreno do que as investigações quantitativas que são mais laboratoriais. Deste modo, os métodos qualitativos têm três princípios, que reforçam a necessidade de uma postura interpretativa dos comportamentos e fenómenos sociais:

- A primazia da experiência subjetiva como fonte do conhecimento;
- O estudo dos fenómenos a partir da perspectiva do outro ou respeitando os seus marcos de referência;
- O interesse em se conhecer a forma como as pessoas experienciam e interpretam o mundo social que também acabam por construir interactivamente.

Também teremos que ter em consideração como já referiam Bogdan e Biklen (1994), que na investigação qualitativa o investigador é o principal instrumento da recolha de dados e o sentido que o investigador e o investigado atribuem ao mundo e as questões nas quais estão envolvidos direta ou indiretamente, o modo de entendimento do mundo, o que é ou não importante, o que faz o mundo funcionar, entre outras características desse tipo de estudo conduzem à fundamentação teórica dessa abordagem.

Lakatos e Marconi (1993) referem que tanto os métodos como as técnicas devem

adequar-se ao problema a ser estudado, às hipóteses levantadas e o que se quer confirmar, daí a escolha da metodologia qualitativa para este estudo.

### **3. Participantes**

No total efetuamos nesta investigação, como delineamos no objetivo inicial, 10 entrevistas. Optamos por entrevistar todos os professores acompanhantes de cada uma das unidades de apoio ao alto rendimento e também o responsável nacional pelo projeto UAARE.

→Escolas de Rede Nacional (apoio personalizado, apoio tutorial, apoio à distância e ensino à distância)

- ES Amelia Rey colaço – Linda-à-velha, Oeiras
- ES Dr Augusto Ferreira da Silva - Rio Maior
- ES Fontes Pereira de Melo;
- ES Montemor-o-velho;
- ES Fonseca Benevides – Lisboa (ensino à distância)

→Escola UAARE – Projeto Piloto (apoio personalizado, apoio tutorial)

- ES Gaia Nascente – Vila Nova de Gaia
- ES Martins sarmento - Guimarães;
- ES Pedro Nunes - Lisboa
- ES Ponte de Sor

100% da amostra nacional

A escolha efetuada prosseguiu o objetivo de obter informação sobre a realidade existente em todas as escolas que atualmente estão envolvidas neste processo e ter a opinião da pessoa que atualmente possui a maior informação sobre este tema.

### **4. Procedimentos para recolha de dados**

O instrumento escolhido foi a entrevista, onde a informação é obtida de um entrevistado, sobre determinado assunto ou problema. A entrevista teve por base

um guião (colocado em anexo) e segundo Silva e Menezes (2005) é considerada padronizada ou estruturada uma vez que possui um roteiro previamente estabelecido.

As entrevistas decorreram entre 19 de Abril (data da entrevista piloto) e 10 de Julho de 2018.

Para Ruquoy (1997) “A entrevista é mais uma arte do que uma técnica” ... “baseia-se na ideia segundo a qual para saber o que pensam as pessoas basta perguntar-lhes”

A entrevista, segundo Standnik, Cunha e Pereira (2009) é um momento de emoção, pelo que o entrevistador deve manter a calma e uma atitude de total aceitação. Seguindo Cervo e Bervian (1983), a entrevista não é uma simples conversa. É uma conversa orientada para um objetivo definido, na qual se recolhe, através do interrogatório, dados para a pesquisa.

Segundo Bell (1997) tem como principal vantagem o facto de ser adaptável. Um entrevistador habilidoso consegue explorar determinadas ideias, testar respostas, investigar motivos e sentimentos, coisa que o inquérito nunca poderá fazer. Mas têm alguns problemas como a quantidade de tempo que consomem, a subjetividade, o perigo da parcialidade.

Segundo Cervo e Bervian (1983) para preparar e realizar a entrevista é necessário adotar os seguintes critérios:

- O entrevistador deve planear a entrevista, delineando o objetivo a ser alcançado.
- Obter, conhecimento prévio sobre o entrevistado, sempre que possível.
- Marcar com antecedência o local e hora para a entrevista.
- Criar condições para a realização da entrevista.
- Escolher o entrevistado de acordo com a sua familiaridade ou autoridade em relação ao assunto.

- Fazer uma lista das questões mais importantes.
- Assegurar um número suficiente de entrevistados, de forma a obter viabilidade na informação.

Quivy e Campenhoudt (2003) identificam a entrevista como exploratória, semi-diretiva ou centrada. A entrevista exploratória é mais destinada a testar hipóteses de trabalho enquanto a entrevista semi-diretiva é mais utilizada na investigação social, em que o investigador segue perguntas guia relativamente abertas de modo a receber informação do entrevistado, e por fim, a entrevista centrada tem como objetivo analisar o impacto de um acontecimento ou experiência sobre aqueles que a eles assistiram, em que não dispõe de perguntas preestabelecidas mas sim de tópicos relativos ao tema em estudo. No presente estudo, a entrevista a utilizar é semi-diretiva ou semi-dirigida dado que é a mais utilizada em investigação social. A entrevista semi-diretiva tem como características as perguntas-guias, relativamente abertas, para obter mais informação e o investigador encaminha a entrevista para objetivos, mas deixando o entrevistado falar abertamente de uma forma natural.

Esta entrevista foi previamente planeada, com a elaboração de um Guião (anexo 1) que se centrou nas seguintes categorias:

- Caracterização da UAARE;
- Implementação da UAARE;
- Apoio ao alto rendimento na escola;
- Recursos Financeiros;
- Recursos Humanos;
- Perspetivas Futuras.

O desenho do guião foi testado previamente, por uma entrevista piloto efetuada a um professor que não consta da amostra deste estudo, mas que consideramos ter conhecimentos muito válidos sobre este tema, mas numa escola da rede UAARE. Tal procedimento permitiu aferir não só o tempo da entrevista, como a clareza das questões e a lógica de organização dos temas que posteriormente, foram repensados e alterados, de acordo com os propósitos do estudo. Verificou-se que

algumas questões não eram muito perceptíveis e fez-se um ajuste dessas mesmas perguntas, perante os comentários e observação pertinentes do entrevistado.

Segundo Araújo (2018), o estudo piloto é um teste, em pequena escala, dos procedimentos, materiais e métodos propostos para determinada pesquisa. A importância de conduzir um estudo piloto está na possibilidade de testar, avaliar, rever e aprimorar os instrumentos e procedimentos de pesquisa. O principal objetivo de se administrar um estudo piloto é determinar os pontos fracos e problemas em potencial, para que sejam resolvidos antes da implementação da pesquisa.

Seguidamente, foram desenvolvidos um conjunto de procedimentos, informais e formais, que possibilitaram a permissão para a recolha dos dados, nomeadamente o pedido de autorização da DGE para as entrevistas aos professores. Este processo foi todo liderado pelo responsável nacional.

Antes das restantes entrevistas, foi enviado um *e-mail* (anexo 2) com a marcação da mesma, onde se incluía a apresentação do trabalho para que os entrevistados tivessem, de imediato, informação sobre o que se estava a estudar. Esta informação também foi uma forma de motivar os entrevistados para o estudo. Neste processo foi de vital importância a ajuda do responsável nacional.

Os guiões apresentam os aspetos formais e éticos que devem ser cumpridos: a apresentação do curso; a apresentação institucional e do objeto de estudo; o pedido de autorização para registo áudio. Na parte final de cada um dos guiões há uma questão que permitia aos entrevistados acrescentar algo ao que tinha sido dito, ou a abordagem de algum assunto pertinente, bem como o agradecimento pela participação.

As entrevistas foram efetuadas presencialmente, através de visitas às escolas ou utilizando plataformas informáticas com *Skype®* e *Messenger®*, ferramentas síncronas, com gravação da voz e não do vídeo. Nenhum dos entrevistados se opôs à gravação da entrevista, 2 referiram que gostariam de ter acesso ao trabalho final,

e nenhum apresentou dúvidas sobre o âmbito da investigação.

## 5. Procedimentos de análise de dados

Para a análise de dados, as entrevistas foram transcritas e codificadas e posteriormente foi feita a análise do seu conteúdo.

Análise de conteúdo, segundo Bardin (2008) é um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Bardin (2008) apresenta um esquema que permitem aos investigadores orientarem a sua análise de conteúdo.

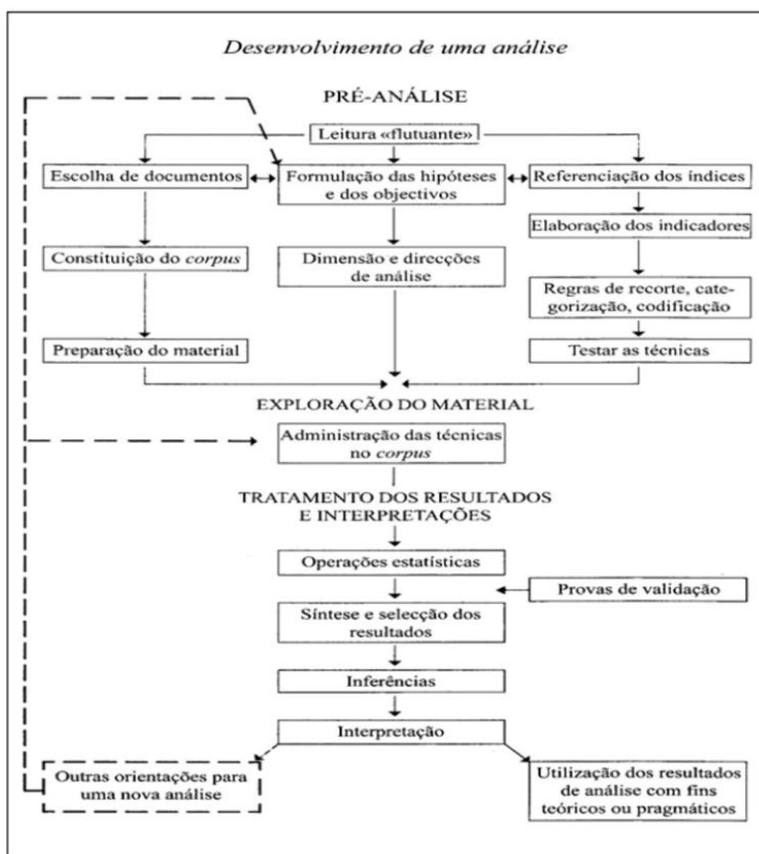


Figura 16 - Fases da análise segundo Bardin (2008)

Conforme verificamos no esquema esta autora (Fig. 16), refere que a análise de

conteúdo deve seguir três polos cronológicos:

1) Pré-análise - fase essencialmente de organização, onde se sistematizam as ideias iniciais e na qual se prepara o material para a análise (...) embora seja composta por atividades não estruturadas “abertas”, por oposição à exploração sistemática dos documentos. No presente trabalho foram divididas as entrevistas por categorias, mediante as estabelecidas no guião. Após a transcrição, foi elaborado um quadro resumo com todas as respostas.

2) Exploração do material - Após várias leituras e agrupando os conteúdos por temas, estabeleceram-se categorias de análise, iniciou-se o estudo, sem utilização de nenhum *software* específico, apenas utilizando a informação decorrente dos dados, o que se designa de análise indutiva.

3) Tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação: Uma vez com os dados tratados, seguiram-se o processo de reflexão acerca dos resultados e uma análise interpretativa. Durante este processo tentou-se sempre completar informação das entrevistas com os dados recolhidos na entrevista com o responsável nacional.

Durante todo o processo foi sendo recolhida informação adicional sobre o tema em causa que se encontra em constante atualização dado tratar-se de uma realidade muito recente.



## **CAPÍTULO IV. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**



## 1. Análise das entrevistas

Este capítulo é destinado à apresentação dos resultados obtidos nas entrevistas efetuadas aos professores acompanhantes das escolas com Unidades de Apoio ao Alto Rendimento, quer se tratem de escolas de rede quer sejam escolas piloto.

Tendo por base a revisão bibliográfica e mais concretamente a legislação que regulamenta o alto rendimento, é efetuada análise desses resultados. Para a discussão dos resultados também foi utilizada, como suporte e face à reduzida quantidade de bibliografia sobre este tema, a entrevista efetuada ao responsável nacional.

Esta análise irá ser efetuada tendo em conta as categorias definidas no guião da entrevista e inicialmente apresentam-se dados que referem a estrutura identificativa das escolas e dos alunos que se encontram a ser apoiados em cada uma dessas unidades de apoio.

- **Identificação**

Verificamos (fig. 17) que a grande maioria dos professores escolhidos para professores acompanhantes são do grupo de Educação física, havendo ainda professores de inglês e português.

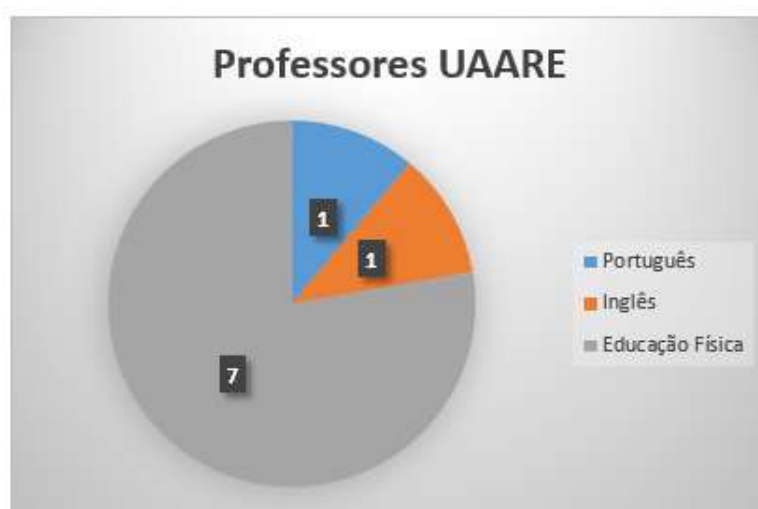


Figura 17 - Distribuição dos professores acompanhantes

- Quatro destes professores também são atualmente treinadores desportivos e 2 já o foram.
- A média de idades destes professores é de 53,11 anos, com um desvio padrão de 5,97
- A média de tempo de serviço como professores situa-se nos 26,33 anos
- Três professores estão a ter, pela primeira vez, contacto com a realidade que é o AR, como se verifica na figura 18



Figura 18 - Ligação ao Alto Rendimento dos professores

Verificamos que para professores acompanhantes foram escolhidos profissionais com alguma experiência e na sua maioria ligados ao desporto. Consideramos que esta é uma estratégia acertada pois dessa forma é mais fácil compreenderem a realidade destes alunos/atletas, face às dificuldades que enfrentam pelo elevado tempo que passam em treinos, estágios e competições.

A maioria dos professores entrevistados refere que ser gestor/responsável pela UAARE envolve principalmente a coordenação entre os vários agentes envolvidos

(alunos, professores, dirigentes, encarregados de educação/tutores, direção da escola, psicólogos, etc) sendo esta uma função essencial para o sucesso de todo o processo, outra função referida como muito importante é o acompanhamento das avaliações dos alunos (fig. 19).



Figura 19 - Funções do professor acompanhante enumeradas

Perante as respostas que obtivemos, verificamos que estas escolas estão atualmente preparadas para cumprir o apoio ao alto rendimento previsto no DL 272/2009 de 1 de Outubro, que refere a possibilidade de justificar faltas durante o período de preparação e participação em competições desportivas, a alteração as data das provas de avaliação, pedir transferência de estabelecimento de ensino ou a frequência de aulas noutro estabelecimento de ensino. Os atletas de alto rendimento têm também consagrado o direito a ter um professor acompanhante para acompanhar a evolução do seu aproveitamento escolar, detetar dificuldades e propor medidas para a sua resolução e sempre que necessário deverão ser ministradas aulas de compensação.

A estrutura que acompanha cada uma das UAAREs inclui apenas um professor acompanhante, no entanto também são referidos os seguintes agentes:

- Direção da escola
- Psicólogos
- Professores da sala «Aprender+».

A escola ET07 também refere também a existência de um professor que dá apoio à sala «Aprender+». A escola ET09 refere a autarquia como um elemento chave no sucesso de todo o programa.

A ligação e parceria entre todos os agentes é considerada como o principal fator de sucesso cujo lema até é:

“Todos somos UAARE”.

## - **Caracterização das Unidades de Apoio ao Alto Rendimento na Escola**

Numa primeira fase identificamos os alunos e as características dos professores acompanhantes, o que permitiu entender melhor cada uma das realidades, facilitando o resto da entrevista.

A quantidade de alunos no AR ou SN e a diversidade de modalidades (com prioridade às modalidades olímpicas), são dois dos critérios para a escolha das UAAREs. As escolas tem os alunos distribuídos da seguinte forma (quadro 11):

Quadro 11 - distribuição dos alunos em cada escola UAARE (ordenação alfabética)

<b>Escola Secundária:</b>	<b>nº alunos</b>	<b>Anos escolaridade</b>	<b>Modalidades</b>
<b>Amélia Rey Colaço - Linda-a-Velha – Oeiras</b>	20	7º, 9º, 10º, 11º, 12º	Ténis, Basquete, Motociclismo, Natação, Judo, Atletismo Adaptado 13F/7M
<b>Dr. Augusto César Silva Ferreira - Rio Maior</b>	22	9º, 10º, 11º	Atletismo (3M e 1F), Natação (7M e 6F), Triatlo (3M), e Basquetebol (2F)
<b>Fonseca Benevides – Lisboa</b>	13	9º, 10º, 11º	Ténis, surf, skate, futebol 2F/11M
<b>Fontes Pereira de Melo – Porto</b>	25	6º, 7º, 8º, 9º, 10º, 11º, 12º	Futebol, Andebol, Judo, Atletismo, Kung Fu, Ginástica Rítmica, Basquetebol, Ténis de Mesa, Ténis, Natação Adaptada, Voleibol e Hóquei em Campo 11F/14M
<b>Gaia Nascente – Vila N. Gaia</b>	11	7º, 8º, 9º, 10º, 12º	Ginástica, Ténis de Mesa, Taekwondo e Futebol. 2F/9M
<b>Martins Sarmiento – Guimarães</b>	13	10º, 11º, 12º	Futebol (masculino e feminino), o Hóquei em Patins, o Voleibol (masculino e feminino), o Andebol e o Xadrez. 10M/3F
<b>Montemor-o-Velho</b>	11	8º, 9º, 10º, 11º, 12º	Remo (2M e 1F), Canoagem (3M), Judo (2M e 2F), Futebol (1F)
<b>Pedro Nunes – Lisboa</b>	35	7º, 8º, 9º, 10º, 11º, 12º	Ginásticas (Artística, Acrobática e Rítmica), o Ténis, o Râguebi, Surf, Atletismo, Judo, Esgrima
<b>Ponte de Sor</b>	14	8º, 9º, 10º, 11º	Basquetebol (14M)

Durante esta caracterização a escola ET08 referiu que também dá apoio a alunos de outras escolas, quando estes se encontram a estagiar durante algum tempo no CAR a que estão ligados, dando aulas de apoio e fazendo exames nacionais que eles necessitem, transferindo depois os resultados e informações às escolas que esses pertençam. Esta situação também se encontra prevista no DL 272/2009 de 1 de Outubro mas esta foi a única escola que referiu esta situação.

Segundo a análise já efetuada pela coordenação nacional das UAAREs é nos anos mais difíceis, 10º e 11º ano (face à dimensão curricular) que estão 53.5% dos alunos apoiados. O que significa que mais de metade dos alunos se encontram nos anos onde é maior a pressão na necessidade de conciliação entre escola e desporto. Assim, no ano letivo 2018/2019, os anos 9º, 10º e 11º, vão ser uma prioridade das salas de estudo «Aprender+».

➔ As escolas que dão apoio as centros de Alto Rendimento são:

Dr. Augusto César Silva Ferreira - Rio Maior → CAR Natação

Gaia Nascente – Vila N. Gaia → CAR Ténis Mesa

Amélia Rey Colaço - Linda-a-Velha – Oeiras → CAR Jamor

Ponte de Sor → Centro de Treino Basquetebol

Montemor-o-Velho → Canoagem, o Remo, o Triatlo e a Natação de Águas Abertas

Esta proximidade e ligação aos CARs é um dos critérios de escolha das UAAREs de acordo com a entrevista efetuada ao responsável nacional: “coerência com utilização de Centros de Alto Rendimento ou Centros de Treino Desportivo”.

Verificamos que existem muitos CARs sem o apoio de uma escola da rede UAARE mas isso poderá ser alterado se as autarquias se envolverem.

A relação entre as escolas e as direções dos CAR's estabelece-se maioritariamente com os tutores, uma vez que estes substituem os encarregados de educação dos alunos deslocados, menores de idade.

- **Implementação da Unidade de Apoio ao Alto Rendimento na Escola**

Nesta categoria, pretendeu-se entender as dificuldades e alterações que as escolas tiveram que desenvolver para a implementação da UAARE. A ES de Montemor está numa situação distinta uma vez que nesta escola já existia o GAAR (gabinete de apoio ao alto rendimento), que está na génese deste programa, assim aqui a implementação foi apenas a adequação e alteração formal, decorrente da transformação de gabinete (projeto único) para unidade e escola de rede (projeto nacional) sob a responsabilidade da DGE, perante esta situação, as próximas questões não se aplicaram a esta escola.

Na questão que pretendia identificar a iniciativa da implementação, as respostas foram muito distintas, uma vez que se trata de um programa novo e que se iniciou em anos diferentes nas escolas. As respostas obtidas foram:

- ➔ Coordenação nacional das UAAREs
- ➔ Secretaria de estado
- ➔ Câmara Municipal
- ➔ Foi um clube
- ➔ A escola propôs-se
- ➔ Antigo diretor regional do IPDJ
- ➔ Federação

Uma das escolas (ET06) não respondeu pois o entrevistado não acompanhou a implementação no seu ano de início.

Este processo iniciou-se, após a comunicação por parte da coordenação nacional, em 2016 na ES Fontes Pereira de Melo (Porto), ES Montemor-o-Velho, ES Dr. Augusto César Silva Ferreira (Rio Maior) e Amélia Rey Colaço (Linda-a-Velha – Oeiras), em 2017 na ES Fonseca Benevides (Ensino à distância), ES Pedro Nunes (Lisboa); ES Gaia Nascente (Vila Nova de Gaia), ES Ponte de Sor.



Embora pouco pudessem fazer pois, a nível de legislação as escolas têm que obedecer às exigências do Ministério, houve necessidade de efetuarem alterações decorrentes desta nova realidade. O esforço desenvolvido, centrou-se principalmente na reorganização das turmas, tentando juntar o mais possível os alunos e tentando que o professor acompanhante lecionasse nas turmas dos mesmos. Houve também tentativas de encontrar horários facilitadores para que os treinos pudessem encaixar nos horários livres e para que os alunos pudessem frequentar a sala «Aprender+».

Pela entrevista que obtivemos com o responsável nacional, o que está previsto numa escola UAARE é: ter uma sala de estudo «Aprender+» com docentes formados e capacitados para a função e fazerem apoio presencial aos alunos, fazer apoio à distância e ter ambientes de aprendizagem à distância a trabalhar. Refere também que as escolas só passam a rede quando têm uma sala de estudo «Aprender+», que dê no mínimo apoio presencial. A partir do ano académico 2019/2020, só serão escolas de rede se possuírem essa sala totalmente preparada e se tiverem todos os professores que lá trabalham formados (formação essa que a coordenação nacional possibilita, se for necessário) e que façam apoio à distância e promovam ambientes virtuais de aprendizagem. As outras escolas que não fizerem, que não o façam, ou que não tenham condições, no seu conjunto de docentes na escola para ter uma equipa em que sejam professores que trabalhem em rede e de forma colaborativa, reflexiva e sistemática, e que estejam formados em ambientes virtuais de aprendizagem (e promovam este tipo de aprendizagem), não serão escolas de rede.

Um exemplo de boa prática nesta área é o portal *on-line Youth Sport Trust talent*<sup>93</sup>, do Reino Unido, que tem como objetivo, apoiar as escolas para ajudar jovens atletas, técnicos e funcionários a atingirem sucesso desportivo e académico. O YST Talent visa apoiar o progresso e a realização em toda a escola e incentiva o envolvimento dos pais. Esta plataforma *on-line* utiliza módulos de aprendizagem para ajudar os jovens e os seus pais a alcançar um estilo de vida equilibrado de treino,

---

<sup>93</sup> <https://www.youthsporttrust.org/yst-talent>

competições, exames escolares e vida familiar. Fornece orientação, apoio e investimento para a saúde e o bem-estar dos alunos/atletas e ajuda-os a planejar, organizar e gerir o seu tempo para atingirem o seu melhor desempenho desportivo e académico.

Relativamente às principais dificuldades na implementação as escolas resumem-nos a dois grandes pontos, a motivação e aceitação dos docentes para esta nova realidade com a necessidade de lhes explicar o que é a carreira dual, para entenderem o que é a vida destes alunos e criação de condições para esta “discriminação positiva”. A outra dificuldade referida (ET05) é a incerteza, em cada ano letivo, de quantos alunos as escolas vão receber, de que anos de escolaridade, de que cursos com que necessidades de treinos e ausências.

Segundo o coordenador nacional, as escolas que têm níveis de desenvolvimento pedagógico melhor, e que já trabalhavam as questões do sucesso escolar de uma forma sistémica, integrada, em rede, em linha e reflexiva, são as escolas que menos dificuldades têm no projeto UAARE, e aí são as melhores UAARE’S do país.

Verificamos que, embora esta legislação já exista desde 2009 (a ultima versão), este tipo de apoio já vem desde da publicação da Lei de Bases do Sistema Desportivo, aprovada pela Lei n.º 1/90, de 13 de Janeiro, que veio a ser publicado o Decreto-Lei n.º 257/90, de 7 de Agosto, através do qual se estabeleceu um conjunto de medidas de apoio ao então designado subsistema de alta competição. Porém, ainda existem muitos professores que desconhecem o direito destes alunos a este tipo de apoio e consideram que eles não necessitam de nenhum tratamento diferenciado. As escolas (ET07, ET06) referem que continuam a haver muitas pessoas que ainda perguntam: «Mas porquê? Porquê este investimento? Porque é que a Câmara tem cá isto? Porquê? Eles não são alunos como os outros?» Têm dificuldade em entender a vida de um desportista, daí que a motivação sobre este programa ocupe parte do tempo destes professores e da coordenação nacional.

Apenas duas escolas (ET01 e ET09) referiram que já foram feitas alterações no seu

regulamento interno, mas as restantes mencionam que essa situação deverá ser resolvida em breve.

Vemos aqui um exemplo de um regulamento interno que inclui a UAARE:

Art.º. 125.º ponto 5

e)Na modalidade de Unidade de Apoio ao Alto Rendimento na Escola, UAARE, na qual os alunos desportistas de alto rendimento, e dadas as eventuais ausências prolongadas destes quando em torneio ou estágio, o prazo para realizar e enviar as tarefas será acordado entre o aluno e o professor, devendo o Encarregado de Educação ser envolvido na definição de prazos<sup>94</sup>.

Sobre os ajustamentos e melhoramentos no segundo ano UAARE, apenas 4 escolas se encontram nesta situação uma vez que iniciaram o projeto em 2016, pelo que esta questão não se aplicou às restantes.

Assim e quando comparado com o primeiro ano, as escolas referem que está tudo melhor com o aumento de horas para o apoio aos alunos. A escolha dos professores e a elaboração das turmas foi efetuada com mais tempo também são referidos como pontos positivos. Uma das escolas criou uma aplicação informática que lhe permitiu melhorar a comunicação com os alunos.

Como melhoramentos que foram empreendidos pela coordenação nacional foram referidas duas ações de formação em três anos, através de *e-learning*, ou presenciais. A criação de uma equipa, que é o *Virtual Team* UAARE, de dois professores especialistas nesta área que estão à disposição das escolas, para o apoio à distância, com deslocações às salas, com replicações, apoiando ao máximo esta formação. Foi colocado um conjunto completo nas salas com um computador (*surface pro 4, Microsoft surface*) equipado com todo o *software* educativo, desde cadernos digitais diários *online*, um conjunto de ferramentas pedagógicas, um conjunto de programas que permite fazerem tutoriais de autor, e formação prática e

---

<sup>94</sup> <http://www.esfb.pt/escola/docs/RI2017.pdf> - Regulamento interno da Escola Secundária de Fonseca Benevides

teórica. Foi também criado um *layout* definido especificamente para a sala «Aprender+».

Obtivemos também a informação de que existem escolas que, neste momento, têm salas insuficientemente colocadas, instaladas. Se não for possível reverter esta situação, não poderão ser escolas de rede.

Estão a ser empreendidos esforços, pela coordenação nacional, para que numa 2ª fase, as autarquias entrem nesse processo (o que irá aumentar as condições que os atletas vão ter) apoiando a instalação das salas “Aprender +” nas escolas, nos CARs e nas academias desportivas. Esta parceria já está a ser possível com as autarquias de Guimarães, Ponte-de-Sor e Vila Nova de Gaia. No bom caminho com Lagoa, Braga, Coimbra e Caldas da Rainha.

- **Apoio ao alto rendimento na escola**

Nesta categoria pretende-se aferir se com a implementação da UAARE o apoio ao alto rendimento plasmado na Legislação passa a ser uma realidade nas escolas.

Uma das respostas de uma das escolas “... o problema não é falta de legislação, é falta de implementação, e por vezes de conhecimento” (ET02), resume um pouco a opinião generalizada sobre a articulação entre a política desportiva e a legislação existente.

No entanto, referem também que agora é mais fácil cumprir a legislação pois existe um professor dedicado a estes alunos, uma sala de estudo para os apoiar e uma plataforma informática para o trabalho assíncrono.

Mas há escolas que referem que a legislação deveria ter algumas alterações permitindo, por exemplo, a flexibilidade curricular e fazer os anos por disciplinas (ET07 e ET08). É, no entanto, comum referirem que a UAAREs ajudam muito e sem estas unidades, o sucesso escolar seria muito mais difícil.

A partir do próximo ano letivo<sup>95</sup> (2018-2019), todas as escolas poderão aderir ao projeto de flexibilidade curricular, que por agora tem estado a ser aplicado, em regime de projeto-piloto, em 225 estabelecimentos de ensino. A generalização deste regime a todas as escolas, embora com carácter facultativo, foi aprovada em Conselho de Ministros. Alarga-se assim à escola pública uma ferramenta de trabalho que até aqui estava garantida apenas às escolas privadas", frisou o ministro da Educação, Tiago Brandão Rodrigues. Em declarações aos jornalistas no final da reunião do Governo, o ministro considerou também que este modelo "é um importante instrumento de trabalho, de equidade e de promoção do sucesso escolar". Segundo a coordenação nacional, haverão duas escolas (em que já existe um acordo com os diretores) que irão implementar essa flexibilidade, de forma piloto com turmas onde estejam alunos/atletas UAARE.

Conforme recolhemos da opinião do coordenador nacional, "em termos de legislação estamos bem e não será por aí que não temos melhores resultados desportivos ou escolares". Assim, não será tanto o decreto-lei, ainda que possa ser importante, ainda que possa regular, que faz a diferença. No entanto, o decreto-lei não obriga ninguém a cumprir nada, mas poderá ajudar a que os dirigentes sejam melhor formados e melhor responsabilizados e melhor capacitados para a sua função e se conseguirmos ter decretos-lei que formem cidadãos mais intervenientes e críticos na sociedade, logo teremos também encarregados de educação cada vez mais preocupados.

No que concerne ao apoio ao AR por parte do Estado, as escolas são unânimes em referir que sentem que a sensibilidade do Estado é muito grande e que as UAAREs são um exemplo disso, que poderão ter repercussões no futuro do sistema educativo (ET04). Uma escola (ET07) refere ainda que o Ministro esteve presente na inauguração da sua UAARE o que mostra a importância deste programa. O aumento de horas letivas para esta iniciativa que o Ministério atribuiu, e que vai novamente

---

<sup>95</sup> Jornal Público. (05 de 04 de 2018). *Público*. Obtido de P: <https://www.publico.pt/2018/04/05/sociedade/noticia/flexibilidade-curricular-vai-ser-alargada-a-todas-as-escolas-1809230> consultado em 31/07/2018

aumentar, também é uma prova do reconhecimento desta importância.

A perceção da coordenação nacional é que a sensibilidade é enorme e refere que, mesmo a nível internacional, a Carreira-dual é um tema constantemente abordado. Neste momento temos já exemplos em Portugal de trabalhos de excelência que estão a ser desenvolvidos, inclusivamente com a Federação Portuguesa de Futebol, que está já a tornar obrigatório nas academias a Estrutura de Entidades Formadoras, em que obriga a ter um conjunto de requisitos, de pessoal técnico, bem como o futuro diretor das academias terá que ser formado em carreira dual e vai ser obrigado a conciliar a atividade desportiva com a escola.

Embora ainda não seja muito divulgado, é inegável o aumento de importância deste tema. Na imprensa conseguimos encontrar diversas notícias sobre esta nova realidade e a nível governamental a presença de Ministros em ações relacionadas com este tema têm sido frequentes. Como exemplo retirado no dia 30/07/2018<sup>96</sup>: “Protocolo (UAARE) assinado em Guimarães que envolve o Ministério da Educação, Município, Escolas e Clubes (do qual o Guimagym tem atletas integrantes), em que receberam, na Academia de Ginástica, a visita do Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, João Paulo Rebelo. Esta visita foi conduzida pelo Presidente da Direção da TL, Amadeu Portilha e contou com a presença da Vice-Presidente da CMG, Adelina Pinto, do Vice-Presidente do IPDJ, Vítor Pataco, do Presidente do IPDJ-Norte, Vítor Dias, do Coordenador Nacional das UAARE's, Victor Pardal e do Coordenador local das UAARE's (ESMS), Adelino Carvalho”.

Sobre a perceção das escolas sobre a opinião dos treinadores e alunos é que, se compararem com o passado, todos são unânimes em referir que agora é melhor, especialmente em relação aos pais, que sentem que os filhos são muito mais acompanhados, mas consideram que esse apoio ainda não é suficiente, por vezes acham que nestas escolas não é preciso ir às aulas e que se pode faltar sempre que se quiser. A UAARE facilita mas não resolve todos os problemas porque, a nível curricular, eles são alunos como todos os outros.

---

<sup>96</sup> <https://www.facebook.com/guimagym/>

Segundo o coordenador nacional, os alunos e treinadores sentem-se apoiados e revela que tem um conjunto de testemunhos feitos por alguns atletas, de forma aleatória, que revelam precisamente esse sentimento. Inclusivamente nos alunos que entraram este ano na faculdade a opinião é muito favorável.

A ligação e articulação entre os centros de alto rendimento, as escolas, as autarquias e as federações é essencial tanto para o sucesso escolar como desportivo dos atletas. As escolas referem que este relacionamento com os CARs tem resultado bem. Sobretudo o relacionamento com os tutores e o seu dinamismo é visto como um fator diferenciador e potenciador do sucesso destes alunos. Se a estrutura dos CARs funcionar, esta parceria tem tudo para resultar bem, uma vez que são conceitos que se complementam. Um dos problemas mencionados é que nem todos os CARs funcionam com o dinamismo que se pretende nem possuem uma boa gestão que permita esta relação de sucesso.

- **Recursos Financeiros e Humanos**

Nesta área da entrevista tivemos como objetivo saber como foi possível às escolas desenvolverem as alterações necessárias decorrentes da implementação da UAARE.

Perante a informação que obtivemos verificamos que não existe reforço da dotação financeira. Nesta nova realidade, a tutela assume os créditos de horários letivos para toda a estrutura UAARE e apoia também a mobilidade estatutária do coordenador nacional, assumindo as despesas inerentes ao funcionamento do processo e alguns equipamentos colocados nas escolas. Assim, verificamos que o investimento não se traduziu em valores monetários mas sim em créditos horários aos professores e algum material informático (algum deste fornecido pelas autarquias e não pelos fundos existentes para o apoio ao AR pelo IPDJ).

As maiores necessidades que as escolas referem, prendem-se com um aumento dos créditos horários (algumas estruturas estão no limite face ao número elevado de

alunos) aumentando a disponibilidade dos professores e também dos meios materiais (informáticos) permitindo que os alunos não tenham que utilizar meios próprios. Uma das escolas (ET04) propõe ainda um reforço de meios para as salas de educação física para que os alunos consigam rentabilizar ainda melhor o seu tempo.

A opinião do coordenador nacional centra-se na necessidade de alterar mentalidades no problema que ainda existe em Portugal que se prende com o ensino do tipo «como ensino um, ensino todos».

Podemos verificar que os problemas observados são situações que a coordenação está a colmatar com a negociação de horas e com a motivação junto das autarquias para ajudar no apetrechamento das escolas.

A nível de recursos humanos não houve a possibilidade de reforçar meios, com a implementação da UAARE, o que sucedeu foi uma reorganização dos já existentes e alocação de recursos internos para esta nova realidade, neste caso, professores, face ao crédito horário disponível. Uma escola refere a existência de um professor com 7 horas para ajuda na elaboração dos conteúdos digitais (ET05). Assim, o que se verificou foi uma reorganização das horas dos professores existentes, para que se conseguisse dar o apoio aos alunos, e não um aumento do número de professores.

Esta estrutura inclui ainda os professores curriculares e psicólogos que acabam por estar todos envolvidos.

Em termos de organização o que sucede é que uma escola quando inicia (piloto ou associada), o Ministério assume 4 horas curriculares por professor acompanhante. Quando a escola passa de piloto a rede, essas 4 transformam-se em 6 horas. E as salas de estudo são assumidas no primeiro ano pelo órgão de gestão da escola. Passam a ter mais 8 letivas por sala de estudo. O que significa que uma escola pode ter entre 14 a 18 horas letivas dadas pelo Ministério da Educação.



Na generalidade e de acordo com estabelecido nas regras das UAAREs, as escolas têm o professor acompanhante e 4 professores de apoio, nas disciplinas de Português, Biologia, Matemática e Físico- química, que têm 2 horas para a sala de estudo «Aprender+». No entanto, existem escolas que reorganizam (outras vão passar a fazê-lo) o crédito horário por outras disciplinas ou disciplinas em diferentes níveis, conforme as necessidades dos alunos.

Verificamos que cada escola é uma escola e que cada aluno é diferente pelo que faz todo o sentido, que as aulas de apoio sejam adaptadas à realidade existente na escola.

A comunicação entre os professores envolvidos não é efetuada por todos de uma forma formal mas vão falando regularmente ou trocando relatórios sobre as atividades desenvolvidas com os alunos.

O coordenador nacional refere como objetivo do ano letivo 2018/2019 a «organização do ano letivo UAARE» onde irá existir um documento específico para que existam orientações uniformes na rede nacional, para que sejam operadas algumas estratégias específicas (compaginadas com as decisões da própria escola, inclusivamente do Conselho Pedagógico), o trabalho que os professores da sala de estudo fazem com os professores curriculares, tem que ser melhorado e muito melhorado, o que significará identificação, quase à semana, de quais são as dificuldades destes alunos para se conseguir suportar essas dificuldades, em temos de sala de estudo «Aprender +» e também, através das plataformas digitais, estimular a forma autónoma e algumas competências dos alunos para que, quando estão de casa (ou quando estão no estrangeiro) possam também fazer alguma recuperação das matérias, ainda que supervisionada à distância pela sala de estudo.

Verificamos que o relacionamento entre os vários professores irá passar a ser mais formal e regular o que irá permitir que se resolvam dificuldades dos alunos de uma

forma mais célere o que evitará que as matérias se acumulem e permitindo que os alunos tenham mais sucesso.

O acompanhamento por parte dos responsáveis do Estado é referido de forma unanime pelas escolas como sendo muito bom “o coordenador nacional está sempre muito próximo, quer seja através de reuniões periódicas, quer em contactos diretos telefónicos, e sempre que é necessário” (ET01). Algumas escolas referem que o professor além de responsável nacional é a “alma deste programa” e que sem ele as coisas não evoluiriam da mesma forma. O seu dinamismo é de “super-homem”.

O coordenador nacional refere que percorre cerca de cinco a sete mil quilómetros por mês, que, em média visita, cada escola duas a três vezes por mês, faz reuniões de articulação e supervisão pedagógica. Faz também contactos, telefónicos, via Skype e videoconferência, muito regulares, com disponibilidade 24/24.

Durante estes dois anos existiram formações sobre o trabalho assíncrono e o ensino à distância e os psicólogos também fizeram uma formação comum. Foram também promovidos encontros virtuais entre as várias escolas, com a troca de experiências, o que referem como sendo extremamente útil, num processo como este, em constante desenvolvimento.

Está a ser desenvolvido, pela coordenação nacional, um documento com alguns dados científicos de investigação «O que é ser um aluno/atleta?», pois considera que é muito importante que a equipa pedagógica UAARE, seja a primeira a saber o que é que é ser aluno/atleta, e quais são as consequências que daí se retiram, para ajustar o lado pedagógico para esses especiais alunos, que são atletas. Este é o principal objetivo, na primeira reunião. Depois estes responsáveis (especialmente o professor acompanhantes e o diretor também) têm uma grande responsabilidade em envolver os órgãos de regulação pedagógica da escola, Concelho Pedagógico e Concelho Geral, e têm que se ser muito bem explícitos nesta abordagem, explicando que têm este tipo de funcionamento e este tipo de necessidade e este tipo de missão. Depois num terceiro nível, com a calendarização dos diretores para

o arranque do ano letivo, reuniões com os pais, com os treinadores e com os alunos e com os professores das turmas onde estes alunos estejam, para que seja explicado a todos o que é que é ser aluno/atleta. É importante que se entenda que com as UAAREs não há situações de benefício, mas apenas situações apenas de direito e depois, uma reunião mais fechada só com os alunos/atletas, com os psicólogos, com os treinadores e com os professores para que os alunos/atletas, os treinadores e os professores estabeleçam um compromisso que é: «Nós sabemos que vão ter dificuldades durante o ano. Nós sabemos que vocês têm esta vida complicada e difícil, mas há um compromisso mínimo que nós queremos estabelecer aqui convosco. Que estamos aqui para vos ajudar.» E é a partir daí que o ano letivo se reinicia, ou se inicia.

Sobre a comunicação com os encarregados de educação e tutores esta funciona bem, há, no entanto, uma escola (ET06) que refere que, por vezes, com alguns tutores a comunicação nem sempre é fácil.

A comunicação é feita em reuniões ou por correio eletrónico e, por vezes, é feita através do diretor de turma. Sobre esta situação uma das escolas refere a tendência que existe do professor acompanhante ser quase o diretor de turma, mas que isso não deve acontecer e vão melhorar este aspeto.

O coordenador nacional também estabelece comunicação direta com os alunos através de uma plataforma digital, também quando se desloca às escolas está sempre com os alunos, para falar com eles, também para os ouvir. Referiu-nos também que vai sair um inquérito *on-line*, com vista à execução de um plano de melhoria, para todos os alunos/atletas da rede UAARE, onde podem propor situações de melhoria, situações que acham que a UAARE não cobre, situações também em que até eles acham que se devem empenhar mais. Sobre o relacionamento com os encarregados de educação, refere ter cerca de 300/400 comunicações ao longo do ano, em *emails* e são inúmeros os testemunhos de satisfação dos pais em relação a este novo programa.

O sucesso desportivo não tem a ver só com atletas, não tem a ver só com treinadores, não tem a ver só com federações. Tem a ver também com os pais, tem a ver com todos os contextos que interagem neles. No Desporto, a formação dos dirigentes é essencial. A formação dos treinadores é absolutamente fundamental. Será que para ser dirigente serve qualquer pessoa? Ou devia servir... Quando essas pessoas tomam decisões diariamente, que podem condicionar a intervenção, por exemplo, do treinador e as condições de prática dos atletas?

Estas são questões que têm gerado muito debate no meio desportivo, terão que se revolucionar muitas mentalidades para que algo se altere e se melhore o futuro de todos.

Para a motivação dos clubes e federações, sobre as UAAREs, a comunicação é feita pela coordenação nacional, mas as escolas referem que têm feito esforços próprios de divulgação das UAAREs com o objetivo principal de saber quantos alunos poderão receber no próximo ano letivo. Mas referem que essa comunicação tem sido difícil, com as federações e clubes. Ainda há muito a fazer, em alguns casos as entidades mostram-se desinformadas e desinteressadas e por vezes nem respondem aos convites para encontros de esclarecimento.

- **Perspetivas futuras**

Nesta categoria pretendemos saber o que as escolas almejam e o que irá ser alterado no ano letivo 2018/2019 e no futuro.

A desenvolver para o próximo ano letivo, as escolas enumeram um conjunto de ações a desenvolver, entre as quais se destacam o reforço da estrutura, perante o aumento do número de alunos e a melhoria/reorganização dos horários dos professores de apoio, com adaptação das disciplinas mediante as necessidades. Pelo gráfico (Fig. 20) seguinte é possível verificar todas as respostas obtidas.



Figura 20 - Alterações a desenvolver enumeradas

As escolas referem 11 dificuldades (Fig. 21) como os principais obstáculos na gestão desta nova realidade. Pelo gráfico seguinte verificamos, que como principal dificuldade, referem o relacionamento de horários entre, horários escolares, horários dos treinos, horário da sala «Aprender+» e horário social e de descanso que os alunos/atletas também necessitam.



Figura 21 - Principais obstáculos na gestão do projeto enumerados

Da entrevista que desenvolvemos com o coordenador nacional, retiramos outras informações relevantes que irão complementar a investigação efetuada e permitir

retirar algumas conclusões sobre a gestão destas unidades, que desenvolvemos em seguida.

Sabemos agora que o futuro nas UAAREs está sempre dependente do desempenho da escola e do compromisso que assumiu, há escolas que são UAARE'S neste momento, que daqui a dois anos, podem deixar de ser escolas UAARE, basta não cumprirem com os objetivos pedagógicos mínimos e basta, nos critérios de ponderação que levou a escolhê-las para que algum desses caia. Por exemplo que deixe de receber alunos de um dos 3 níveis exigidos. Isto representa que o esforço das escolas terá ter que ser contínuo, tanto no cumprimento dos requisitos UAARE como na divulgação e motivação para que tenham alunos e continuem a fazer parte deste grupo restrito de escolas.

O número de escolas não se prevê que venha a aumentar exponencialmente. O grande objetivo da coordenação nacional é ter 12 escolas de rede e no máximo 8/10 escolas associadas.

Outra informação que obtivemos foi que não se supõe abrir destas vagas para alunos que apenas pratiquem desporto, o âmbito da carreira dual tem a ver com o alto rendimento desportivo, não tem a ver com o Federado. Mesmo no terceiro nível onde são incluídos os atletas promissores, isso é feito, mediante um compromisso de seriedade das Federações que têm que declarar a importância destes atletas. Não se pretende subverter o espírito UAARE, assim, estes apoios não são para quem tem muito jeito para o desporto, é para quem tenha possibilidade de vir a ser atleta de alto rendimento.

Outro objetivo para breve é a criação do Estatuto de Alto Rendimento do Ensino Superior, embora aqui o Estado esteja um pouco condicionado pela autonomia que é conferida às Universidades, tendo ainda que envolver outro ministério que é do da ciência e tecnologia.

Para a coordenação nacional agora o principal objetivo é a sustentabilidade,

começar a apurar melhor as UAARE'S, começar a melhorar o funcionamento de algumas áreas. No próximo ano poderão ser abrangidos um número entre os 230/250/300 alunos.

Como complemento desta investigação o coordenador nacional incluiu mais informações sobre os psicólogos, porque o psicólogo é um fator muito importante no acompanhamento psicopedagógico e nas condições próprias de acompanhamento, em momentos maiores de pressão do desempenho, que esses alunos/atletas têm, quer escolar, quer desportivo. Daí uma crítica muito grande às federações e às estruturas de alto rendimento, que valorizam pouco a importância do psicólogo no acompanhamento e na gestão dos períodos de sobrecarga e de *burn-out* dos seus atletas. E na escola não se pode correr esse risco. As questões de ansiedade e de autoconfiança são fatores cruciais para o sucesso, quer desportivo, quer escolar, que têm muito a ver com o equilíbrio emocional. No treino, conduz-se o ato de aprendizagem, para que haja cada vez menos ansiedade e mais autoconfiança, quer no ato de aprender, quer no ato de treinar, mas isso nem sempre é verdade pois não somos iguais, e reagimos de forma diferente e perante as situações de pressão, daí a importância do psicólogo escolar no contexto UAARE. É muito importante na gestão das cargas de treino e daquilo que nós chamamos as «manchas vermelhas», que é gestão das ausências dos alunos à escola e ao termos esse conhecimento antecipadamente, o psicólogo pode ter uma grande capacidade de intervenção preventiva, por antecipação, de forma a orientar e acompanhar os alunos/atletas para que nestes momentos críticos e de desequilíbrio emocional, eles possam enfrentar tudo com maior capacidade.

Outra questão a acrescentar é os cerca de 38% de alunos/atletas deslocalizados das suas casas, que estão a viver em Centros de Treino ou em CAR'S (com questões de auto motivação, auto conceito e autoestima muito importantes). Se estes alunos estão longe da família, logo longe do «colinho» familiar (isto dito no sentido afetivo), também estão mais propícios, se não forem acompanhados devidamente pelo psicólogo, a situações de desequilíbrio e desmotivação e de insucesso. A estruturação da personalidade faz-se muito com o trabalho de

equilíbrio emocional, o que nas idades em causa é extremamente importante. Assim pretende-se que os psicólogos intervenham cada vez mais e com todos os agentes no processo, não só com os alunos/atletas. Isto envolve o bem-estar dos alunos e consultoria destinada a professores, a famílias e treinadores.

O responsável nacional refere também que cada UAARE é única e é absolutamente útil que assim seja, não se pretende que hajam cópias. As coisas todas têm que ser contextualizadas. Mesmo as próprias UAARE'S de hoje, não se pretende que nenhuma seja a outra, ainda que haja um modelo condutor, um modelo pedagógico e estratégico, o que torna complicada uma generalização.

Um documento que poderemos utilizar como referência nesta temática, é o estudo efetuado por Radtke e Coalter (2007), promovido pelo Instituto para a fundação do Desporto escocês, com objetivo de elevar o nível de desporto nesse país, que analisou escolas com apoio a alunos/atletas em 10 países: Alemanha, Austrália, Bélgica, Canada, Finlândia, França, Holanda, Itália, Singapura e Suécia, em grande parte destas escolas este apoio já existem desde os anos 90, são quase 20 anos de avanço em relação à realidade portuguesa. As realidades em cada um dos países é bastante distinta face aos seus diferentes sistemas de ensino e currículos escolares. Em alguns países, as escolas desportivas fazem parte de uma estratégia/sistema nacional, outros têm várias escolas especializadas em que é permitida flexibilidade curricular, para responder às necessidades dos atletas de elite, mas não fazem parte de um sistema nacional. No entanto, mesmo com todas estas diferenças, estes autores conseguiram identificar uma série de questões-chave como:

- A necessidade de integrar jovens atletas dentro das escolas secundárias tendo em conta o benefício educacional e social.
- A necessidade de incluir alunos de todos os níveis educacionais.
- A necessidade de flexibilidade do currículo.
- Possibilidade de permitir que os atletas estendam a duração dos seus estudos.
- Uma variedade de sistemas de apoio educacional (por exemplo, professores acompanhantes, escolas de verão, ensino à distância).
- Relações de trabalho estreitas com federações desportivas (por exemplo, para



a seleção de alunos e para a avaliação de todo o processo).

- Razoavelmente proximidade de centros desportivos especializados.

Verificamos aqui um conjunto de reflexões que já estão consideradas nas UARREs e outras que poderão ser mais exploradas como a questão da duração dos estudos mais alargada e das escolas de Verão.

No Relatório Carreiras Duais dos Praticantes Desportivos já era mencionado que Portugal apresenta-se como um País desenvolvido em matéria de legislação no apoio à carreira dual dos seus atletas, como observamos também na investigação que efetuamos. Também os Treinadores e os Encarregados de Educação são referenciados como os que maior influência pode ter na aplicação das diferentes medidas e recomendações da carreira dual, nas respostas que obtivemos a rede de agentes que rodeiam o atleta-estudante são considerado vitais para o sucesso de todo o processo, quer ele seja escolar que académico.

Muito ainda haveria a perguntar e a investigar sobre este tema e estamos certos que muitos estudos ainda irão ser desenvolvidos sobre estas unidades de apoio.

Como muitos dos entrevistados referem, este processo ainda está no seu início e perante este novo cenário prevê-se se haja uma verdadeira revolução do sistema educativo e até no desportivo e o trabalho de forma colaborativa vai ser visto como vital para uma política desportiva nacional.



## **CONCLUSÕES**



## Conclusões

Atualmente em Portugal existem estratégias diferentes de outros países em relação ao apoio ao desporto.

Em relação aos apoios que são dados aos alunos atletas, a principal diferença centra-se muitas vezes na flexibilidade e redução de horários, diminuindo a carga letiva em prol do número de horas de treino. Esta situação é, segundo os treinadores, a principal dificuldade do programa implementado em Portugal, pois a carga horária é excessiva, nomeadamente no 10º e 11º anos o que complica a conciliação escolar e desportiva, em idades chave do desenvolvimento desportivo.

O objetivo será sempre que a integração da escola com o desporto seja uma realidade, como acontece com a dança e a música em que, inclusivamente já existem conservatórios em que os alunos nem precisam de se deslocar para terem as suas atividades extra escolares e em que existem disciplinas que são substituídas por aulas específicas da atividade.<sup>97</sup>

As “*Sport Schools*”<sup>98</sup>, segundo o relatório de Radtke e Coalter (2007) é o nome utilizado em vários países que identificam as instituições que equivalem às UAARE’s portuguesas, são principalmente escolas secundárias que têm uma abordagem sistemática e flexível para ajudar os jovens atletas de alta competição para prosseguir com a educação secundária, ao mesmo tempo treinando e competindo num nível de elite.

O presente estudo prosseguiu o objetivo principal de investigar de que forma as escolas se conseguiram adaptar à nova realidade que é o desafio de passar a ser uma Unidade de Apoio ao Alto Rendimento na Escola.

---

<sup>97</sup> Portaria n.º 225/2012 de 30 de Julho

<sup>98</sup> Radtke, S., & Coalter, F. (2007). *Sports Schools: An International Review Report to the Scottish Institute of Sport Foundation*. Stirling: Department of Sports Studies University of Stirling.

No concerne à caracterização destas escolas que fazem parte desta rede, detetamos que existem realidades muito distintas, desde os projetos que são apoiados por municípios e outros que dão apoio a grandes clubes desportivos, no entanto todas elas possuem características idênticas de apoio aos alunos atletas. A proximidade e ligação aos centros de alto rendimento não acontece nas 9 escolas, mas podemos concluir que esta sinergia entre as duas instituições é uma mais valia para o sucesso deste programa.

Perante os dados recolhidos consideramos que os professores e as direções destas escolas estão muito motivadas e têm feito esforços significativos para que a implementação destas unidades decorra da melhor forma e que continuem a existir nestas escolas. A comprovar esta situação temos a quantidade de novas tarefas que os professores acompanhantes passaram a desempenhar empenhadamente. Algumas destas funções já se encontravam plasmadas na legislação mas atualmente estes professores passam a ter horas, determinadas pela tutela, para esta nova realidade.

Em relação ao processo de implementação, este não aconteceu ao mesmo tempo para todas as escolas, o que leva a que algumas já estejam mais avançadas na resolução de alguns problemas, como a escolha dos professores e a organização das turmas, isso deve-se à questão de ser um programa novo e que apenas abrangeu inicialmente 4 escolas, em regime de escolas piloto, no ano letivo 2016-2017. Na organização necessária com esta nova implementação as escolas referem a organização de horários e turmas e implementação da sala “Aprender+” como as principais alterações e adaptações que as escolas tiverem que empreender. Estas alterações têm como principal objetivo aumentar a proximidade e acompanhamento aos alunos e melhorar as condições físicas para o estudo e evolução dos resultados escolares. Na implementação uma das principais dificuldades prendeu-se com a motivação e explicação da carreira dual aos restantes professores. Podemos concluir, conforme também é defendido no documento orientador das UAAREs, que o trabalho em rede é essencial neste programa e que todos terão que ter noções sobre o que é ter uma vida dupla para que possam ajudar no sucesso destes alunos-

atletas e a comunicação tem um papel essencial. O trabalho de motivação e divulgação deste programa continua a ser um constante desafio face à quantidade de agentes envolvidos e a complexidade que é o fenómeno desportivo tão disperso como acontece no sistema português.

Em termos políticos, observamos que se verifica um grande e crescente envolvimento da tuteia neste tema, prova disso já era a legislação existente, no entanto, atualmente e com os créditos horários que se passam a destinar a este programa, tudo passa a ser exequível de uma forma mais simples e eficaz. Este envolvimento também tem sido noticiado por várias vezes o que faz com que todos acabem por se envolver de uma forma mais emocional com todo o processo.

No final da nossa investigação tentamos prespetivar o futuro e saber quais são as principais necessidades das escolas, obtivemos a informação que os créditos horários parecem ser poucos perante a qualidade de tarefas a desenvolver e que os professores e disciplinas para a sala “Aprender+”, terão que ser adequados de acordo com as necessidades de cada escola.

Uma preocupação que verificamos é o fato das escolas não conseguirem antecipadamente prever o número de alunos que têm em cada ano, de forma a poderem organizar melhor as suas turmas e horários o que denota que terá que ser melhorada a comunicação com as federações e clubes e até diretamente com o IPDJ que poderá dar a informação às escolas dos alunos do AR de cada zona e que poderão ser encaminhados para determinada instituição de ensino.

Este ano letivo e no anterior, o sucesso académico destes alunos ultrapassou os 90% e a taxa de abandono foi residual, estes números trazem a este programa uma importância fundamental para o sucesso destes alunos atletas, que se desdobram nos seus horários com um desgaste que muitos não compreendem mas que alguns conseguiram antever e tornaram possível a aplicação de uma lei que muitos desconhecem e achavam insuficiente, mas que se revelou compatível com as necessidades, apenas faltavam condições para a sua aplicabilidade.

As UAAREs são vistas genericamente como um início da revolução ao nível da integração desportiva com a escola. Este programa não é uma mera experiência e começa a ter uma importância fundamental com o compromisso elevado das escolas com o envolvimento a 4 anos (enquadrando-se, no ciclo olímpico), altura em que a estratégia é revista e melhorada.

Corroborando o sucesso deste programa as UAARE'S foram distinguidas pela UNESCO, para as *best pratics*, em termos de ambientes virtuais de aprendizagem à distância, de 100 candidaturas que entraram neste tópico de ambientes virtuais de aprendizagem à distância, a proposta de Portugal foi uma das 6 escolhidas a nível global.

O modelo que está concebido, e aponta claramente para a escola do século XXI.

Verificamos então que estamos perante um programa inovador, na sua essência mas que na realidade apenas veio permitir, de uma forma simples, que se cumprisse a lei e que a carreira dual sejam entendidas por todos e que o Desporto e a representação Nacional tenham a importância que todos pretendem, e que é conferida pela legislação, que é a de ser Interesse Público.

Uma grande vantagem que encontramos é a contribuição para a alteração de mentalidades para a importância do apoio à carreira dual e entender que estes alunos precisam e merecem um trabalho dirigido para eles, afinal ele representam o nosso país e trazem inúmeras alegrias, fomentando o orgulho Nacional.



## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alfermann, D. (2000). Causes and Consequences of Sport Career Termination. Em P. Wylleman, P. Wylleman, & D. Lavallee (Edits.), *Career Transitions in Sport: International Perspectives* (pp. 58-79). Morgantown, UK: Fitness Information Technology.
- Almeida, L. & Freire T. (1997). *Metodologia da investigação em Psicologia e Educação*. Braga: Psiquilibrios.
- Araújo, A. C. (2018). *Pressupostos sobre a pesquisa científica e teste piloto*. Obtido de Administradores.com:  
<http://www.administradores.com.br/artigos/academico/pressupostos-sobre-a-pesquisa-cientifica-e-teste-piloto/109635/>
- Araújo, J. M. (2003). *Diário de Um Treinador: O insucesso como meio de aprendizagem*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Baganha, A. F. (2012). O alto rendimento desportivo, o projeto olímpico e paralímpico londres 2012 e os desafios para os próximos ciclos olímpicos. *Comissão de educação, ciência e cultura*.
- Balyi, I. W. (2013). *Long-Term Athlete Development*. USA: Human Kinetics.
- Bardin, L. (2008). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bell, J. (1997). *Como realizar um projecto de investigação - um guia para a pesquisa em ciências sociais e da educação*. (M. J. Cordeiro, Trad.) Lisboa: Gradiva.
- Bento, J. (Outubro - Dezembro de 2007). Do homo sportivus: relações entre natureza, cultura e técnica . *Revista Brasileira de educação Física e Esporte, São Paulo*, pp. 315-330.
- Bloom, G. (1985). *Developing talent in young people*. New York: Ballantine Books.
- Bogdan, R. & Biklen, S. (1994). *A Investigação Qualitativa em Educação*. Porto: Porto Editora.
- Brewer, B., Van Raalte, J., & Petitpas, A. (2000). Self-identity issues in sport career transitions. Em P. Wylleman, P. Wylleman, & D. Lavallee (Edits.), *Career Transitions in Sport: International Perspectives* (pp. 29-43). Morgantown, UK: Fitness Information Technology.

- Carvalho, M. J. (2001). *O apoio material à prática desportiva de alta competição : da lei à realidade*. Lisboa: INFED.
- Carvalho, M.J. (2002). *A Inserção da alta competição nos programas dos governos constitucionais em Portugal e o seu enquadramento normativo*. *Revista Portuguesa de Ciências do Desporto* 24, pp. 72-78.
- Carvalho, M.J. (2016). *Apresentação no âmbito do 2º Ciclo em Gestão Desportiva, Direito do desporto*. FADEUP. Porto.
- Carvalho, M.J. (2018). *Apresentação no âmbito de Formação de Dirigentes - Basquetebol - Direito do Desporto*. Matosinhos.
- Caspersen, C. J. (March - April de 1985). *Physical Activity, Exercise, and Physical Fitness: Definitions and Distinctions for Health-Related Research*. *Public Health Reports*, 100, pp. 126-131.
- Castro, M. (2012). *O percurso escolar de jovens atletas de alto rendimento: constrangimentos e oportunidades – Estudo centrado em atletas de desportos coletivos inseridos num centro alto rendimento*. Dissertação de Mestrado: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real.
- Cervo, A. L., Bervian, P. (1983). *Metodologia Científica*. São Paulo: McGraw-Hill.
- Comissão Europeia. (2007). *Livro Branco Sobre o Desporto*. Bruxelas.
- Comissão Europeia. (2011). *Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões*. Bruxelas.
- Comissão Europeia. (2018). *Educação e formação*. Obtido de Europa.EU: [https://ec.europa.eu/education/policy/school/early-school-leavers\\_pt](https://ec.europa.eu/education/policy/school/early-school-leavers_pt)
- Comissão Europeia. (2012). *EU Guidelines on Dual Careers Of Athletes: Recommended Policy Actions in Support of Dual Careers in High-Performance Sport*. Brussels. Obtido de European Commission: [https://ec.europa.eu/sport/policy/societal-role/dual-careers\\_en](https://ec.europa.eu/sport/policy/societal-role/dual-careers_en)
- Comissão Europeia. EAC/S03/13. *Jornal Oficial da União Europeia*, 120/20. Ação Preparatória: Parceria Europeia para o Desporto. (26 de 04 de 2013).
- Conselho Europa. Os Ministros europeus responsáveis pelo Desporto, reunidos para a sua 7ª Conferência. (1992). *Carta Europeia do Desporto*. Bruxelas.
- Constantino J. & Bento J. (2007). *Em Defesa do Desporto: Mutações e valores em conflito*. Coimbra. Edições Almedina.
- Constantino, J. (2015, Nov). *Apresentação: A organização do Desporto em*

*Portugal*. Barcelona. Disponível em <http://comiteolimpicoportugal.pt/wp-content/uploads/2015/11/Apresentacao-COP-Barcelona.pdf>

De Bosscher, V., Shibli, S., Westerbeek, H., & Van Bottenburg, M. (2015). *Successful Elite Sport Policies: An international comparison of the SportsPolicy factors, Leading to International Sporting Success (SPLISS 2.0) in 15 nations*. UK: Meyer & Meyer Sport.

De Bosscher V. (2007). *Sport Policy Factors Leading To International Sporting Success: An audit of the elite sport development system in Northern Ireland*. Ireland: Sport Northern Ireland.

Decreto-Lei n.º 559/76 de 16 de Julho. *Diário da República n.º 165/1976, Série I*. Lisboa: Ministério da Educação e Investigação Científica - Secretaria de Estado dos Desportos e Juventude.

Decreto-Lei n.º 257/1990 de 7 de Agosto. *Diário da República n.º 181/1990, Série I*. Lisboa: Ministério da Educação.

Decreto-Lei n.º 139-A/1990 de 28 de Abril. *Diário da República n.º 98/1990, 1º Suplemento, Série I*. Lisboa: Ministério da Educação.

Decreto-Lei n.º 190/91 de 17 de Maio. *Diário da República n.º 113/1991, Série I-A*. Lisboa: Ministério da Educação.

Decreto-Lei n.º 125/1995 de 31 de Maio. *Diário da República n.º 126/1995, Série I-A*. Lisboa: Ministério da Educação.

Decreto-Lei n.º 123/1996 de 10 de Agosto. *Diário da República n.º 185/1996, Série I-A*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.

Decreto-Lei n.º 105/97 de 29 de Abril. *Diário da República n.º 99/1997, Série I*. Lisboa: Ministério da Educação.

Decreto-Lei n.º 393-A/99, de 2 de Outubro. *Diário da República n.º 231/1999, 1º Suplemento, Série I-A*. Lisboa: Ministério da Educação.

Decreto-Lei n.º 141/2009 de 16 de Junho. *Diário da República n.º 114/2009, Série I*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.

Decreto-Lei n.º 272/2009 de 1 de Outubro. *Diário da República n.º 191/2009, Série I*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.

Decreto-Lei n.º 98/2011 de 21 de Setembro. *Diário da República n.º 182/2011, Série I*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.

Decreto-Lei n.º 139/2012 de 5 de Julho. *Diário da República* n.º 129/2012, *Série I*.  
Lisboa: Ministério da Educação e Ciência.

Decreto-Lei n.º 45/2013 de 5 de Abril. *Diário da República* n.º 67/2013 *Série I*.  
Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.

Decreto-Lei n.º 132/2014 de 3 de Setembro. *Diário da República* n.º 169/2014,  
*Série I*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.

Decreto-Lei n.º 251-A/2015 de 17 de Dezembro. *Diário da República*  
n.º 246/2015, 1º *Suplemento*, *Série I*. Lisboa: Presidência do Conselho de  
Ministros.

Despacho n.º 19596/2009 de 26 de Agosto. *Diário da República* n.º 165/2009,  
*Série II*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Educação.

Despacho n.º 4833/2013 de 9 de Abril. *Diário da República* n.º 69/2013, *Série II*.  
Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros - Gabinete do Secretário de  
Estado do Desporto e Juventude.

Despacho n.º 5025/2014 de 9 de Abril. *Diário da República* n.º 70/2014, *Série II*.  
Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros - Gabinete do Secretário de  
Estado do Desporto e Juventude.

Despacho n.º 1710/2014 de 4 de Fevereiro. *Diário da República* n.º 24/2014.  
Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros - Gabinete do Secretário de  
Estado do Desporto e Juventude.

Despacho n.º 11258/2015 de 8 de Outubro. *Diário da República* n.º 197/2015,  
*Série II*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros - Gabinete do Secretário  
de Estado do Desporto e Juventude.

Despacho n.º 9386-A/2016 de 21 de Julho. *Diário da República* n.º 139/2016, 1º  
*Suplemento*, *Série II*. Lisboa: Educação - Gabinetes da Secretária de Estado  
Adjunta e da Educação e dos Secretários de Estado da Educação e da  
Juventude e do Desporto.

Despacho n.º 1190-C/2017 de 1 de Fevereiro. *Diário da República* n.º 23/2017, 2º  
*Suplemento*, *Série II*. Lisboa: Educação - Instituto Português do Desporto e  
Juventude, I. P.

Despacho n.º 4-A/2018 de 14 de Fevereiro. *Diário da República* n.º 32/2018, 1º  
*Suplemento*, *Série II*. Lisboa: Educação - Gabinete do Secretário de Estado da  
Educação.

- Desporto. (2003-2018). *Dicionário infopédia da Língua Portuguesa [em linha]*. Porto: Porto Editora. Disponível na Internet: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/desporto>.
- Dias, L., & Pardal, V. (16 de 03 de 2011). Inauguração do centro de alto rendimento de Montemor-o-Velho. *Relação entre atividade desportiva e académica está “num patamar novo”*. (A. Franklin, Entrevistador) Agencia Lusa.
- Federação Portuguesa de Futebol. (2014). *Regulamento de licenciamento de clubes para as competições de clubes da UEFA 2014-2015*. Federação Portuguesa de Futebol.
- Forbes. (2018). Obtido de Forbes: <https://www.forbes.com/athletes/#15c4a08055ae>
- Galliano, A. G. (1979). *O Método Científico. Teoria e Prática*. São Paulo: Harbra – Harper & Row.
- Gomes, R. (24 de 06 de 2016). Transição dos Atletas na Carreira Desportiva: Da Teoria à Avaliação. *Revista Motricidade, 12-01*.
- Gordon, S., Lavalley, D., & Grove, R. J. (2005). Career Assistance Program Interventions in Sports. E, *Handbook of Research in Applied Sport and Exercise Psychology: International Perspectives* (pp. 233-243). Morgantown: West Virginia University.
- Hulley, S. B. (2007). *Designing Clinical Research*. Lippincott Williams.
- IPDJ. *Lista de Atletas*. (s.d.). Obtido de Instituto Portugues do Desporto e da Juventude: <http://www.idesporto.pt/ListaAtletas.aspx>
- Jornal I. (12 de 01 de 2012). *Quando o desporto é uma arma de propaganda política*. *Jornal I*. Obtido de I online: <https://ionline.sapo.pt/443633>.
- Jornal Público. (05 de 04 de 2018). *Público*. Obtido de P: <https://www.publico.pt/2018/04/05/sociedade/noticia/flexibilidade-curricular-vai-ser-alargada-a-todas-as-escolas-1809230> consultado em 31/07/2018
- Lavalley, D., Nesti, M., Borkes, E. C., & Edge, A. (2000). Intervention strategies for athletes in transition. Em D. Lavalley, & P. Wylleman (Edits.), *Career transitions in sport: International perspectives* (pp. 111-130). Morgantown: Fitness Information Technology.
- Lakatos, E. & Marconi, M. (1993). *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas.
- Lei N.º 46/86 de 14 de Outubro. *Diário da República n.º 237/1986, Série I*. Lisboa: Assembleia da República.

Lei nº 115/97 de 19 de Setembro. *Diário da República n.º 217/1997, Série I-A*.  
Lisboa: Assembleia da República.

Lei nº 49/2005 de 30 de Agosto. *Diário da República n.º 166/2005, Série I-A*.  
Lisboa: Assembleia da República.

Lei nº 5/2007 de 16 de Janeiro. *Diário da República n.º 11/2007, Série I*.  
Lisboa: Assembleia da República.

Lei nº 85/2009 de 27 de Agosto. *Diário da República n.º 166/2009, Série I*.  
Lisboa: Assembleia da República.

Lei nº 51/2012 de 5 de Setembro. *Diário da República n.º 172/2012, Série I*.  
Lisboa: Assembleia da República.

Lopes, D. Carvalho, J., Marcolino, P., Costa, R., Ribeiro M., Serôdio, J., Bernardo, S., Jacinto, E., Lobato, M., Silva, J., Lopes, N., Godinho, A., Santos, P. & Rocha, R. (2014). *Relatório Carreiras Duais dos Praticantes Desportivos*.

Marques, A. (1998). Crianças e adolescentes atletas: entre a escola e os centros de treino. Em J. V.J. Adelino, & O. Coelho (Ed.), *Seminário Internacional Treino de Jovens* (pp. 17-30). Lisboa: Secretaria de Estado do Desporto.

Marques, D. (2015). *O futebol e um canudo: quando a bola não é tudo na vida*. Obtido de MaisFutebol: <http://www.maisfutebol.iol.pt/reportagem/jogadores-estudantes/o-futebol-e-um-canudo-quando-a-bola-nao-e-tudo-na-vida>

Marques, M. P. (2008). *Análise da transição da carreira esportiva de atletas de futebol da fase amadora para a fase profissional*. UFMG.

Marujo, M. (11 de 02 de 2018). Campeões. Uma seleção que junta mestres, licenciados e operários da bola. *Diario de Noticias*.

Mestre, A. M. (10 de Março de 2014). O desporto na vida e na mensagem do Papa Francisco. *Diario de Noticias*.

Minho, U. d. (s.d.). *Regulamento do TUTORUM*. Obtido de Serviços de Acção Social (SASUM):  
<https://www.sas.uminho.pt/Default.aspx?tabid=11&pageid=226&lang=pt-PT>

Mundo a Frente. *Sistema Educativo Português*. (s.d.). Obtido de Mundo a Frente: <https://i2.wp.com/mundoafrente.com/wp-content/uploads/2017/03/sistema-educativo-portugu%C3%AAs.png>

Neto, C. (2017). *Os atletas brincaram muito na rua e foram felizes, não se fabricaram em laboratório*. (M. Cabral, Entrevistador) Tribuna Expresso. Obtido de Tribuna Expresso: <https://tribunaexpresso.pt/entrevistas-tribuna/2017-03-01->



Uma-entrevista-para-pais-dirigentes-e-treinadores.-Os-atletas-brincaram-muito-na-rua-e-foram-felizes-nao-se-fabricaram-em-laboratorio

Pires, G. (2007). *Agôn – Gestão do Desporto. O jogo de Zeus*. Porto: Porto Editora.

Portaria n.º 730/80 de 26 de Setembro. *Diário da República n.º 223/1980, Série I*. Lisboa: Ministério da Educação e Ciência.

Portaria n.º 947/95, de 1 de Agosto. *Diário da República n.º 176/1995, Série I-B*. Lisboa: Ministério da Educação.

Portaria n.º 205/98 de 28 de Março. *Diário da República n.º 74/1998, Série I-B*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças.

Portaria n.º 211/98 de 03 de Abril. *Diário da República n.º 79/1998, Série I-B*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.

Portaria n.º 392/98 de 11 de Julho. *Diário da República n.º 158/1998, Série I-B*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças.

Portaria n.º 782/2009 de 23 de Julho. *Diário da República n.º 141/2009, Série I*. Lisboa: Ministérios do Trabalho e da Segurança Social, da Educação e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Portaria n.º 325/2010 de 16 de Junho. *Diário da República n.º 115/2010, Série I*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros

Portaria n.º 225/2012 de 30 de Julho. *Diário da República n.º 146/2012, Série I*. Lisboa: Ministério da Educação e Ciência.

Portaria n.º 29/2013, de 29 de Janeiro. *Diário da República n.º 20/2013, Série I*. Lisboa: Ministérios das Finanças e da Educação e Ciência.

Portaria n.º 85/2014 de 15 de Abril. *Diário da República n.º 74/2014, Série I*. Lisboa: Ministério da Educação e Ciência.

Portugal, G. d. (s.d.). *Programa do XXI Governo de Portugal*. Obtido de Republica Portuguesa - XXI Governo de Portugal: <https://www.portugal.gov.pt/ficheiros-geral/programa-do-governo-pdf.aspx>

Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (2003). *Manual de investigação em ciências sociais*. (J. M. Marques, & M. A. Mendes, Trans.) Lisboa: Gradiva.

Radtke, S., & Coalter, F. (2007). *Sports Schools: An International Review Report to the Scottish Institute of Sport Foundation*. Stirling: Department of Sports Studies University of Stirling.

- Robinson, M. (s.d.). *De atleta a coach*. Obtido de Curso on-line Athlete Learning Gateway: <http://onlinecourse.olympic.org/course/baseview.php?id=20>
- Ruquoy, D. (1997). Situação de entrevista e estratégia do entrevistador. Em L. Albarello, *Práticas e métodos de investigação em Ciências Sociais* (pp. 84-116). Lisboa: Gradiva.
- Santos, P. (2010). *Conciliação da formação académica com o desporto de alto rendimento – Um estudo com atletas de desportos individuais*. Instituto Superior da Maia. Dissertação de Mestrado: Instituto Superior da Maia - Universidade do Porto.
- Silva, L., & Menezes, M. (2005). *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. Florianópolis: UFSC.
- Silva, S., & Garrido, N. (2017). *Público*. Obtido de Jornal Público On-line. Alta competição e estudo “é como ter um trabalho fora da escola” : <https://www.publico.pt/2017/01/16/sociedade/reportagem/alta-competicao-e-estudo-e-como-ter-um-trabalho-fora-da-escola-1758173>
- Stambulova, N. (2016). Athletes’ transitions in sport and life: positioning new research trends within the existing system of athlete career knowledge. Em R. J. Schinke, K. R. McGannon, & B. Smith, *Routledge International Handbook of Sport Psychology* (p. 17). UK.
- Turato, E. R. (2004). A questão da complementaridade e das diferenças entre métodos quantitativos e qualitativos de pesquisa: uma discussão epistemológica necessária. Em S. G. Noriega (Ed.), *Método qualitativo: epistemologia, complementariedades e campos de aplicação* (pp. 17-51). São Paulo: Vetor Editora.
- Universidade do Minho Despacho RT-30/2005. Regulamento do Tutorum Obtido de: <https://www.sas.uminho.pt/Default.aspx?tabid=11&pageid=226&lang=pt-PT>
- Wylleman, P., Alfermann, D., & Lavallee, D. (Janeiro de 2004). Career transitions in sport: European perspectives. *Psychology of Sport and Exercise*, pp. 7-20.
- Yin, R. K. (2005). *Estudo de Caso, Planejamento e Metodo*. Bookman.
- Zenha, V., Resende, R., & Gomes, A. (2009). Desporto de alto rendimento e sucesso escolar: Análise e estudo de factores influentes no seu êxito. Em J. Fernández, G. Torres, & A. Montero (Ed.), *II Congresso Internacional de Deportes de Equipo* (pp. 1-10). Corunha: Editorial y Centro de Formación Alto Rendimiento.

## **CAPÍTULO V: ANEXOS**



## **V. Anexos**

### **Anexo 1: Guião de entrevista**

#### **Guião de entrevista ao Responsável pela Unidade de Apoio ao Alto Rendimento na Escola Secundária Gaia Nascente**

Tema: As Unidades de Apoio ao Alto Rendimento na Escola: Análise da sua gestão e implementação em Portugal

##### **Apresentação:**

No âmbito do curso do 2.º Ciclo de Estudos conducente ao grau de Mestre em Gestão Desportiva, a presente entrevista tem como objetivo recolher informações que nos permitam identificar de que forma foram implementadas as Unidades de Apoio ao Alto Rendimento na Escola nos agrupamentos e como se processa o seu funcionamento e gestão.

A informação recolhida persegue fins meramente académicos e serão disponibilizadas aos entrevistados caso a solicitem. Para evitar erros de interpretação e de transcrição a entrevista será gravada na íntegra.

##### **A) Legitimação da entrevista**

1. Pretende saber mais alguma coisa acerca do estudo ou sobre a entrevista?
2. Opõe-se à gravação da entrevista?

##### **B) Identificação**

3. Pode falar-nos do seu percurso profissional, tendo em conta a sua idade, experiência e ligação com o alto rendimento?
4. Em que se concretiza ser gestor/responsável pela UAARE e quais são as principais atividades que desempenha?
5. É o único elemento da escola responsável pela UAARE?

##### **C) Caracterização da UAARE**

6. Quantos alunos da escola estão a ser acompanhados na UAARE? (Entre que idades? De que anos de escolaridade? Tem os dados desagregados por sexo?).
7. Tem ideia de quantas horas, em média, treinam estes alunos?
8. Quantas e quais são as modalidades envolvidas?
9. Dão apoio direto a algum Centro de alto rendimento? Como se estabelece essa relação?

#### **D) Implementação da UAARE**

10. Como se deu o processo de implementação da UAARE no agrupamento? (De quem foi a iniciativa? Quando se iniciou o processo?)
11. Como foram notificados de que a vossa escola tinha sido escolhida?
12. Que principais alterações tiveram que fazer na organização das atividades letivas para acompanhar estes alunos?
13. No seu entender, quais foram as principais dificuldades no processo de implementação?
14. A nível de regulamento interno houve necessidade de algumas alterações? Quais?
15. Neste segundo ano de implementação existiram ajustamentos ou melhoramentos comparando com o ano piloto?

#### **E) Apoio ao alto rendimento na escola**

16. No seu entender, considera que a política desportiva e consequente legislação nacional cumpre o seu papel no apoio ao alto rendimento?
17. Qual a sua perceção sobre a sensibilidade do Estado perante a importância do apoio ao alto rendimento?
18. Na prática, sente que os alunos e os seus treinadores consideram que o apoio ao alto rendimento existente com as UAARE's, é suficiente?
19. Qual a sua opinião sobre a ligação das UAARE's e os CAR's? (a nível de localização e logística e da integração de alunos nos dois locais)

#### **F) Recursos Financeiros**

20. Pode explicar que meios financeiros existem nos agrupamentos para a implementação eficaz do projeto? Existiu algum reforço para a implementação e gestão da UAARE?
21. Quais são, a seu ver, as necessidades que as escolas ainda possuem para a implementação efetiva e eficaz do projeto?

#### **G) Recursos Humanos**

22. A nível de recursos humanos, foi necessário fazer algum reforço perante este novo desafio?

- 23. Quantos professores estão envolvidos no projeto? Como funciona a relação entre eles? (reúnem com regularidade, efetuam relatórios)
- 24. Em relação aos responsáveis do Estado envolvidos no projeto, sentem-se acompanhados? Como tem sido esse acompanhamento?
- 25. Houve necessidade de formações/trabalho específico para motivar e preparar os professores para esta nova realidade existente na escola?
- 26. A relação com os pais dos alunos/atletas como funciona?
- 27. Que esforços tem sido feitos (ou foram feitos) com os clubes e federações intervenientes no projeto para a sua motivação?

#### **H) Perspetivas futuras**

- 28. Para o próximo ano letivo a escola vai efetuar alterações ou adaptações, para reforçar alguns aspetos, decorrentes deste projeto? Quais?
- 29. Na sua opinião, quais têm sido os principais obstáculos na gestão deste projeto na escola?

#### **I) Validação da entrevista**

- 30. Considera que o conteúdo da entrevista foi ao encontro dos objetivos enunciados? Acha que a entrevista deveria incluir mais alguma questão?
- 31. Gostaria de acrescentar mais alguma informação que considere relevante para reafirmar a sua opinião acerca das temáticas abordadas?
- 32. Tem alguma questão ou dúvida que gostasse de colocar?

*Obrigado pela sua valiosa colaboração.*

## **Anexo 2: Correio eletrónico de marcação de entrevista**

Bom dia,

Estou atualmente a terminar a minha tese de Mestrado na Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, sob a orientação da Professora Doutora Maria José Carvalho, cujo tema são as Unidades de apoio ao alto rendimento na escola, do qual a escola de Rio Maior é uma das incluídas.

Assim, gostaria de o entrevistar na qualidade de responsável do projeto nessa escola.

No caso de ser possível, pedia que me dissesse o melhor horário e agradeço desde já a sua disponibilidade, vital para o sucesso do meu trabalho.

Atentamente,

Sara Monteiro

### **Apresentação da Entrevista:**

No âmbito do curso do 2.º Ciclo de Estudos conducente ao grau de Mestre em Gestão Desportiva, a presente entrevista tem como objetivo recolher informações que nos permitam identificar de que forma foram implementadas as Unidades de Apoio ao Alto Rendimento na Escola nos agrupamentos e como se processa o seu funcionamento e gestão.

A informação recolhida persegue fins meramente académicos e serão disponibilizadas aos entrevistados caso a solicitem. Para evitar erros de interpretação e de transcrição a entrevista será gravada na íntegra.